

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

Enredos do cotidiano: relações de trabalho e sociabilidades de mulheres de cor
com o ofício de quitandeiras na cidade do Rio de Janeiro, de 1870 a 1888

JULLIANE GUEDES LEITE

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

Enredos do cotidiano: relações de trabalho e sociabilidades de mulheres de cor
com o ofício de quitandeiras na cidade do Rio de Janeiro, de 1870 a 1888

JULLIANE GUEDES LEITE

Sob a orientação de
Prof^a. Dra. Fabiane Popinigis

Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau
de **Mestre em História**, ao Programa
de Pós-Graduação em História, Área
de concentração: Relações de Poder e
Cultura, Linha de Pesquisa: Relações
de Poder, Trabalho e Práticas
Culturais.

*O presente trabalho foi realizado com apoio
da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)
– Código de financiamento 001*

Seropédica, RJ
Junho de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L533e Leite, Julliane Guedes, ---
Enredos do cotidiano: relações de trabalho e
sociabilidades de mulheres de cor com o ofício de
quitandeiras na cidade do Rio de Janeiro, de 1870 a
1888 / Julliane Guedes Leite. - Seropédica, 2024.
137 f.: il.

Orientador: Fabiane Popinigis.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Quitandeiras. 2. Relações de trabalho. 3.
Relações de gênero. 4. Sociabilidades. 5. Rio de
Janeiro - século XIX. I. Popinigis, Fabiane, ---,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História III.
Título.



TERMO N° 856 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.055209/2024-19

Seropédica-RJ, 09 de outubro de 2024.

Nome do(a) discente: JULLIANE GUEDES LEITE

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 28 de junho de 2024

Banca Examinadora:

Dra. FLAVIA FERNANDES DE SOUZA, UFF Examinadora Externa à Instituição

Dra. JULIANA BARRETO FARIAS, UNILAB Examinadora Externa à Instituição

Dra. FABIANE POPINIGIS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 10/10/2024 11:10)
FABIANE POPINIGIS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1579919

(Assinado digitalmente em 09/10/2024 15:31)
FLAVIA FERNANDES DE SOUZA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 099.486.647-01

(Assinado digitalmente em 28/10/2024 15:39)
JULIANA BARRETO FARIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 053.235.777-97

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **856**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/10/2024** e o código de verificação: **978d1d20fc**

Dedico este trabalho para Jean Davi Guedes Leite, que me deu o título mais precioso de minha vida: o de irmã.
Quatorze dias após assistir à minha defesa e tornar-me mestra, ele se tornou uma estrela no céu. E minha mais profunda saudade.

*Levanta, preta, que o Sol tá na janela
Leva a gamela pro xaréu do pescador
A alforria se conquista com o ganho
E o balaio é do tamanho do suor do seu amor
Mainha, esses velhos areais
Onde nossas ancestrais acordavam as manhãs
Pra luta sentem cheiro de angelim
E a doçura do quindim
[...]*

(Samba-enredo Unidos da Viradouro, 2020)

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelo financiamento desta pesquisa à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sem a qual este trabalho não existiria.

À minha orientadora, professora Dra. Fabiane Popinigis, pela gentil e afetuosa instrução, pela paciência, por acreditar nas minhas ideias, nesta pesquisa e na minha capacidade de produzi-la.

Agradeço às professoras Dra. Juliana Barreto Farias e Dra. Flavia Fernandes de Souza, pelo interesse e contribuições inestimáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

À Amanda Souza e Maria Eloah Bernardo, inspiradoras, companheiras de viagem e fiéis incentivadoras. À Marcela Oliveira, sempre gentil e onipresente. Ao Vinícius Brito e suas inúmeras boas ideias, e por aquele café na padaria. À Jessica Santana e sua leitura sempre cuidadosa. E a todo o grupo de orientação do NEPHS, onde aprendo muito e amo fazer parte. Ao 11º Encontro Escravidão e Liberdade, pelos *insights* e pela oportunidade de conhecer gente por trás de nomes das minhas referências bibliográficas.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, minha casa por 8 anos, pelas grandes oportunidades.

Agradeço também aos meus. Em especial, à Eliane, minha mãe, que me alfabetizou e me fez chegar até aqui, e ser a primeira de todas as minhas gerações. Ao meu irmão, meu pai, meus amigos e família. Ao Deco, pelo cotidiano de cuidado, compreensão, incentivo e suporte de tantas formas, pela escuta, pela ajuda no joguinho do mapa e pelos tijolinhos que você colocou aqui.

À minha psicóloga, que me ajudou a atravessar essa fase e permanecer em movimento.

À Gabriella Leite, pelo acolhimento incondicional. Ao Helio Muguet e Nathara Mariano, com quem compartilhei a rotina doida e desaguei muito. À Isabella, por toda a força.

Não poderia ter pessoas melhores para me acompanharem nesse processo tão desafiador, os agradeço muito.

Às minhas avós, Terezinha (*in memoriam*), que criou seus filhos sendo lavadeira. E Naia, que na costura e no serviço doméstico fez os seus ofícios. Hoje conto histórias porque vocês subsistiram.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior _ Brasil (CAPES) _ Código de Financiamento 001.

This study financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brazil - (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

LEITE, Julliane Guedes. **Enredos do cotidiano:** relações de trabalho e sociabilidades de mulheres de cor com o ofício de quitandeiras na cidade do Rio de Janeiro, de 1870 a 1888. 2024. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

A presente dissertação tem o objetivo de compreender experiências de mulheres trabalhadoras de cor com o ofício de quitandeiras: suas relações e arranjos de trabalho, e suas lutas por espaços e permanências, nas freguesias que hoje configuram o centro da cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, no período de 1870 a 1888. Para desvendar aspectos do cotidiano dessas pessoas, fizemos uso de jornais diários de ampla circulação na cidade, sobretudo as seções de Anúncios, dicionários do século XIX, o *Almanak Laemmert*, recenseamentos, fotografias, relatos de viajantes, mapas e plantas da cidade. No diálogo com as fontes e a historiografia, foi possível perceber algumas configurações da oferta e demanda pelos seus serviços, discutir relações de gênero, e a diversidade de arranjos existentes para esse trabalho – e sugerimos que essas mulheres tiveram um papel importante na reinvenção deles. Além disso, percebemos que existiu uma demanda crescente pelos serviços de quitandar, e o aluguel poderia estar sendo o arranjo mais comum para o emprego de quitandeiras pela cidade. Reforçamos a atuação de quitandeiras na “cidade negra” ao investigar a construção de coletividades e a importância do ofício para suas sociabilidades, e ao tecer interpretações potenciais para as chamadas “casas de quitandeiras” e para lutas e disputas que as trabalhadoras atravessaram. Com essas discussões, buscamos inserir as mulheres escravizadas e livres com esta ocupação específica nos debates da reorganização do trabalho no contexto do final da instituição da escravidão.

Palavras-chave: Quitandeiras. Relações de trabalho. Relações de gênero. Sociabilidades. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research aims to understand the experiences of women of color who worked as street vendors, called *quitandeiras*: their labor relations and arrangements, and their struggles for spaces and permanence in the localities that today constitute the center of the city of Rio de Janeiro and its surroundings, in the period from 1870 to 1888. To find out aspects of these women's daily lives, we used widely circulated daily newspapers in the city, especially the advertisement sections, dictionaries, the "Almanak Laemmeri", censuses, photographs, travel narratives and maps. In dialogue with these sources and the historiography, it was possible to perceive some configurations of the supply and demand for their services, discuss gender relations, and the diversity of possible labor arrangements – and we suggest that these women played an important role in reinventing them. Furthermore, we noticed that there was a growing demand for their services, and the renting might have been the most common arrangement for employing *quitandeiras* throughout the city. We emphasize their role in the "*cidade negra*" (or "black city") by investigating the construction of communities and the importance of the occupation for their sociabilities, and by providing potential interpretations for the so-called "*casa de quitandeiras*", also for the struggles and disputes these workers faced. Through these discussions, we seek to insert enslaved and free women with this specific occupation into the debates on the reorganization of labor in the context of the end of slavery as a system in Brazil.

Keywords: *Quitandeiras*. Labor relations. Gender relations. Sociabilities. Rio de Janeiro.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO

FIGURA 1 – Anúncio do <i>Jornal do Commercio</i> de 1871	11
FIGURA 2 – Anúncio de Aluguel no <i>Jornal do Commercio</i> (RJ).....	17
FIGURA 3 – Anúncio de Venda no <i>Jornal do Commercio</i> (RJ).....	17
FIGURA 4 - Fotografia de Christiano Jr., da década de 1860.....	41
FIGURA 5 - Fotografia de Marc Ferrez, de 1884.....	42
FIGURA 6 – Representação das gravuras feminina e masculina dos Anúncios de escravizados fugitivos.....	81
FIGURA 7 – Representação distinta da gravura feminina nos jornais.....	81
MAPA 1 – Praia do Sacco do Alferes e região.....	89
MAPA 2 – Pontos da cidade do Rio de Janeiro.....	92
MAPA 3 – Largo do Capim.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição percentual de anúncios que mostraram quitandeiras multitarefas.....	50
GRÁFICO 2: Endereços de anúncios de aluguéis de quitandeiras.....	54
GRÁFICO 3: Valores dos aluguéis de quitandeiras de 1870 a 1883.....	60
GRÁFICO 4: Quantitativos de anúncios de aluguéis e anúncios de vendas de quitandeiras na década de 1870 no <i>Jornal do Commercio</i>	71
GRÁFICO 5: Relação percentual entre anúncios de aluguéis, vendas e demandas de/por quitandeiras de 1870 a 1885.....	72
GRÁFICO 6: Anúncios de demanda pelo serviço de quitandar.....	73
GRÁFICO 7: Anúncios de aluguéis do serviço de quitandar.....	73
GRÁFICO 8: Anúncios de vendas de quitandeiras e quitandeiros.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - “Se fôr quitandeira, melhor”: as relações de trabalho de mulheres no quitandar	14
1.1. O trabalho de quitandar: seus espaços na cidade, na conjuntura, nos jornais e na historiografia.....	19
1.1.1. Trabalhando ao ganho: a lei de 1871 e as perspectivas de liberdade.....	24
1.1.2. Trabalhando no Rio de Janeiro: autonomia e a reorganização do trabalho	27
1.2. “Precisa-se de uma boa quitandeira”: aspectos da demanda por serviços de quitandeiras	30
1.3. A demanda pelo ofício de quitandar: relações de gênero	38
1.3.1. Menores no quitandar e mães quitandeiras	42
CAPÍTULO II - “Alugam-se perfeitas quitandeiras”: o aluguel das trabalhadoras em perspectiva.....	50
2.1. Quitandeiras ao aluguel	51
2.1.1. Quitandeiras e lavadeiras	55
2.1.2. O agenciamento do quitandar: os escritórios e a dinâmica do trabalho.....	56
2.1.3. Aspectos do aluguel do quitandar e da especialização dos ofícios.....	59
2.2. As vendas de quitandeiras escravizadas	64
2.2.1. As chamadas “pretas velhas” e a Lei de 1885	69
2.3. O quitandar nos rearranjos no mercado de trabalho	74
CAPÍTULO III - Trabalho, cotidiano e lutas em torno do quitandar carioca	81
3.1. As lutas por liberdade no âmbito rotineiro: as fugas nos anos finais da escravidão	83
3.1.2. As lutas por liberdade no contexto político	88
3.2. Dos enredos do quitandar: as casas de quitandeiras	91
3.2.1. As casas de quitandeiras no dia a dia dos jornais	99
3.3. As lutas por trabalho: entre conflitos locais, debates morais e a formação de identidades	103
3.4. As lutas por continuidades: ensaios do quitandar na cultura popular.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o ofício de quitandeiras de cor¹ na cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1888. O objetivo desta pesquisa é compreender experiências dessas mulheres enquanto trabalhadoras, suas relações e arranjos de trabalho, e suas redes de sociabilidade tecidas em fugas. Assim, buscamos expandir o conhecimento sobre as lutas delas por espaços, permanências e transformações, tanto na esfera laboral quanto em seus cotidianos.

Discutir este heterogêneo grupo de mulheres no comércio de quitandas ao fim do século XIX, com diferentes *status* jurídicos (escravizadas, libertas ou livres), e diferentes origens (africanas e crioulas), exige que consideremos o ponto de convergência entre elas: todas são trabalhadoras. Esse movimento requer que repensem o conceito de trabalho, de forma a ampliá-lo para incluir “a complexidade das experiências dos sujeitos sob diferentes formas de coerção, inclusive e sobretudo vivendo em sociedades escravistas”.²

O sentido teleológico da ideia de transição “do trabalho escravizado para o livre”, que separava ambos como extremos de uma linha, há algum tempo tem sido alvo de críticas por parte dos pesquisadores da história da escravidão e do trabalho. Abordagens mais recentes têm mostrado que “não só existiu um mercado de trabalho antes da abolição, como ele incluía escravos que sabiam o valor do seu trabalho individual”.³ O assalariamento não era a norma entre os trabalhadores legalmente livres, nem antes nem depois da abolição. Discute-se, efetivamente, que ocorreu a coexistência de diversas formas de trabalho compulsório ou não remunerado, em paralelo à estrutura da escravidão, e que essa configuração persistiu no período pós-abolição.

Em vista disso, esta dissertação se insere no campo que inclui os sujeitos escravizados e libertos como trabalhadores, coadunando a História da Escravidão com a História do Trabalho. Nossa perspectiva de análise também está alinhada aos olhares mais recentes de uma

¹ Utilizo da categoria mulheres de cor em referência a experiência de mulheres não brancas. Assim como distinguiu Angela Davis para dar conta dos diferentes marcadores de raça. Ver: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

² POPINIGIS, Fabiane; AMARAL, Deivison. Avanços e desafios da História Social do Trabalho. In: **Trabalhadoras e Trabalhadores** – capítulos de História Social. São Paulo: Paco Editorial, 2022. Segundo notaram os autores: “As críticas às leituras teleológicas sobre uma transição do trabalho escravo para o livre - em que a classe organizada, consciente e combativa surge a partir da industrialização, num processo protagonizado, em geral, por homens brancos e trabalhadores qualificados, excluindo assim escravizados e mulheres -, foram ancoradas em pesquisas empíricas sobre a heterogeneidade e especificidade das formas de exploração do trabalho e de organização, resistência e projetos políticos dos trabalhadores escravizados, livres e libertos”.

³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; POPINIGIS, Fabiane. (Outros) trabalhadores livres no atlântico oitocentista. **Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 6, p. 1-6, 2011, p. 4.

historiografia preocupada com a vivência dos sujeitos negros do século XIX, e a partir disso enxerga em seus ofícios uma categoria de análise que permite distinguir e individualizar o que outrora era visto genericamente como “trabalho escravo”.

O ofício que envolve as atividades de quitandas, permeado por relações de gênero, viabiliza um ângulo ímpar se a ideia é aprofundar a aproximação entre trabalho e as lutas por liberdade. Algumas dessas histórias já foram discutidas pela historiografia, demonstrando que quem exercia esse ofício vivia em um microcosmos próprio, construído pelas possibilidades de conexões sociais que poderiam ser desenvolvidas, e pelas características da rotina de trabalho. Elas transitavam pelas ruas e ruelas, trabalhando e vendendo em barracas, nos mercados e mercadinhos, estabelecimentos comerciais, lojas de quitandas, chácaras ou casas. Aqui, intencionamos privilegiar essas personagens diante das complexas relações de trabalho entre a escravidão e a liberdade, e nas transformações no mercado de trabalho nos últimos anos da escravidão e da monarquia na Corte Imperial.

A imprensa registrou essas mudanças: nos jornais da Corte, especialmente em suas seções de anúncios, era perceptível um reflexo dessas transformações, e são estas as principais fontes que guiarão a investigação proposta neste trabalho. Os anúncios nos jornais eram um dos principais recursos disponíveis na época para a contratação de ofícios especializados, aluguéis de serviços, vendas de escravizados, divulgações de ofertas de trabalho etc. E assim era formado o que podemos chamar de um registro visível das diferentes demandas e ofertas laborais para trabalhadores escravizados, livres e libertos. Nas décadas finais e mesmo depois da abolição da escravidão, quando foram legalmente suspensas formas de emprego da força de trabalho cativa, essa tendência de comunicação e divulgação da oferta e procura por meio de jornais era muito fomentada.

Além disso, por meio da imprensa podemos obter dados sobre a vida social, política, econômica, cultural e identificar elementos das diversas formas de pensamento e de atuação dos grupos sociais. Nos periódicos temos uma janela para uma vista do cotidiano carioca: muitas das nuances do que acontecia no dia a dia eram registradas nessas páginas em suas diversas seções emaranhadas. Desde transações comerciais, passando por leilões, inaugurações e fechamentos de estabelecimentos, até os registros da atividade portuária. Fora as colunas de notícias, que informavam desde episódios políticos às visitas do controle sanitário da cidade, cenas da atuação policial como as detenções realizadas até brigas e confusões de rua. Finalmente, as crônicas e folhetins comentavam acontecimentos recentes. Já nas publicações a pedido, qualquer indivíduo que pagasse podia publicar uma denúncia, uma reclamação ou uma

observação crítica ou sarcástica sobre algo ou alguém. Nisso, vemos pequenas e grandes “quizumbas” do dia a dia dos moradores do Rio.

Há também os anúncios de fuga de escravizados, tipologia específica do anunciar no século XIX. Na historiografia da escravidão, os anúncios de jornais sobre fugitivos foram utilizados muitas vezes como fontes frutíferas para explorar os universos sociais de escravizados fugitivos. Neste trabalho, utilizamos esses anúncios para analisar histórias de colaboração e solidariedade na luta cotidiana contra o cativeiro. Intencionamos observar episódios do dia a dia, atentando para os sentidos políticos de ações rotineiras e para as relações sociais, pensando em como podiam ser desenvolvidas a partir da dimensão do trabalho. Isso viabiliza refletir sobre aspectos como a construção das sociabilidades e o comportamento no cotidiano de trabalho de quitandeiras, somando interpretações às análises anteriores.

Tendo isso em vista, os anúncios foram e continuam sendo fontes abundantes para pensar sobre trabalhadoras e trabalhadores negros e suas vivências no século XIX. Cada enunciado, grande ou pequeno, exprime uma história, um nome que ficou oculto na maioria das vezes, uma informação sobre a cor, e uma inserção em determinado local. Talvez para algumas dessas pessoas um anúncio possa ter sido o único rastro de sua existência nos mundos do trabalho que chegou ao tempo presente. E a eles nos ateremos.

Para esta pesquisa selecionamos o *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, por serem os três diários e de ampla circulação no Rio de Janeiro; atentando às precauções necessárias para “contextualizar as ocorrências em relação a uma análise mais ampla do documento”.⁴ Além dos periódicos, dialogamos com outras fontes, como dicionários do século XIX, algumas edições do *Almanak Laemmert*, o recenseamento de 1872, fotografias, relatos de viajantes, mapas e plantas da cidade.

Com base nessas fontes construímos uma análise alimentando a ideia de que mulheres que praticavam a mesma ocupação pareciam tender a viver e trabalhar em grupo, e podiam formar redes de apoio através do compartilhamento do trabalho em comum. A interação entre mulheres de diferentes *status* jurídicos impulsionava uma dimensão coletiva nas iniciativas voltadas para a busca e manutenção da liberdade. Assim, construíam perspectivas próprias sobre seus significados.

Esta pesquisa foi pensada na tentativa de aprofundar dimensões dessas vidas cotidianas de poucos rastros: seu trabalho e suas sociabilidades. Assim, buscamos tecer reflexões sobre processos maiores relativos ao contexto, como as condições do disputado mercado de trabalho

⁴ SANTOS, Cláudia. **Disputas políticas pela abolição no Brasil:** nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas. Petrópolis: Vozes, 2023, p. 31.

para mulheres de cor nas proximidades do fim da escravidão. Dessa forma, um esforço na direção “[das] pequenas coisas e o grande quadro”.⁵

Articular a análise de vidas individuais com os processos sociais mais amplos faz parte das discussões teóricas e historiográficas da “história global”, que enfatiza as conexões que uma história pode ocupar em uma discussão mais ampla sobre a história do trabalho. Nessa perspectiva, enquanto uma história é marcada pela singularidade, do local, circunscrita e pessoal, ela é ao mesmo tempo pertencente à ampla história das conexões transcontinentais, já que processos históricos que atravessaram o globo deram seu enquadramento. Como por exemplo: a longa história do trabalho escravo, o tráfico africano e a sua abolição, o comércio internacional, a difusão das ideologias do trabalho livre, e a invenção de novas formas de administração de mão de obra no mundo colonial como um todo.⁶

Importa reconsiderar, nessa perspectiva, os contextos mais amplos onde as histórias são escritas, comparando temas, e prestando atenção aos entrelaçamentos, aspectos que, nesse ponto, dialogam também com a abordagem micro histórica. Faz parte dessas práticas de pesquisa e escrita da história redefinir os contextos relevantes e as categorias analíticas nas quais escrevemos histórias de como as de homens e mulheres escravizados, reconhecendo que “a realidade diária das relações sociais e de trabalho, conflitos e solidariedades contribuíram para a criação desse mundo do ‘trabalho livre’”.⁷

Por sua vez, o comércio de rua praticado pelas quitandeiras de cor podia ser extremamente lucrativo. Isso se deve ao fato de que elas atuavam em um ambiente onde elas podiam desempenhar funções que eram benéficas tanto para os escravizados quanto para os trabalhadores livres, além de servirem aos seus senhores, que se apropriavam dos lucros das vendas, e, em alguns casos, ao Estado, que aliviava o problema do abastecimento básico.⁸

O tema das mulheres envolvidas no comércio de quitandas foi amplamente explorado e comentado na historiografia brasileira, tendo também despontado na internacional, e nelas nos apoiaremos. Desde a década de 1980, no Brasil, diversos estudos têm se concentrado em

⁵ LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 16, p. 571-595, 2015, p. 585.

⁶ Assim como a história de Augusto Mina. Ibidem, p. 575.

⁷ Ibidem.

⁸ FREITAS, Fernando Vieira. As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano. **Tempos Históricos**, v. 20, n. 1, p. 189-217, 2016.e

investigar a interseção entre a História das Mulheres e a Escravidão. Essas pesquisas abrangem uma ampla gama de temas, desde trajetórias individuais de figuras notáveis até as vivências de grupos locais, com foco em suas formas de trabalho. Também exploram questões mais complexas, como as relações entre essas atividades, o controle político exercido pelas autoridades e a justiça, além da relevância desse trabalho para os contextos socioeconômicos. Diante disso, é fundamental um debate historiográfico para entendermos como esses temas foram retratados e de que maneira a pesquisa se insere nesse fluxo.

Em “Mulheres sem História”, de 1983, Maria Odila Dias apresentou uma nova perspectiva ao analisar o cotidiano de mulheres pobres, livres ou escravizadas, que encontravam no comércio uma estratégia de sobrevivência. Ela criticou a historiografia tradicional por retratar essas mulheres e o trabalho informal como sinais de desorganização social. Para Dias, ao contrário, essas mulheres criavam suas próprias estruturas de organização familiar e de sobrevivência, construídas a partir de laços comunitários. Entre as atividades que adotavam estava o pequeno comércio, uma ocupação desvalorizada e, portanto, associada a mulheres pobres.⁹

Luciano Figueiredo, em seu trabalho sobre Minas Gerais no século XVIII, explorou o papel das “negras de tabuleiro”, que vendiam produtos básicos para as populações mineradoras. Essas mulheres, forras ou escravizadas, eram frequentemente acusadas de contrabando e outras atividades ilegais, e enfrentavam tentativas de controle e restrição por parte das autoridades locais. No entanto, continuaram dominando o comércio ambulante, superando até mesmo os homens nessa ocupação.¹⁰

Sheila de Castro Faria e Selma Pantoja expandem a discussão ao destacar como as mulheres negras, por meio do comércio, conseguiam acumular capital e garantir um grau de autonomia. Faria observa que, no século XVIII, essas mulheres eram o segundo grupo mais presente em testamentos, mostrando sua capacidade de ascensão social apesar das barreiras impostas.¹¹ Pantoja, por sua vez, analisa a conexão entre o comércio exercido por mulheres

⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Mulheres sem História*. Revista de História, São Paulo, n. 114, 1983; *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁰ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUMB, 1993. Figueiredo sublinha a crise da mineração como fator importante para essa situação, já que colocava os homens para rodar pelos caminhos. Cf. _____. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

¹¹ FARIA, Sheila. Mulheres forras – riqueza e estigma social. *Tempo*, vol. 5, n. 9, jul. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

africanas e afrodescendentes, e a rede de abastecimento de navios negreiros, destacando a herança cultural africana nesse ofício.¹²

Os caminhos historiográficos sobre as Quitandeiras atraíram desde olhares a níveis transatlânticos até análises locais, onde suas complexidades e particularidades puderam ser melhor exploradas. A obra de Cecília Moreira Soares focou no contexto de Salvador no século XIX, mostrando como as quitandeiras lutavam judicialmente para manter seu comércio. A partir de documentos como inventários e registros judiciais, ela revelou como essas mulheres construíram redes socioeconômicas próprias, resistindo ao controle severo da Câmara Municipal.¹³

Já na Recife do século XIX, Maciel da Silva analisou a vida de criadas e vendedoras de rua, destacando que, embora submetidas a expectativas de submissão e fidelidade, essas mulheres encontravam formas de negociar e resistir às imposições de seus patrões, moldando suas identidades, relações de poder e suas noções de ‘honra’.¹⁴

Posteriormente, Fabiane Popinigis destacou a importância do comércio ambulante em Florianópolis e como a chegada de imigrantes europeus levou à marginalização das quitandeiras negras. Apesar de seu papel fundamental na economia urbana, essas trabalhadoras foram deslocadas para áreas periféricas, refletindo as políticas públicas excludentes. Popinigis mostrou que a investigação mercado público de Desterro ajuda a refletir sobre as políticas de exclusão de áreas centrais e os processos de racialização. Essa exclusão afetou até as narrativas historiográficas, que muitas vezes atribuíram o crescimento da província exclusivamente à imigração europeia, ignorando a presença africana no pequeno comércio.¹⁵

A tese de Juliana Bonomo, mais recente trabalho da temática, trouxe uma perspectiva histórica de longa duração, analisando como a cultura culinária das quitandeiras em Minas Gerais evoluiu do século XVIII até a contemporaneidade. Ela argumentou que os quitutes comercializados por essas mulheres refletem uma fusão das culturas portuguesa, africana e indígena, simbolizando a persistência desse ofício ao longo dos séculos.¹⁶

¹² PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 46.

¹³ SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”. **AfroÁsia**, Salvador-BA, n. 17, p. 57-71, 1996.

¹⁴ SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁵ POPINIGIS, Fabiane. El trabajo de las mujeres en el mercado y en la calle, Desterro (Florianópolis), siglo XIX. In: SURIANO, Juan; SCHETTINI, Cristiana (comp.). **Historias cruzadas**. Diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil. Buenos Aires: Ed. Teseo, 2019.

¹⁶ BONOMO, Juliana. 2020. “**Com gosto**” e “**por gosto**”: o ofício das quitandeiras de Minas Gerais sob uma perspectiva histórica. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

No Rio de Janeiro do século XIX, as pesquisas de Carlos Eugênio Líbano Soares, Flávio Gomes e Juliana Barreto Farias exploram a relação entre as quitandeiras e o contexto urbano. As quitandeiras, muitas vezes associadas ao grupo étnico "minas", enfrentavam restrições municipais, mas continuavam ativas e organizadas.¹⁷ Episódios como a greve de 1885, em que trabalhadores do mercado protestaram contra as condições impostas pelas autoridades, ilustram o grau de resistência e a importância dessas mulheres no comércio da cidade.¹⁸

Juliana Souza também examinou o comércio de gêneros da corte, entre 1840-1889, com ênfase nas disputas por poder entre a Câmara Municipal e o Governo Imperial. A autora nos fornece uma importante análise sobre o regulamento do Mercado, de 1844, o qual indica a crescente preocupação da prefeitura com a fiscalização dos alimentos, e os locais e a forma como o comércio desses alimentos deveria ser realizado. Souza nos elucidou a crescente preeminência do poder público sobre a atividade comercial no Rio de Janeiro.¹⁹

A partir desses aspectos observados, entendemos como as quitandeiras eram parte ativa, notável e significativamente organizada do grupo de comerciantes não só desse mercado, e se empenhavam não só para continuar fazendo seu trabalho, como também por melhores condições de realizá-lo, e garantir seus lucros. Procuramos ver episódios de protestos como indicadores do potencial de organização e impacto, de busca por melhores condições para continuar realizando seu trabalho tão criticado pela sociedade e, no entanto, tão essencial a ela.

Esses estudos historiográficos revelaram que as quitandeiras eram peças-chave para o funcionamento das economias urbanas e estavam profundamente conectadas às lutas por liberdade e mobilidade social. É nesse campo bem diversificado que se insere a presente pesquisa. Embora haja uma quantidade significativa de estudos que destacam experiências das mulheres quitandeiras no século XIX, não foi identificada uma abordagem do contexto das últimas décadas da escravidão carioca que considerasse as especificidades dessas trabalhadoras durante as complexas transformações nas relações de trabalho entre escravidão e liberdade.

Esta pesquisa surge no intuito de preencher essa lacuna, e se insere nesse rol ao propor investigar como o trabalho livre começou a se moldar para e pelas mulheres negras no Rio de

¹⁷ GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. "Com o Pé sobre um Vulcão": Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, 2001; GOMES, Flávio; FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER, Giovana (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

¹⁸ FARIAS, Juliana Barreto. Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade, 2015.

¹⁹ SOUZA, Juliana Teixeira. 2007. **A autoridade municipal da Corte imperial:** enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

Janeiro, examinando os movimentos e transformações que redefiniram seus mundos de trabalho. Além disso, pretende-se destacar as estratégias que elas empregaram na luta por autonomia e sobrevivência, bem como suas relações sociais e o impacto político de suas ações.

Foram perguntas norteadoras: como se configurou a oferta e a demanda dessas trabalhadoras nas últimas décadas da escravidão na sociedade carioca e que mudanças podem ser observadas nesse período em relação às disputas pela ocupação de espaços da cidade. Em sentido mais amplo, o que buscamos é uma compreensão de como era a situação dessas comerciantes nos mundos do trabalho em um momento decisivo de sua reorganização e quais suas estratégias sobrevivência, sociabilidade e trabalho naquele contexto.

O período aqui analisado, de 1870 a 1888, apresentava um número muito significativo de escravizados no Rio de Janeiro: em 1872, eram 17,80% (48.949) da população do chamado Município Neutro. Nas freguesias urbanas e suburbanas, correspondiam a 16,42% (37.567).²⁰ Durante a segunda metade do século XIX, a cidade apresentou uma diversidade e complexidade notáveis em seu mercado de trabalho.

Essa realidade decorria justamente da interação de diversos fenômenos sociais, entre os quais se destacavam os fenômenos engendrados pela escravidão, que moldava o sistema produtivo desde os tempos coloniais, caracterizada por uma ampla gama de modalidades e arranjos de trabalho. A peculiaridade da escravidão urbana e a diversidade de formas de emprego da força de trabalho cativa que influenciavam diretamente até mesmo a organização do trabalho livre, contribuíam para a complexidade do mercado de trabalho carioca. Além disso, as relações de trabalho escravistas deixaram marcas profundas no universo laboral, mesmo após o término definitivo do sistema escravista com a abolição em 1888. Por outro lado, as fronteiras entre os meios "formais" e "informais" de emprego eram tênues, o que conferia uma característica particular ao mercado de trabalho carioca nas últimas décadas do século XIX.²¹

Essas décadas foram também frutíferas para a construção de uma identidade de classe trabalhadora, processo em que certas categorias de trabalhadores conseguiram se distinguir dos demais, mobilizando o significado de respeitabilidade e cidadania e lutando por direitos

²⁰ SOARES, Luís Carlos. **O "povo de Cam" na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. 7Letras, 2007.

²¹ SOUZA, Flavia Fernandes de. Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados sociais da prestação de serviços domésticos (cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900). **Revista de história comparada**, v. 4, n. 1, p. 93-125, 2010.

políticos e sociais. Os recém-chegados portugueses solteiros costumavam estabelecer-se na capital, onde encontravam trabalho no pequeno comércio local ou em outras ocupações urbanas. Ao lado de trabalhadores diaristas escravizados e libertos de ascendência africana, esses imigrantes constituíam a base de um proletariado diversificado e uma ampla reserva de mão de obra barata disponível.²²

Por outro lado, parece ter havido um crescente processo de exclusão das mulheres, sobretudo as de ascendência africana, das ocupações comerciais no Rio de Janeiro próximo à época da abolição. As mulheres libertas, que anteriormente tinham mais oportunidades de acessar ocupações urbanas, viram essas oportunidades diminuírem. Isso não só se deu pela competição crescente no setor comercial, à medida que ele se tornava predominantemente masculino e embranquecido, mas também devido ao surgimento de padrões de respeitabilidade feminina que resultaram em julgamentos negativos sobre sua presença na esfera pública e marginalizaram seus arranjos de trabalho independentes.²³

Estamos, portanto, adentrando um cenário no qual as oportunidades e os padrões de trabalho de escravizados e libertos na cidade eram afetadas por tais fatores e até por mudanças econômicas e demográficas que ocorriam com o crescimento acelerado da cidade. A própria geografia e a natureza das atividades econômicas iam de encontro ao confinamento da escravaria: a relação senhor-escravizado tinha que ser redimensionada, e “doses” de autonomia precisavam ser concedidas, uma vez que a economia exigia uma mão-de-obra itinerante que ia além do limite e do controle senhorial.²⁴ Disso resulta o aumento das possibilidades de se viver sobre si, em habitações coletivas como cortiços, zungus, e outras, que existiam em vários pontos da cidade. Quitandeiras pareciam ter seu próprio tipo: as chamadas casas de quitandeiras, que também serão discutidas ao longo da dissertação.

Iremos discutir significados das “margens de autonomia”, o que Maria Helena Machado definiu como “as possibilidades de usufruir de tempo livre para a concretização de uma organização sócio econômica”.²⁵ Assim, compreendemos essa noção como a luta pelo estabelecimento de um ritmo próprio de trabalho, a defesa de margens significativas de tempo livre, a repulsa ao trabalho vigiado, a economia independente.²⁶ Tais elementos nos levaram a

²² LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s. *International Review of Social History*, v. 62, n. S25, p. 45-73, 2017.

²³ Ibidem.

²⁴ SANTOS, Lucimar Felisberto dos. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). *Politeia-História e Sociedade*, v. 9, n. 1, 2009.

²⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de história*, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988, p. 153.

²⁶ Ibidem, p. 160.

pensar nos graus de autonomia dentro das condições específicas nas relações de trabalho dessas trabalhadoras.

A partir de 1871, mas especialmente após 1885 tanto os senhores quanto os escravizados, testemunharam o acirramento de um intenso debate sobre os limites da legitimidade do poder senhorial, desencadeando reflexões sobre os sentidos de liberdade e cidadania no Brasil. Homens e mulheres escravizadas recorriam às leis nas arenas jurídicas, fugiam, buscavam refúgio entre os abolicionistas em busca de liberdade e autonomia. Por serem importantes aparatos jurídicos para o processo de emancipação, também nos preocuparemos em abordar, ainda que mais sucintamente, reflexões sobre tais legislações abolicionistas, buscando relacionar seus efeitos pensando no caso do nosso objeto. Afinal, as mulheres eram o centro do processo de emancipação legal: do ventre se iniciou a liberdade.²⁷

Todo esse fundamental contexto que estamos introduzindo é o pano de fundo da reconstituição do cotidiano de quitandeiras. Conforme apontou Fabiane Popinigis, o cotidiano de homens e mulheres pobres nas cidades e no campo tornou-se tema central de investigação a partir dos anos 1980, recebendo considerável atenção na pesquisa histórica sobre suas condições de existência, atividades laborais, cultura e estrutura familiar. A história da classe trabalhadora, anteriormente muitas vezes retratada na produção militante e acadêmica como politicamente inerte, passou a ser examinada não apenas através do prisma de suas greves e batalhas sindicais, mas também de suas festas, sociabilidades e condições de moradia, reconhecendo-as como partes essenciais de sua experiência e para a construção de elementos simbólicos de identidades.²⁸

Sendo assim, estamos mobilizando o conceito de cotidiano conforme elaborou Maria Odila Silva Dias: “[o próprio termo] indica, de imediato, para muitos, uma ideia de rotina, de lazer, de fatos encadeados num plano de continuidade, campo da necessidade e da repetição, área reservada ao consumo, à cultura dominante”, no entanto, “o conceito sugere, antes, mudança, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser.”²⁹

Nessa orientação, o conceito de cotidiano tem sua própria historicidade, não diz respeito apenas à hábitos e costumes. Importa, no caminho, trabalhar as tensões e conflitos: “a politização do privado, das relações de gênero, de uma pluralidade de sujeitos e os diferentes

²⁷ COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade.** Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora Unicamp, 2018

²⁸ POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o império e a república. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 29, p. 647-666, 2016.

²⁹ DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

processos históricos de construção das subjetividades”.³⁰ O cotidiano é, portanto, politizado. Com a presente pesquisa, queremos observar dentro disso, mulheres de cor trabalhadoras e seus papéis, ou melhor, como pontua a autora, de preferência, *estratégias* ou *atitudes*, que melhor conotam “possibilidades de improvisação de mudanças e de resistência”.³¹

Diante disso, podemos compreender as lutas dos homens e mulheres escravizados, libertos, livres e pobres não apenas como reações simples à opressão imposta de cima, mas sim como ações orientadas por estratégias e objetivos dos indivíduos envolvidos, de acordo com suas próprias perspectivas.³² Essas bases conceituais são a pedra angular se o que queremos é investigar as experiências vividas. E com experiências, fazemos referência aqui às noções atribuídas por E. P. Thompson, nas quais a *experiência* não é apenas um conjunto de eventos vividos pelos indivíduos, mas sim uma construção que envolve as percepções, interpretações e significados atribuídos por eles a esses eventos.³³ Afinal, foi na crítica às análises puramente teóricas ou leituras teleológicas da história que se evidenciou a necessidade de compreender as ações e escolhas dos trabalhadores pautados pela sua própria experiência,³⁴ e “a maneira como significam, individualmente ou em grupo, a experiência vivida [...].”³⁵

Com essas ferramentas construímos as reflexões que se sucedem. No primeiro capítulo buscarmos observar experiências de trabalho de quitandeiras do Rio de Janeiro nas décadas de 1870 e 1880. Com base, sobretudo, nos Anúncios dos jornais, o objetivo é entender como se configurou a demanda pelos serviços dessas trabalhadoras nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro. À luz da vasta historiografia sobre a escravidão urbana e a Corte imperial, analisamos as condições de trabalho, as jornadas, e características dessa demanda. Também propomos refletir sobre as relações de gênero no ofício de quitandar nesse período, discutindo também o trabalho de menores quitandeiros.

O segundo capítulo intenciona observar as ofertas de serviços do quitandar. Para isso, investigamos características do aluguel dessas trabalhadoras, assim como da venda de quitandeiras escravizadas no período. Nele dialogamos com a performance de outros ofícios femininos (como lavadeiras principalmente, mas também cozinheiras, engomadeiras, doceiras e outras funções relacionadas ao serviço doméstico), refletindo sobre a habilidade de realizar

³⁰ Ibidem, p. 231.

³¹ Ibidem, p. 257.

³² POPINIGIS, F. Op. Cit., p. 650.

³³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução Renato Bussato Neto, Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁴ LARA, Silva Hunold. E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista do Programa de Estudos em História do Departamento de História PUC-SP**, n. 12, 1995.

³⁵ POPINIGIS, Fabiane. E. P. Thompson e a experiência da classe trabalhadora. In: AMORIM, H.; SILVA, J. B. da (Org.). **Classes e lutas de classe: novos questionamentos**. São Paulo: Annablume, 2015.

múltiplas tarefas ao mesmo tempo, dentro e fora dos domicílios. São abordadas questões como os valores de remuneração dos serviços e das pessoas, e as práticas de agenciamento de trabalhadores, buscando entender possibilidades sobre seus graus de coação e autonomia. Todas essas discussões abrem espaço para pensar diferenciações de gênero a partir dos arranjos de aluguel, dinâmicas de escravidão e liberdade, e mudanças no perfil das relações de trabalho ao longo das décadas aqui abordadas.

Sugerimos que essas mulheres tiveram um papel importante na reinvenção desses arranjos, caracterizados pelo crescente uso do aluguel de serviços, o exercício de múltiplas funções, relações de trabalho altamente personalizadas e com diferentes graus de autonomia. Destacamos a percepção do *quitandar* enquanto ofício especializado e qualificado para trabalhadoras de cor, com flutuações de ofertas de trabalho influenciadas pelo imbricado contexto, e com diferenciações de gênero também observáveis espacialmente.

O terceiro e último capítulo volta-se para a conexão entre trabalho e sociabilidade, atentando para as “outras dimensões da realidade, da cultura e da experiência humana”.³⁶ Analisamos histórias de colaboração e solidariedade entre mulheres desse ofício, por meio de anúncios de fugas, bem como notícias publicadas em jornais da Corte. Intencionamos observar episódios da vida cotidiana, atrelando a agitação dos movimentos abolicionistas, a política cotidiana e seus efeitos nas relações sociais, entendendo como podiam ser desenvolvidas a partir da dimensão do trabalho. Pensamos com ênfase em suas casas, que serviam de pontos de acoutamento de fugitivos, em diferentes lugares da cidade. Com essa discussão, buscamos aprofundar em que medida podemos estabelecer uma relação de proximidade com os zungús, para entender mais especificidades, no intuito de avançar nos sentidos de compreensão dos papéis ou *estratégias* de *quitandeiras* nesses espaços.

Com isso refletimos sobre a construção de suas sociabilidades e seus comportamentos no cotidiano de trabalho, buscando fornecer ganhos interpretativos para análises anteriores. O objetivo, portanto, é entender mais vivências de *quitandeiras* pela cidade, investigando a formação de comunidades entre as trabalhadoras, as fugas, suas lutas coletivas pela liberdade, e suas disputas por espaços de trabalho e pela continuidade desse ofício. Como estabeleceu Maria Odila Dias, reconhecendo a singularidade das experiências de vida, mas captando conexões de vivências.³⁷

A pesquisa apresentada nas próximas páginas buscou esmiuçar o trabalho e a vida das mulheres negras do *quitandar* (que se fez verbo na linguagem dos jornais e na presente

³⁶ ³⁶ LIMA, Henrique Espada. Op. Cit.

³⁷ DIAS, Maria Odila Silva. Op. Cit., p. 237.

pesquisa), e incluir novos problemas à luz de recentes discussões historiográficas, a partir da observação de movimentos sutis, mas significativos. Há também um esforço para que histórias de mulheres negras sejam contadas não só através das marcas que remetem à violência e nas experiências de dor, mas que essas histórias consigam dar conta das dimensões diversas da experiência humana.

CAPÍTULO I

“Se fôr quitandeira, melhor”: as relações de trabalho de mulheres no quitandar

PRECISA-SE de uma preta que cozinhe e engomme com perfeição roupa de senhora: se fôr quitandeira melhor: na rua do Sabão n. 27, 2º andar.

Fonte: ANÚNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 00136, 18 nov. de 1871.

Entre queijos, mobílias, vestimentas, e toda a sorte de produtos e serviços, comercializados e oferecidos nos anúncios, estavam aqueles relativos às pessoas escravizadas, sendo vendidas, alugadas, procuradas para trabalhar ou pelos seus senhores por fugas. Por meio de pequenas chamadas do tipo “aluga-se”, “vende-se” ou “precisa-se”, apresentavam informações como suas especialidades, a condição, a idade, traços físicos e de saúde, assim como outras características pessoais ou profissionais.

Em alguns anúncios constavam as condições de trabalho propostas, como o acordo para os casos de aluguéis, ou a forma e o valor do pagamento estipulado pela locação, que eram combinados nos endereços publicados para a procura do anunciante ou por meio de cartas trocadas nos escritórios dos jornais. Em outros casos, o negociante buscava expor atributos e ideias sobre a pessoa ou serviço comercializado para impulsionar a venda ou aluguel publicados do jornal. E assim era formado o que podemos chamar de um registro visível das diferentes demandas e ofertas laborais para trabalhadores escravizados, livres e libertos.

O ofício das mulheres negras quitandeiras estava imerso nessa dinâmica. Como podemos verificar, na chamada acima e em centenas de outras, ser uma quitandeira era certamente um ofício que merecia destaque dentro dos complexos mundos do trabalho do final do XIX. No anúncio, procura-se por uma cozinheira e ao mesmo tempo engomadeira, mas “se for quitandeira, melhor”. Isto é, no 2º andar do número 27 da rua do Sabão, precisava-se de uma trabalhadora multitarefa, que serviria ainda mais aos propósitos tendo a habilidade de *quitandar*.

A maioria dos trabalhadores anunciados nos jornais podia desempenhar mais de uma atividade,³⁸ como cozinheiras que também lavavam, cozinheiros que também eram copeiros, e

³⁸ SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados:** o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio Janeiro, 2850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. P. 209.

até acumular atividades fora do espaço do domicílio, como vender quitanda. Esses aspectos serão melhor discutidos no decorrer do capítulo. Mas ainda que muitas quitandeiras também executassem outras funções, eram sempre demarcadas por esse ofício em suas descrições. Ao que parece, embora realizassem muitas tarefas diferentes, ou seja, fossem multitarefas, esse ofício de quitandeira era reconhecido como principal a ser referenciado, fosse pelo redator do anúncio, proprietária ou proprietário da escravizada ou, até mesmo, como uma identidade apropriada por elas mesmas, que se reconheciam e queriam ser reconhecidas como tal.

Este capítulo se dedicará a observar algumas das experiências de trabalho de quitandeiras do Rio de Janeiro no período de 1870 a 1888. O objetivo é entender como se configurou a demanda por serviços dessas trabalhadoras nesse período. À luz da vasta historiografia sobre a escravidão urbana em diálogo com as fontes, analisamos os arranjos, as condições de trabalho, jornadas, e características dessa demanda. Também propomos refletir sobre as relações de gênero no ofício de quitandar nesse período, discutindo distinções entre homens e mulheres, maternidades e o trabalho de menores quitandeiros.

Para essa investigação, utilizamos uns dos principais diários que acompanharam a cidade por uma boa parte do século XIX: o *Jornal do Commercio* (RJ), o *Diário do Rio de Janeiro* e a *Gazeta de Notícias* (RJ). Serão analisados os anúncios referentes a quitandeiras contidos nos periódicos cariocas que circularam nessas últimas décadas da escravidão. E através desse conteúdo buscaremos investigar aspectos das relações de trabalho das mulheres de diferentes *status* jurídicos engajadas nesse ofício. Isso porque grande parte das transações comerciais que envolviam a prestação de serviços era iniciada por meio dessas páginas.

Entre 1870 e 1880, a dinâmica da escravidão e dos mundos do trabalho ganha novos contornos. A preocupação dos contemporâneos com a questão da “substituição da mão de obra” tornou-se um tema já clássico da historiografia, que há muito contesta a ideia de um movimento transitório linear entre o mundo da escravidão e do trabalho livre e assalariado.³⁹ Cada vez mais interessa-se pela compreensão dessas complexidades, como as características de coerção, tutela, trabalho compulsório, servidão e os tipos de contratos específicos, ou seja, toda a gama de situações intermediárias que se encontram no meio dos conceitos extremos de “trabalho escravo” e “trabalho livre”.⁴⁰ Como mostrou Beatriz Mamigonian, a escravidão não foi seguida

³⁹ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto de História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.16, p. 25-38, 1998. Essa ótica reivindicou a construção de uma historiografia que revisitasse conceitos como o de autonomia, mobilidade, sociabilidade, estratégia, resistência e afins, além de colocar como cerne a visão dos próprios sujeitos escravizados. Cf.: POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, p. 307-328, 2019.

⁴⁰ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 200.

por relações de trabalho assalariado, mas por uma variedade de relações de trabalho compulsório ou não assalariado, nas quais a mão de obra predominante não era a estrangeira, e sim a nacional, que compreendia os negros livres, indígenas, brancos pobres e mestiços.⁴¹

Ao redefinir sentidos possíveis para o *ser livre*, e buscar entender nuances das relações de trabalho, cada vez mais particularizadas, reafirma-se também a importância de compreender a liberdade a partir de diferentes experiências e expectativas dos escravizados e escravizadas.⁴² Expectativas que não necessariamente estavam alinhadas aos *status* jurídicos do indivíduo, nem ao acesso a esse mercado de trabalho livre e assalariado. A intenção da presente discussão é contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as particularidades da vivência laboral de quitandeiras, observando-as nas transformações com a crise da escravidão e a derrocada do Império.

Os anúncios de jornais, enquanto fontes históricas, foram utilizados diversas vezes na historiografia por constituírem um registro da oferta e a procura de trabalhadores na sociedade escravista. Afinal, eram um dos principais recursos para a contratação de ofícios especializados, fossem eles prestados por pessoas escravizadas, libertas ou livres. Nas décadas finais e mesmo depois do fim da escravidão, quando foram legalmente extintas formas de emprego da força de trabalho cativa, essa tendência de comunicação e divulgação da oferta e procura por meio de jornais era muito fomentada. Além disso, por meio da imprensa podemos obter dados sobre a vida social, política, econômica, cultural, e observar elementos das diversas formas de pensamento e de atuação de grupos sociais.

O ofício das quitandeiras, por sua vez, foi também alvo de amplo interesse dos historiadores, que as incorporaram de forma definitiva em estudos sobre as dinâmicas da escravidão urbana.⁴³ Tais estudos tem mostrado amplamente que essas mulheres eram parte

⁴¹MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORETINO, Manolo (org). **Tráfico, cativeiro e liberdade** – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 392.

⁴² As concepções de Sidney Chalhoub em “Visões da Liberdade”, também nos auxiliam a compreender o quanto foram decisivos, nas décadas finais do segundo Reinado, significados de liberdade construídos por negros e negras. Essas visões não se limitavam a posse de Cartas de Alforria, mas para além disso, era muito significativo conseguir espaços de autonomia. O sentido da liberdade também estava na autonomia de ter um pedaço de terra de cultivo para sua subsistência, no acúmulo de dinheiro, na constituição de famílias e/ou na criação e manutenção de relações sociais. Chalhoub demonstra que na maioria das vezes em que o cativo buscava romper com a lógica da escravidão contava com o estreitamento de suas relações com outros. Cf.: CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁴³ SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, n. 17, 1996. FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUMB, 1993. SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. “Dizem as Quitandeiras...”: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, v. 15, n. 2, p. 3-16, 2002. POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”: Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro – 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, n. 46, 2012. POPINIGIS, F. Maria Mina e as

fundamental do funcionamento das cidades e dos centros urbanos brasileiros, partilhando os mais variados espaços com outros agentes, trabalhadores escravizados e livres.⁴⁴ O alcance de suas relações ia além da esfera familiar, abrangendo a vizinhança, colegas de trabalho, empregadores, clientes e até mesmo aqueles que passavam pelas ruas, barracas e mercados. Essa ampla teia de conexões contribuía para moldar o mundo dessas mulheres, que, como outros grupos sociais, “imprimiam seu jeito de vivenciá-lo à dinâmica da cidade”.⁴⁵ Nesse sentido, trata-se um grupo que aprofunda a conexão entre os mundos do trabalho e as lutas por liberdade, do ponto de vista feminino.

Esse grupo, entretanto, era de caráter heterogêneo, já que, além de apresentarem status jurídicos variados (livres, libertas e escravizadas), as integrantes possuíam também diferentes origens: africanas de diversas nações e suas descendentes crioulas. Esses fatores, por sua vez, proporcionavam experiências diferentes entre elas. Por exemplo, quando africanas, muitas já tinham a experiência de quitandar em suas regiões de origem e podiam continuar a exercer o ofício após serem traficadas.⁴⁶

Mesmo diferentes, como discutiremos na presente pesquisa, as mulheres que exerciam esse ofício viviam em um microcosmo próprio, construído pelas possibilidades de conexões sociais que poderiam ser desenvolvidas, e pelas características de seu trabalho. E são essas as sutilezas que buscaremos observar nesse capítulo, ao analisar as relações de trabalho específicas de mulheres envolvidas com o comércio de quitandas, pensando no contexto da abolição, seus significados e suas implicações. Como se configurou a oferta e demanda dessas trabalhadoras nas últimas décadas da escravidão na sociedade carioca? Que mudanças podem ser observadas nesse período em relação às disputas pela ocupação desses espaços e às possibilidades de remuneração? Em sentido mais amplo, o que se busca com essa investigação é uma compreensão de como estava a situação dessas comerciantes nos mundos do trabalho no momento de sua reorganização.

disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, Século XIX. **Revista de história comparada**, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013. FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados minas:** africanos occidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Archivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2015.

⁴⁴ Para um debate historiográfico nesse sentido: LEITE, J. G. O trabalho na cidade e suas autonomias possíveis: O comércio de rua do Rio de Janeiro e as pretas quitandeiras. In: As quitandeiras, o *Commercio* e a liberdade: relações de trabalho e redes de solidariedades de quitandeiras na capital Imperial (1880-1888). Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

⁴⁵ DAMASCENO, Karine Teixeira. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 16, p. 187-201, 2016, p. 192.

⁴⁶ PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Nosso banco de dados conta com cerca de 1725 anúncios, obtidos nos periódicos *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, principais meios de divulgação do segmento, no recorte temporal adotado.⁴⁷ Para a amostra, a escolha dos periódicos acima citados se deve ao fato de serem diários de maior circulação da Capital. Foram coletados no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), pertencente à Biblioteca Nacional Digital.⁴⁸ Foi utilizada a ferramenta de busca por *Período*, dividida por blocos decenais. Dentro do marco cronológico da pesquisa, foram visitados os resultados de 1870 a 1879, e de 1880 a 1889, e utilizamos como principais palavras-chave “quitandeira”, “quitandeiras”, “quitandeiro”, “quitandeiros”, “quitandar”, “quitandando”, “quitanda”, “de quitanda”. Essa busca forneceu um conjunto de referências sobre o ofício presentes nos periódicos, as quais foram quantificadas e categorizadas em forma de banco de dados.

Aqui vamos usar parte desses dados para discutir as situações do trabalho, as condições para sua realização, as rentabilidades para os sujeitos envolvidos, e a partir disso aprofundar nossa compreensão de como eram os arranjos. Com este material acreditamos ser possível compor vestígios do enredo que marcou o cotidiano laboral social feminino dos fins do século XIX, dando ênfase às atividades executadas pelas quitandeiras no âmbito urbano e ao espaço que ocupavam nos mundos do trabalho.

Nesse capítulo comentaremos: o uso de anúncios na historiografia, apresentando as fontes principais da pesquisa, e sobre o ofício das quitandeiras, para discutir a centralidade do trabalho e as expectativas de liberdade e autonomia para aquelas mulheres. Isso sem perder de vista o contexto sócio econômico da cidade do Rio de Janeiro e do pequeno comércio no período retratado. Outros pontos importantes para o contexto serão abordados, como a lei de 1871 e seus impactos ideológicos nas relações de trabalho. Em seguida, analisaremos anúncios de demanda por serviços, discutindo questões como autonomia e mobilidade, e suas implicações nessas relações, em busca de entender características dessa demanda. Por fim,

⁴⁷ Foram contabilizados apenas anúncios endereçados na cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁸ Nesse sentido, algumas reflexões metodológicas podem ser feitas em relação ao uso da HBD. A busca por palavra, nominativa, é o que os historiadores Eric Brasil e Leonardo Nascimento chamam de uma prática historiográfica digitalizada: a própria escolha do termo de interesse implica a existência de conhecimento ou interpretação prévia do que pode ser encontrado nos documentos. No caso da HDB, essa busca por termo é através do Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition – OCR*). Conforme discutem os autores, o trabalho do historiador diante do arquivo digital, apesar das diferenças e cuidados necessários, exige o mesmo rigor no tratamento da fonte diante do arquivo físico. A HDB ao permitir a navegação livre por ocorrências, por páginas da edição e por todo o acervo do periódico, possibilita desviar de uma leitura e análise fragmentada, sem a compreensão do todo, dos significados contextuais da fonte e seu conteúdo. Cf.: BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de LCAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 33, p. 196-219, 2020.

discutiremos relações de gênero em diferentes perspectivas, incluindo a demanda por crianças quitandeiras, o que permite pensar um pouco sobre a maternagem dessas mulheres.

1.1. O trabalho de *quitandar*: seus espaços na cidade, na conjuntura, nos jornais e na historiografia

De longa data os anúncios de jornais relativos à população negra têm sido alvo de interesse e de estudos, sobretudo daqueles que se dedicam à compreensão da escravidão em espaços urbanos. A “anunciologia” destacou o potencial de pesquisa daquelas três, quatro ou cinco linhas dos anúncios, principalmente daqueles que chamavam a atenção para as fugas. Os proprietários precisavam descrever no pequeno espaço a pessoa escravizada com a maior riqueza de detalhes possível para facilitar sua captura, e assim informavam a respeito de doenças, apontavam certas peculiaridades do comportamento e características físicas, além de destacar costumes e vícios.

Através dos anúncios, Gilberto Freyre observou nas cidades de Recife e do Rio de Janeiro características físicas e culturais, e as ocupações especializadas dos escravizados, como: barbeiros, cozinheiros, sapateiros, ferreiros, marceneiros e outros; atentou também para a descrição de marcas e cicatrizes dos maus-tratos.⁴⁹ Posteriormente, Lilia Schwarcz por meio de diferentes fragmentos de textos da imprensa paulista no século XIX, identificou que o predomínio numérico de anúncios e classificados está associado ao fato de que os jornais eram empresas comerciais e viviam principalmente da publicidade. Desse modo, anúncios em abundância demonstravam um “índice de prosperidade de um jornal”.⁵⁰

Assim como no Rio de Janeiro, grande parte dos anúncios paulistas analisados por Schwarcz até o início da década de 1880 referia-se a cativos vinculados a todo tipo de transação econômica: compra, venda, aluguel, leilão, fugas, testamentos, empréstimos, penhora, transmissão etc. Como característica uniforme, ofereciam-se pessoas à venda não só por meio da afirmação das características físicas positivas das “peças comercializadas”, ressaltando suas singularidades, como também da negação das atribuições morais pejorativas geralmente associadas a eles. Com a proximidade da abolição, esses anúncios, antes destacados no centro

⁴⁹ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. Companhia das Letras, 2020. p. 72.

da página ou no alto, passam a esconder-se nos cantos das páginas, em letras menores e sem títulos grandes em negrito.

De toda forma, como afirmou o historiador Marcus de Carvalho, os anúncios dos jornais tornaram-se valiosos instrumentos para quem buscava trabalho e para quem precisava de empregados.⁵¹ As quitandeiras estavam inclusas nessa premissa, já que eram procuradas e oferecidas com frequência nas seções de anúncios, e é possível observar que elas constituíram uma parcela significativa da procura por ofícios realizados por mulheres no Rio de Janeiro. Nesse sentido, os anúncios de jornais se constituíram como um recurso fundamental para o estabelecimento de arranjos de trabalho entre empregadores e trabalhadoras.

FIGURA 2 – Anúncio de Aluguel no *Jornal do Commercio* (RJ)

ALUGA-SE, por 22\$, para casa de pouca família, uma preta, que lava e cozinha o trivial, e é boa quitandeira de doces ou hortaliças; na rua de Estacio de Sá n. 44.

Fonte: ANÚNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 50, n. 074, 16 de março de 1871.

FIGURA 3 – Anúncio de Venda no *Jornal do Commercio* (RJ)

VENDE-SE uma boa preta quitandeira, de nação mima, muito conhecida nesta ocupação: o motivo da venda é a retirada de seu senhor para a Europa: negocio decidido; para tratar, na rua Nova do Ouvidor n. 11.

Fonte: ANÚNCIOS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 50, n. 00282, 12 de outubro de 1871.

Em pequenos espaços como esses acima eram solicitadas e anunciadas quitandeiras e seus serviços. Como foi mencionado anteriormente, esse destacado ofício no mercado de trabalho era desempenhado principalmente por mulheres de cor, como se percebe pela descrição do anunciante: “Aluga-se, para casa de pouca família, uma preta, que lava e cozinha o trivial, e é boa quitandeira de doces e hortaliças” (Figura 2). O anúncio, além de informar sobre o “trivial”, ou seja, as atribuições comuns do serviço doméstico, também buscava valorizar a trabalhadora ressaltando suas habilidades com as quitandas.

⁵¹ CARVALHO, Marcus F. M. de. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lúcia Maria B.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria B. da C. (org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006. p. 176.

No exemplo seguinte, de mudança para Europa, um senhor anuncia a venda de uma “boa preta quitandeira”: “[...] de nação mina, *muito conhecida nesta ocupação*: o motivo da venda é a retirada de seu senhor para a Europa: negócio decidido; para tratar, na rua Nova do Ouvidor n. 11” (Figura 2, grifo nosso). Na tentativa de vende-la, ao afirmar que essa mulher era reconhecida pelo seu entorno pela sua atuação em seu trabalho, declarava o valor do desempenho daquela mulher enquanto trabalhadora no ofício de quitandar, exaltando sua boa reputação.

Certamente essa era uma característica relevante, principalmente porque, como destacado, ela era uma mulher *mina*. Diversas características eram atreladas aos que se identificavam ou eram identificados como africanos “minas”, sobretudo, a aptidão para o comércio, que era um traço de muito destaque. A origem desse termo “guarda-chuva” para diversos grupos étnicos está na nomenclatura do comércio e do tráfico atlântico de africanos ocidentais que saíam da Costa da Mina, que designava a costa a leste do Castelo de Elmina, local onde os negociantes portugueses conduziam o tráfico de escravizados.

Na diáspora do Golfo do Benim, o termo “mina” funcionou como um termo genérico, abrangendo vários grupos étnico-linguísticos da área Gbe. Originalmente, grupos como “Popos, Ardas, ou Araraes e Fulaos (Hulas)” e outros. No entanto, no século XVIII, com a expansão do comércio de escravizados no Golfo do Benim, o termo “mina” ganhou maior importância. Grupos Gbe, como os Hulas, Huedas, Couranos, Mahis e outros, foram frequentemente rotulados sob a designação “mina” na diáspora africana, apesar de pertencerem a grupos étnicos específicos.⁵² Em um processo de apropriação, os nomes de nação serviam como ponto de partida para a reconstrução de identidades mais abrangentes. Ao conviverem nas ruas, em irmandades, festividades religiosas ou em grupos de trabalho, os minas identificavam semelhanças linguísticas, comportamentais, crenças e locais de origem compartilhados. A partir dessas afinidades, eles formavam grupos mais amplos, desenvolvendo uma autoconsciência coletiva.⁵³

⁵² JÚNIOR, Carlos da Silva. A diáspora Mina-Gbe no mundo Atlântico. In: Rodrigues, Aldair; Lima, Ivana Stolze; Farias, Juliana Barreto (org.). **A diáspora mina:** africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Nau Editora, 2020. Um processo similar ocorreu com o termo “jeje”, que começou a ser usado na Bahia e se referia inicialmente a um grupo étnico específico, os Idjé, mas com o tempo passou a abranger outros grupos Gbe na região.

⁵³ FARIA, Juliana Barreto. No governo dos mercados: experiências e representações de “pretas minas” no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIA, Juliana Barreto (org.). **A diáspora mina:** africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Nau editora, 2020. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Being yoruba in nineteenth-century Rio de Janeiro. **Slavery & Abolition**, v. 32, n. 1, p. 1-26, 2011; FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). UFF, Niterói, 2004.

Desse modo, ao serem traficados para o Brasil, grupos como esse reinventavam os significados culturais de suas origens africanas, e carregavam essa espécie de gentílico como um atributo para manter uma conexão com seu local e/ou povo originário. No Rio de Janeiro oitocentista, incluíam iorubás, aussás, tapas, entre outros grupos, que apresentavam uma diversidade étnico e linguística contrária às ideias de continuidade e semelhança na identificação dos escravizados assim classificados.⁵⁴

Essa questão da identidade étnica era adaptada e usada para reforçar sua diferença, mesmo enquanto grupo heterogêneo, em relação aos outros africanos. Conforme Mary Karasch, ainda nos 1840, "mina" tinha adquirido um significado adicional que os caracterizava com atributos como orgulhosos, indômitos e corajosos, muçulmanos de língua árabe e alfabetizados, inteligentes, capacitados, enérgicos, e arduamente dedicados para a compra de sua liberdade.⁵⁵ Como completa Beatriz Mamigonian, apesar da filiação desses africanos minas ao islamismo não ser inteiramente consensual, o resto da descrição coincidia com o comportamento de alguns membros do grupo, uma reputação que eles também usaram em seu favor.⁵⁶

Nessa perspectiva, os minas, sobretudo as mulheres, ficaram conhecidos como exímios comerciantes, o que fez deles foco de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. Isso se deve a sua notória capacidade de comprar a própria alforria e por seu lugar central nas redes de comércio e, portanto, em redes sociais mais amplas entre os diversos grupos de africanos; além da fama que conquistaram, que foi apropriada como sinônimo de bons comerciantes.⁵⁷ As pretas minas eram reconhecidas por sua desenvoltura comercial, além da prosperidade econômica e a autonomia que desfrutavam no Rio de Janeiro oitocentista, recriando ou reavivando experiências vividas, presenciadas ou aprendidas com ancestrais e parentes deste e do outro lado do Atlântico.⁵⁸

Nas ruas da Corte, escravizados e libertos minas dominavam o mercado de ganho. Nos mercados cariocas, sobretudo no Mercado da Candelária ou Praça do Mercado, dentre os muitos

⁵⁴ FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Mariza Carvalho. De gbe a iorubá: os pretos minas no rio de janeiro, séculos XVIII-XX. *África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, v. 4, n. 8, p. 46-62, 2017. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000.

⁵⁵ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁶ MAMIGONIAN, Op. Cit., p. 83.

⁵⁷ POPINIGIS, Fabiane. Relações de gênero e etnicidade no trabalho do mercado. *Afro-Ásia*, n. 58, 2018.

⁵⁸ FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas*. Op. Cit. FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras: As pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII). In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói, 2007. SOARES, Carlos Eugénio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. *Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX*. In: SOARES, Mariza de Carvalho. Op. Cit.

comerciantes brasileiros e portugueses, os minas se constituíram como um grupo longevo e coeso nesse espaço, fosse nas quitandas ao redor ou mesmo nas bancas, o “parentesco étnico” um fator fundamental para esse desenvolvimento, conforme identificou Juliana Barreto Farias.⁵⁹

Fosse nos mercados ou nas ruas, em tabuleiros ou barraquinhas, eram esses os espaços de quitandar. Apesar da grande prospecção das minas quitandeiras, as páginas dos jornais não são exclusivamente ocupadas por elas: denominações como Congo, Cabindas, Benguellas, o termo “de nação” (sem especificidade) e crioulas também figuram nas fontes.

Por si, além de uma atividade especializada de mulheres de cor, enquanto trabalhadoras, era um trabalho lucrativo para o senhor que detinha sua posse, na medida em que permitia até mesmo que se pudesse viver na ociosidade caso possuísse de duas a três ou mais cativas nesse ofício.⁶⁰ Mais um indicador da lucratividade dessa modalidade para locadores e locatários, era o fato de que era uma atividade muito requisitada para o aluguel. Esse é um ponto que discutiremos nos próximos tópicos, e enfatizaremos no próximo capítulo.

Do ponto de vista econômico, é fundamental destacá-las como agentes essenciais na dinâmica do comércio alimentício da cidade. A necessidade de suprir com alimentos os trabalhadores dos portos, as tripulações e os cativos em navios negreiros desempenhou um papel crucial no estímulo da economia alimentar da Corte ao longo do Oitocentos. Em maior escala, a venda de comida de rua no Rio de Janeiro foi uma prática social e cotidiana essencial para alimentar a população trabalhadora, e teve um papel central para o abastecimento da cidade portuária em rápido crescimento. Sob essa abordagem, Melina Teubner avalia que a falta de uma infraestrutura governamental eficaz para o fornecimento de alimentos e a incapacidade dos aparelhos policiais em controlar os espaços públicos ofereceram oportunidades para o desenvolvimento dos pequenos negócios informais, especialmente na área portuária.⁶¹

Nesse sentido, os vendedores de alimentos constituíram um grupo diversificado de atores⁶² que exploraram oportunidades econômicas segmentadas, capitalizando suas habilidades culinárias e de venda. Claro que, esses trabalhadores viveram e trabalharam dentro de um sistema mais amplo que tratava o trabalho humano como uma mercadoria prontamente utilizada em prol da riqueza privada e do desenvolvimento econômico nacional. Por outro lado,

⁵⁹ FARIAS, Juliana Barreto. Op. Cit.

⁶⁰ SOARES, Cecília Moreira. Op. Cit., p. 58.

⁶¹ TEUBNER, Melina. Street food, urban space, and gender: Working on the streets of nineteenth-century Rio de Janeiro (1830–1870). *International Review of Social History*, v. 64, n. S27, p. 229–254, 2019.

⁶² Escravizados, ex-escravizados, escravizados assalariados, trabalhadores assalariados livres e semi-livres, mulheres autônomas e mulheres como trabalhadoras não remuneradas.

como destacou Teubner, as atividades remodelaram o cenário urbano e contribuíram para a formação de uma cultura culinária afro-americana nas ruas do Rio de Janeiro.⁶³

Envolvidas em processos diversos, de dimensões culturais, econômicas e sociais, a formação de grupos auto-organizados de vendedoras de quitandas lhes fornecia proteção e vantagens competitivas. Ao mesmo tempo em que essa dimensão coletiva alimentava processos mais complexos, como o fortalecimento da classe trabalhadora do Rio de Janeiro.⁶⁴

1.1.1. Trabalhando ao ganho: a lei de 1871 e as perspectivas de liberdade

Para além disso, a historiografia que versou sobre o trabalho de mulheres negras no comércio já elucidou o quanto era lucrativo para elas próprias, não apenas no sentido financeiro, mas principalmente porque impactava em suas condições de vida.⁶⁵ O sistema de ganho no qual atuavam as trabalhadoras de quitandas tinha suas lógicas particulares. Havia mulheres escravizadas colocadas ao ganho por seus proprietários, e as livres e libertas, que encontravam nesse trabalho seu sustento e de seus dependentes; essa dualidade, evidentemente, ocasionava experiências diferentes.

Como explica João José Reis, o trabalho ao ganho de escravizados e libertos dava significados de liberdade aos primeiros, enquanto aos segundos dava significados de escravidão – uma característica da escravidão urbana, embora em cada cidade os escravizados fizessem uma história particular. E assim foi em Salvador nos anos 1850, onde ganhadores e *ganhadeiras* enfrentavam diversas tentativas de disciplinamento no espaço público. Reis destaca aspectos singulares dessa modalidade: o ganhador organizava o seu tempo, ritmo e volume de trabalho, sendo um trabalho por tarefa, e não por unidade de tempo – algo familiar sobretudo para os africanos, como sublinha o autor.⁶⁶

Na definição de Luís Carlos Soares, “escravo de ganho” designava o que era mandado à rua para executar as tarefas e no fim do dia, semana ou mês tinha que entregar uma quantia determinada. Era uma modalidade bastante diversificada: podia-se trabalhar sozinho ou em grupo, tanto no comércio ambulante quanto vendendo em lojas, ou no transporte de cargas, ou

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ TEUBNER, Melina. Op. Cit.

⁶⁵ Cf.: FARIA, Sheila. Mulheres forras – riqueza e estigma social. **Tempo**, vol. 5, n. 9, jul. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000. DAMASCENO, Karine T. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Mundos do Trabalho**, vol. 8, n. 16, Julho/Dezembro de 2016. POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, Século XIX. **Revista de história comparada**, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013.

⁶⁶ REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, n. 18, p. 6-29, 1993. Ver também: _____. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

até mesmo pessoas em seus ombros pelas ruas da cidade.⁶⁷ Como notou Lucimar Felisberto, do ponto de vista do “escravo de ganho”, se de um lado, ser remunerado poderia contribuir para a acumulação do pecúlio necessário para sua própria indenização; por outro, quanto maior o seu valor no mercado, mais árduo seria o esforço necessário para se auto-indenizar.⁶⁸

Para as quitandeiras, se cativas, deviam dar a seus senhores uma quantia diária ou semanal previamente estabelecida, mediante acordo entre as partes. Esse acordo, segundo Cecília Soares, apesar da falta de garantia, costumava ser respeitado, sobretudo com a lei em 1871, com a autorização legal do direito ao pecúlio.⁶⁹ A lei nº 2040 de 17 de setembro de 1871, “Lei Rio Branco” ou “Lei do Ventre Livre” é importante ser aqui pensada, já que foi a primeira lei que versou diretamente sobre a organização do trabalho dos ex-escravos, no contexto de um projeto para sua emancipação gradual, libertando os filhos de ventres escravizados nascidos após a data de sua promulgação.

De acordo com Henrique Espada Lima, a lei proveu consistência jurídica a uma série de práticas costumeiras nas relações escravistas, entre elas a possibilidade do acúmulo de pecúlio, assim como de resgatar sua liberdade com esse pecúlio acumulado, e das indenizações devidas aos senhores. Outra questão que ganhou regulação foi a situação na qual o escravo se valia de empréstimo de um terceiro para resgatar sua alforria. O contrato de locação de serviços ficou restrito a um período de sete anos, e os libertos através da lei seriam obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se vivessem “vadios”.⁷⁰

Por essas e outras medidas que essa lei foi, nas palavras de Lima, “considerada como a peça central de uma estratégia legal que atrelava diretamente a libertação dos escravos à reordenação do trabalho e a transição para um mercado de trabalho livre”.⁷¹ Essas são considerações importantes quando é justamente na experiência das trabalhadoras negras no momento de reorganização do trabalho que estamos pensando, a partir do estudo de caso de um ofício – sendo esse o eixo do problema da presente pesquisa.

Nessa dinâmica de profundas transformações, é necessário entrever os sentidos que os próprios trabalhadores dão ao “mercado” no qual seriam “livremente” lançados. Os trâmites

⁶⁷ SOARES, Luís Carlos. A escravidão de ganho. In: **O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. 7Letras, 2007. P. 123.

⁶⁸ DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). **Politeia-História e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2009, p. 256.

⁶⁹ SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **AfroÁsia**, Salvador-BA, n. 17, p. 57-71, 1996.

⁷⁰ LIMA, H. E. Sob o domínio da precariedade: significados da liberdade de trabalho no século XIX. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, jul./dez. 2005, p. 289-325.

⁷¹ Ibidem, p. 302.

que ocorreram nesse momento revelam “o jogo universal da barganha”⁷² que, dentro dos limites de uma relação desigual, conduzia os ex-escravos a tirarem o melhor resultado material possível dos novos arranjos de trabalho.

Então se, por um lado, esse amparo legislativo oferecido a partir da lei em questão poderia guiar as escolhas desses sujeitos em suas novas situações, bem como a definição dos seus interesses, por outro, essas transformações poderiam também dar um novo sentido às suas expectativas e lutas.⁷³ Nessa perspectiva, a ideia de “liberdade”, para além de um objetivo político carregado de tensões, adquiria um significado novo para esses sujeitos:

[...] passa a carregar a promessa, absolutamente nova, de acesso a direitos universais, que implicavam uma outra forma de pertencimento que não passaria mais pela subordinação, mas pela ideia de filiar-se a uma comunidade de direitos e de deveres cívicos. Entre eles, o direito ao trabalho, mas também à propriedade, à remuneração digna, ao sustento próprio, ao futuro. Do mesmo modo, o direito de escolher a quais redes de sociabilidade e interdependência, a quais relações de solidariedade, a quais vínculos de sentimento pertencer.⁷⁴

Essa ampla concepção de liberdade, um valor abstrato, conforme Lima, aponta para a possibilidade de poder dar um sentido autônomo a essa nova forma de pertencimento. Há ainda um outro viés: o autor atenta para o fato de que “as promessas que o termo carrega não se cumpriam automaticamente com a emancipação”,⁷⁵ e disso sabiam os escravizados e libertos. O que ele chama de “realidade moderna da desfiliação social”⁷⁶ tinha seu lado desafiador: diante da individualidade da nova organização do mercado de trabalho, as velhas coerções podiam ser substituídas pela coerção da miséria.

Por esse ângulo, o *ser livre* também poderia significar a insegurança da ausência de ligações e de interdependências dos que se empenhavam para se inserir de algum modo nesse mundo.⁷⁷ Talvez por isso fosse mais tênue essa linha para trabalhadores da rua, já que, mesmo quando cativas era possível identificar algum nível de independência no exercício de suas atividades cotidianas. Trabalhar na rua, além de possibilitar a construção de solidariedades diversas, propicia o maior contato com experiências de liberdade. A relação de pertencimento e subordinação operava em uma dinâmica diferente, e, nesse sentido, homens e mulheres

⁷² Idem.

⁷³ Ibidem, p. 310.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Ibidem, p. 311.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

trabalhadores dessa modalidade já tinham graus de autonomia diferentes antes mesmo da conquista de suas emancipações.

Sobretudo no caso das quitandeiras, em que os arranjos de trabalho permitiram vínculos com a escravidão a século XIX. Em perspectiva mais ampla, é sabido que no contexto da segunda metade do século, as restrições ao tráfico e sucessivo encarecimento da mão-de-obra levaram a flexibilização do sistema de trabalho escravo, que passava a conviver com formas alternativas de mão-de-obra livre ou semilivre.⁷⁸ No âmbito do tratamento das relações de dominação, como estratégia de controle social dessa mão-de-obra, remava-se rumo a uma política senhorial mais barganhista, interessada no aumento da longevidade desse sistema. Outros fatores como a incipiente opinião pública, as denúncias dos jornais, o alcance da atuação policial e judiciária, assim como a atuação dos abolicionistas, são também apontados como fatores influenciadores na repaginação dessas relações⁷⁹, que passaram a contar com maiores margens de autonomia escrava.

1.1.2. Trabalhando no Rio de Janeiro: autonomia e a reorganização do trabalho

No contexto urbano, a própria geografia das cidades e a natureza de suas atividades econômicas, tornava inviável a prática de manter os escravizados confinados, era necessário redesenhar as relações “senhor-escravo”. A economia urbana demandava uma mão-de-obra mais móvel, que não podia ser rigidamente controlada pelos proprietários. Consequentemente, era necessário permitir uma certa dose de autonomia e liberdade aos “escravos urbanos”, uma vez que precisavam desempenhar papéis que os levavam além dos limites e do controle estrito de seus senhores.⁸⁰ Essa adaptação nas relações escravagistas urbanas frequentemente levava a uma reavaliação das normas tradicionais da escravidão, proporcionando aos escravizados de ambientes urbanos maior mobilidade e autonomia em comparação com seus pares em ambientes rurais.

Esse cenário fica ainda mais vívido quando olhamos para como se constituíam as relações de trabalho para as trabalhadoras urbanas da Corte. O impacto individual e coletivo de trabalhar nas ruas, com arranjos de trabalho personalizados e com alto grau de autonomia, era manifesto nas relações de submissão, assim como nas redes de relações e possibilidades.

⁷⁸ MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. São Paulo: Edusp, 2022. P. 22 e 23.

⁷⁹ MACHADO, Maria Helena. Op. Cit.

⁸⁰ DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. Op. Cit.

Conforme sublinha Barreto Farias, confiança, amizade, parentesco, religião e etnicidade eram alguns dos fatores que viabilizavam conexões identitárias que, uniam quitandeiras, pequenos comerciantes e outros trabalhadores, sobretudo minas, que eram predominantes no comércio ambulante e no transporte de mercadorias, na Praça, nas ruas, casas e irmandades da cidade. Essa dinâmica inclusive foi fundamental para o “sucesso comercial” e a visibilidade que angariaram ao longo do tempo.⁸¹

Na perspectiva que analisamos aqui, verificamos que um outro fator que viabilizava conexões era o exercício do ofício de quitandar. E essa era uma circunstância que pode ter sido fundamental para o sucesso de seus objetivos pessoais relacionados com a obtenção de suas liberdades e de seus parceiros ou parceiras. Com mais facilidade de construir as suas próprias interdependências em cativeiro, poderiam ser menos suscetíveis a sofrer possíveis coerções da miséria em liberdade.

Desde a primeira metade do século XIX, elas podiam angariar o benefício de não residir com seus senhores, um acordo resultado não só da vontade senhorial com também da agência das escravizadas. Morar fora da casa do senhor significava que era ela a principal responsável por sua alimentação e moradia, e nesses casos, a importância devida ao senhor podia ser menor do que nos casos em que se mantinha o vínculo de morar na mesma casa. Viver sob esse arranjo diminuía drasticamente o controle desses sobre suas vidas, mas também trazia a responsabilidade do auto sustento. E o excedente das vendas arduamente conquistado podia ser guardado pela cativa e servir para seus gastos particulares ou para a compra de sua liberdade. As libertas, por sua vez, podiam ter os produtos da venda integralmente para si, e utilizá-los para seus sustentos. O retorno financeiro dependia das oscilações de mercado, mas podia ser uma das melhores alternativas para uma liberta.

Para o Rio de Janeiro, certamente essa também era uma realidade para boa parte dos 49,85% do total da população cativa de 1872. Mais concentrada em freguesias urbanas como Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Santo Antônio e Espírito Santo, a população cativa nesse período, na Corte, equivalia a menos da metade do número calculado pelo censo de 1849.⁸² Fatores da conjuntura política influenciaram essa redução, como: a venda maciça de escravizados do Rio de Janeiro para as áreas cafeeiras. Além do crescimento da campanha Abolicionista, e os impactos ideológicos das leis de 1871 e de 1885. Por volta desse ano, cerca de 20.000 escravizados ainda habitavam a cidade, mas nos três anos subsequentes esse número

⁸¹ FARIAS, J. B. Na Praça, na rua, na irmandade. In: Mercados Minas [...]. Op. Cit.

⁸² BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872.** v. 5 (Município Neutro). Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger, 1874.

se reduziria drasticamente. Às vésperas da abolição, no início de 1888, a população cativa da cidade estava reduzida a mais ou menos 7.000 indivíduos.⁸³

Para mais, estava em projeção a problemática da imigração, que impactou a caracterização da população da Corte e consequentemente na questão do trabalho, sobretudo nos mundos do comércio. Conforme Luiz Felipe Alencastro, a partir dos anos 1850, com a supressão do tráfico negreiro, se intensificou a política oficial de imigração: fazendeiros e grandes comerciantes buscavam angariar proletários estrangeiros a fim de continuar obtendo mão de obra.⁸⁴ Nesse período, a “demanda multiforme de trabalho”⁸⁵ na cidade propiciou a inserção em massa de trabalhadores portugueses, o que reduziu a dimensão da escravidão urbana, além de ter proporcionado a extensão da rede comercial portuguesa.

Além de produzir concorrência para serviços antes desempenhados por escravizados ao ganho, como o transporte de cargas, o proletário estrangeiro estimulou a progressiva desativação do emprego de cativos nas atividades urbanas, a partir de 1849 até os anos iniciais da década de 1870. Os altos fluxos migratórios também impactaram a demografia da cidade: no caso das mulheres, o autor identifica que o número de cativas cai 46% nesse período, enquanto o número de portuguesas aumenta 92%.⁸⁶ Esses dados apontam para o aumento da disputa por mercado de trabalho do público feminino.

É esse contexto que forma o tecido social a ser analisado, ou melhor, o *panno da Costa* – traje característico das mulheres trabalhadoras de quitandas.⁸⁷ Conforme Sidney Chalhoub, nos vinte anos seguintes após a cessação definitiva do tráfico negreiro nos anos 1850, foram essas mudanças demográficas junto ao adensamento político das ações dos escravizados que deixaram patente a vulnerabilidade da escravidão nos anos 1870. Um processo que, de uma perspectiva ampliada, ocorria desde 1830, quando os movimentos dos negros já impactavam em dificuldades insuperáveis para as autoridades de controle da Corte.⁸⁸

E quando olhamos para as transações escravistas, o fim do Mercado do Valongo obrigou o “comércio retalhista de escravos” a se reorganizar.⁸⁹ Como aponta Luiz Carlos Soares, nos anos 1830 e 1840 ocorreu uma proliferação de escritórios ou casas de negociação (compra, venda e aluguel), que se espalharam pelas freguesias centrais e subúrbios da cidade. A maioria

⁸³ SOARES, Luís Carlos. O Rio de Janeiro no século XIX: desenvolvimento econômico, urbano e populacional. In: **O "povo de Cam" na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. 7Letras, 2007.

⁸⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos- Cebrap**, São Paulo, n 21, p. 30-56, 1988.

⁸⁵ Ibidem, p. 40.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ FARIA, Juliana Barreto. **Mercados minas**, Op. Cit., p. 15.

⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., P. 231.

⁸⁹ SOARES, Luís Carlos. Op. Cit., p. 43.

controlada por negociantes brasileiros e portugueses, tendo também estrangeiros em menor escala, como franceses, ingleses e alemães. Essas firmas precisavam de licença da Câmara Municipal para funcionar, apesar de isso não impedir que muitas se arriscassem sem autorização, já que esse era um negócio muito lucrativo.⁹⁰ Essa questão do agenciamento será melhor discutida no capítulo seguinte.

Um anúncio poderia ser criado tanto por intermédio de uma casa de comissão, quanto pelo próprio senhor que buscasse alugar ou vender os serviços de seus escravizados, se tornando assim um registro visível de relações de trabalho que nem sempre eram formalmente ou contratualmente forjadas. Esses serviços, expostos nos jornais, atravessavam o cotidiano carioca do fim do XIX. E são nessas linhas que buscaremos observar as nuances do trabalho de quitandar nesse período. Afinal, o que podemos depreender sobre esse ofício e dos mundos do trabalho feminino nesse contexto através dessas páginas?

1.2. “Precisa-se de uma boa quitandeira”: aspectos da demanda por serviços de quitandeiras

No diálogo com os Anúncios no *Jornal do Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, nos anos finais da escravidão, nossa intenção é compor um panorama das relações de trabalho nesse ofício, com base na repercussão de demandas, aluguéis e vendas nos jornais. Mesmo mediante a alta oferta para aluguel e venda das trabalhadoras, existiu uma procura significativa expressa nos jornais, o que corrobora para pensarmos na questão lucrativa para quem explorava o trabalho de uma quitandeira, assim como investigar aspectos particulares da demanda por esses serviços.

No geral, encontrar um trabalho na cidade no contexto observado não era das tarefas mais simples. Dispor de um contrato regular de trabalho era privilégio de funcionários públicos civis e militares. Outros profissionais como médicos, boticários, engenheiros, advogados e professores também mais acesso à renda atendendo a particulares ou em cargos públicos.⁹¹ Conforme Juliana Souza, diante das opções restritas e disputadas, era no comércio a varejo de alimentos no grande centro consumidor do Rio de Janeiro que muitos viam uma

⁹⁰ Idem.

⁹¹ SOUZA, Juliana Teixeira. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na corte imperial (1870-1880). In: AZEVEDO, Elciane *et al.* **Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Universidade, 2009, p. 189 e 190.

forma de ganhar a vida. Assim, os que possuíssem algum capital podiam abrir tabernas, ou as chamadas “tascas”, os restaurantes de comida barata para trabalhadores.⁹² Nesse cenário, muitos senhores e negociantes de baixa e média renda que lucravam com o aluguel de serviços tinham na exploração de trabalhadores engajados no quitandar um meio de se introduzir nesse mercado.

Na cidade, a historiadora Ynaê dos Santos identificou que os usos dos escravizados variavam não só de acordo com a demanda por trabalho, como também a posição socioeconômica de seus proprietários. Escravizados por senhores de poucos recursos frequentemente realizavam jornadas de trabalho duplas ou até triplas, incluindo tarefas domésticas e a venda de produtos nas ruas. Esse padrão era mais notável entre as mulheres, que desempenhavam múltiplas funções. Por outro lado, proprietários mais abastados especializavam seus escravizados em diferentes tarefas, separando os que trabalhavam em casa daqueles que atuavam na cidade. Muitos senhores investiam na capacitação deles para obter um retorno mais significativo sobre seu investimento.⁹³

Certamente quando se buscava um retorno de investimento favorável, o emprego de quitandeiras era considerado uma das opções mais lucrativas. Em relação às remunerações ou à essa rentabilidade, alguns anúncios nos dão algumas pistas para avaliar esse aspecto. Por exemplo, em uma demanda pelo aluguel de serviços, oferecia-se na *Gazeta de Notícias* 1\$500 diários para o trabalho de uma quitandeira em um sobrado na rua do São José – o que renderia 45\$000, se trabalhados 30 dias ao mês: “Precisa-se de uma quitandeira, na rua do S. José n. 53, sobrado. Paga-se 1\$500 diários”.⁹⁴

De acordo com o levantamento realizado por Flavia de Souza, o valor do aluguel mensal de criadas domésticas escravizadas ou livres, no período de 1870 e 1880, era em torno de 30\$000 a 36\$000 para o ofício de cozinheiras, de 30\$000 para lavadeiras e engomadeiras, de 25\$000 a 40\$000 para criadas, e de 35\$000 para amas de leite.⁹⁵ Dessa forma, se compararmos aos aluguéis dessas outras funções, supomos que 1\$500 por uma diária era uma boa rentabilidade para o aluguel de uma quitandeira nesse período. Se 1\$500 eram pagos por uma diária de aluguel desse serviço, podemos supor que um dia trabalhado por uma quitandeira

⁹² Ibidem.

⁹³ SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. P. 135.

⁹⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1880, ed. 244.

⁹⁵ SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio Janeiro (1850-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. P. 114 e 115.

poderia render uma quantia bem maior que essa, considerando os lucros que o locatário deveria obter.

Isso nos dá margem para pensar que essa era uma boa rentabilidade para o ofício: nesse caso, se escravizada, seu locador poderia ter ganhos significativos; se livre, uma quitandeira conseguiria encontrar algum sustento no desempenho de sua função. Ao analisar o consumo e o comportamento da população carioca na segunda metade do século XIX, André Boucinhas concluiu que um trabalhador urbano precisaria de, no mínimo, R\$ 19\$000 por mês para cobrir os gastos com aluguel e alimentação.⁹⁶

Para um trabalhador sujeito ao sistema de escravidão, alcançar essa quantia, além de cumprir as obrigações salariais com o seu senhor, certamente não era tarefa fácil. No entanto, como sublinha Lucimar Felisberto, o desejo de viver em liberdade e de forma autônoma, ou a vivência “sobre si”, impulsionou muitos cativos a adotar estratégias como trabalhar horas extras, laborar nos dias de folga, cultivar relações com a classe senhorial ou com outros indivíduos de sua mesma condição social, sejam eles cativos, libertos ou pessoas de outras origens, bem como residir em áreas menos salubres, onde o aluguel para morar era mais acessível.⁹⁷

Já em outras situações, a demanda era específica por uma quitandeira livre para alugar, como nos exemplos abaixo. Nesses casos, lidariam e negociariam diretamente com a trabalhadora. Essa opção talvez possibilitesse aos contratantes negociar preços e acordos de maneira mais flexível. Na perspectiva das trabalhadoras, se ofereciam seus serviços para o aluguel, mesmo com a possibilidade de trabalhar para si, é um indício de que haviam casos em que elas encontravam na locação dos seus próprios serviços uma forma de trabalho melhor do que trabalhando por si, e para si. Isso realça uma faceta das dinâmicas do trabalho livre, na qual o auto sustento se tornava uma questão intricada. Por exemplo, se não tivessem fornecedores ou meios de adquirir novos produtos para vender, contar com um locatário que fornecesse essas ferramentas e meios para trabalhar era importante para que elas continuassem trabalhando.

Precisa-se de uma perfeita quitandeira, para vender quitanda na rua, *que seja livre* e de conducta afiançada; na rua Sete de Setembro n. 130. ⁹⁸

Precisa-se de uma quitandeira, *livre*, pagando-se bem; na rua do Senado n. 201.⁹⁹ [Grifos nossos]

⁹⁶ BOUCINHAS, A. D. **Consumo e comportamento no Rio de Janeiro na segunda metade do século**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Niterói, 2005. apud DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. Op. Cit.

⁹⁷ DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. Op. Cit., p. 259.

⁹⁸ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1882, ed. 00005.

⁹⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1880, ed. 00120.

Como observamos em relação à rentabilidade, era mais comum que os anúncios de demandas por serviços não explicitassem valores, mas muitos anunciantes faziam questão de utilizar a expressão “paga-se bem”, mesmo não estipulando o valor: “Precisa-se de quitandeiras ou quem venda ás tardes, paga-se bem; na rua do Conde do Bomfim n. 56, Andarahy”.¹⁰⁰ A presença desse enunciado pode ser vista como mais uma das evidências sobre a constância de negociações entre senhor e contratante, ou a própria trabalhadora e o contratante, ou ambos. E com a jornada de trabalho reduzida a apenas em turno, às tardes, as mulheres que ali trabalhassem poderiam acumular mais serviços em outros lugares nos turnos disponíveis. Ou mesmo, ter com esse arranjo de trabalho mais tempo livre, uma possibilidade interessante tanto para mulheres ainda cativas, quanto para as livres que labutavam para seu sustento e sobrevivência.

Vale pensar que, famílias chefiadas por mulheres sós era uma realidade muito comum entre os pobres, e o fato de trabalharem e garantirem o próprio sustento era um requisito que conferia respeitabilidade às mulheres pobres e trabalhadoras em suas redes de relações, ou mesmo perante à Justiça.¹⁰¹ Na Corte, diferentes mulheres encarregavam-se sozinhas do sustento e da manutenção das suas famílias, sobretudo as identificadas como “brasileiras” e “pretas forras”, como no caso das pretas minas locatárias na Praça do Mercado.¹⁰² Outras quitandeiras podiam se organizar da mesma forma, ao conciliar diferentes trabalhos em busca de prover para os seus.

Em outros casos, exigia-se um fiador, isto é, uma pessoa responsável por garantir a conduta do prestador de serviços ou assegurar financeiramente o reembolso do serviço contratado, em caso de prejuízos causados pelo trabalhador: “Precisa-se de quitandeiros e quitandeiras, que dêm [sic] fiador, paga-se bem; na rua do Riachuelo n. 47 G”.¹⁰³ Esse tipo de relação era comum na contratação de serviços do período, era costumeiro que os empregadores exigissem fiadores de conduta, pois aspectos morais e traços de caráter eram considerados essenciais. Era, desse modo, muito utilizada principalmente para os trabalhadores

¹⁰⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 00110.

¹⁰¹ DAMASCENO, Karine Teixeira. Op. Cit., p. 194. Ver também: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁰² FARIAS, Juliana Barreto. Op. Cit., p. 114. Nesse mérito, se destaca Emília Soares do Patrocínio, preta mina de muitas posses, inclusive de escravizados, que geriu quitandas como proprietária na Praça do Mercado por longos anos. Mesmo trabalhando ao lado de seu segundo marido, o ex-escravizado e também mina Joaquim Manuel Pereira, ela sempre esteve à frente dos negócios, apresentando negociações e solicitações à Câmara Municipal, comprando imóveis e escravizados, ou concedendo liberdade a outras cativas minas.

¹⁰³ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1883, ed. 00067.

domésticos.¹⁰⁴ O fiador era geralmente um empregador que lucrava com o ganho do ganhador, geralmente um negociante. Mesmo trabalhadores livres podiam precisar de um fiador para firmar acordos de trabalho, sendo ele o responsável por pagar por sua licença municipal, geralmente firmava-se uma tutela legal.

Em contrapartida da visão social predominante, para os proprietários, patrões ou alugadores de quitandeiras, esse era um serviço de muita responsabilidade, que precisava ser exercido por mulheres comprovadamente confiáveis. A fidelidade e a chamada “boa conduta” era um fator importante e decisivo para a contratação de serviços, e frequentemente destacado nos anúncios. Isso também pode ser compreendido como fruto do contexto histórico em análise, em que as relações sociais de trabalho como um todo tornavam-se cada vez mais monetarizadas. O serviço doméstico seguia a mesma tendência, e as exigências patronais em relação à comprovação da boa conduta dos empregados evidenciavam que a quebra de confiança era um determinante nas relações estabelecidas, considerando que a noção de infidelidade se traduzia no temor a crimes de furto e roubo.¹⁰⁵

Essas noções se estendem para o trabalho realizado na rua, mais ainda por se tratar de um serviço feito fora de sua supervisão e fora do seu domínio de posse. As quitandeiras lidavam diretamente com o dinheiro e eram elas responsáveis por entregar o seu próprio jornal para seu senhor ou alugador, sendo assim, era necessária a construção de uma relação de confiança entre as partes. O lucro do empregador, além de depender do resultado do trabalho dia a dia realizado por elas, do trato que elas tinham com as vendas, era dado pelas suas mãos.

Esse é um fator que diz muito sobre a importância de uma conduta que inspirasse tal confiabilidade: as mulheres desse ofício precisavam criar credibilidade e zelar por uma reputação como boas prestadoras de seus serviços para se manter no negócio e garantir a circulação tanto entre trabalhadores como entre “homens bons” da cidade.¹⁰⁶ Como pontuou Sandra Graham, a confiabilidade era moeda na troca de favores.¹⁰⁷ A importância da reputação seria, nesse sentido, um fator diferenciador entre as mulheres desse ofício.

¹⁰⁴ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 329.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 330.

¹⁰⁶ Foi o caso da africana Maria Mina da Costa, quitandeira experiente do Mercado Públco de Desterro. Ao manter uma relação comercial e de favores com seu proprietário, conseguiu não só um lugar para trabalhar no Mercado, como também acumular dinheiro e crédito, e, negociando uma alforria condicional, comprou sua própria liberdade. Se mantendo como quitandeira até sua velhice, conseguiu se articular para ter inclusive outras pessoas trabalhando para ela, e prosperar no disputado mercado de trabalho em Desterro no final do século XIX. Conforme mostra Fabiane Popinigis, Maria Mina foi um exemplo de figura valorizada, obtendo reconhecimento na praça, sucesso e projeção como comerciante. POPINIGIS, F. Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, Século XIX. *Revista de história comparada*, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013.

¹⁰⁷ Sobretudo, se comprassem a crédito produtos para vender, era essencial a manutenção da reputação de mulher confiável que pagava as contas, como era o caso de Henriqueta Maria da Conceição, na década de 1850. Comprou

Caso não apresentassem tais características, não seria difícil encaixá-las em outros ofícios, ou mesmo coloca-las sob o selo “para todo tipo de serviço”, generalizante, que não frisava a habilidade de um ofício em específico e possilitasse maior vigilância. O que nos permite pensar que só permanecia no ofício de *quitandar* as que tinham reconhecida qualidade no realizar do serviço, e com qualidade nos referimos a habilidade de vender bem, a competência de gerar lucratividade e a segurança de sua responsabilidade. Elas precisavam mostrar o seu grau de habilidade e empenho no serviço: enquanto umas “serviam para quitandar”, outras “eram quitandeiras”; ou seja, existia também uma classificação entre elas mediante suas qualificações. Ou mesmo, podemos supor, mediante a própria auto identificação com o ofício.

Alugão-se uma preta, boa lavadeira, engomadeira e cozinha o trivial, uma dita que lava e cozinha o trivial, *uma dita que lava bem e muito boa quitandeira por ser este o seu serviço*, uma bonita crioula com princípios de todo o serviço, própria para ama secca e uma crioulinha para carregar criança com princípios de copeira, na rua da Alfandega n 341.¹⁰⁸ (Grifo nosso)

Como no anúncio acima, no qual oferecia-se ao aluguel, junto de outras trabalhadoras e uma criança, uma “muito boa quitandeira, por ser este o seu serviço”. Tinha boas habilidades como lavadeira, mas ser quitandeira era o ofício daquela mulher, e isso ela desempenhava muito bem. A lida cotidiana com os tratos de vendas e as responsabilidades com o dinheiro também as favoreciam no desenvolvimento de habilidades de negociação e identificação de oportunidades.¹⁰⁹ Isso certamente dava mais perspectiva para as que estavam sob a condição de cativas.

O intenso contato com outras pessoas era um fenômeno que possibilitava o estreitamento de laços não somente entre escravizados e libertos, mas entre todos os atores sociais envolvidos (proprietários, capitalistas e trabalhadores, estrangeiros e nacionais etc), formando redes de relações diversas. Além disso, mulheres com esse ofício tinham maior liberdade de circulação durante o próprio exercício de sua ocupação.

sua liberdade e do africano com quem se casaria, Rufino, e continuou a vender quitanda depois de liberta, tendo comprado duas barracas licenciadas no largo do Rosário. Cf.: GRAHAM, Sandra L. Uma certa liberdade. In: **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, p. 214-227, 2012.

¹⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 00118.

¹⁰⁹ Segundo reforçou Richard Graham: “Ser um vendedor ambulante [...] requeria habilidades e conhecimento especializado, tino comercial, a faculdade de avaliar aqueles com quem se lidava, a disposição a aceitar algum risco, qualidades que podiam gerar autoconfiança e a capacidade de se recobrar”. Cf.: GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). Editora Companhia das Letras, 2013, p. 49.

Esse ofício, portanto, podia favorecer o estabelecimento de arranjos mais flexíveis, que impactavam a rotina de serviço e as relações de trabalho. Essa realidade era refletida nos anúncios de demanda, com a expressa permissão ou negociação das noites livres na proposta. Como exemplos, no primeiro anúncio, não importava se dormissem fora; no segundo, permitia-se “dormir fora, querendo”, expressando diretamente a relevância da vontade de ambas as partes nos acordos de contratação dos serviços; enquanto o terceiro, precisava apenas de uma quitandeira que servisse durante o expediente diário.

Precisa-se de duas quitandeiras, uma que saiba lavar e engommar, a outra que saiba lavar e cozinhar, não importa que vão dormir fôra; na rua da Relação n. 23ºA.¹¹⁰

Precisa-se de boas quitandeiras de cangica, angu e doces; na rua Oreste n. 7, praia do Sacco do Alferes, ou na rua de S. José n. 21, loja. – Permitte-se dormir fora, querendo.¹¹¹

Precisa de uma boa quitandeira, dando-se as noites livres; na rua da Quitanda n. 39, loja.¹¹²

A mobilidade havia se tornado uma necessidade, porque precisavam dela para cumprir as obrigações de pagamento dos jornais determinados por seus senhores e empregadores. Isso certamente foi decisivo para a concessão de autorizações para que, mesmo ainda escravizados, trabalhadores pudessem morar em lugares independentes.¹¹³ Essa obtenção da permissão para morar fora da residência do senhor era altamente valorizada por escravizados: a condição de livre também era aproximada da possibilidade de escolha de onde e com quem morar, simbolizava um passo em direção à liberdade.¹¹⁴

A saída da casa do senhor ou ex-senhor era um desejo que não necessariamente resultava em melhores condições materiais de vida, uma vez que ainda havia custos como aluguel e alimentação a considerar. Por outro lado, essa mobilidade implicava que esses escravos tivessem a oportunidade de viver de acordo com suas escolhas e desejos. Conforme a perspectiva apresentada por Chalhoub, a capacidade dos escravos de viverem "sobre si" e tomarem decisões autônomas contribuiu para minar os significados sociais da escravidão. No fazer de suas atividades diárias, trabalhadores negros da cena urbana, como as quitandeiras,

¹¹⁰ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1874, ed. 00308.

¹¹¹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 00251.

¹¹² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1879, ed. 319.

¹¹³ CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 319.

¹¹⁴ CHALHOUB, S. Op. Cit., p. 321.

podiam unir dois aspectos essenciais de viver "sobre si": a capacidade de escolher onde morar e o desejo de autonomia em suas atividades produtivas. Para o autor, compreender essa interligação é uma forma de entender a perspectiva que os próprios negros atribuíam à liberdade.

Os espaços de autonomia conquistados e cedidos eram definidores no tipo de morar de cada escravo urbano, assim como o ofício exercido. Os chamados "escravos urbanos" podiam habitar diferentes moradas que, de modo geral, obedeceram duas variáveis: a relação escravo-senhor e a posição socioeconômica do proprietário.¹¹⁵ Para até a metade do século XIX, Ynaê Lopes dos Santos identificou que a maior parte dos escravizados que habitavam as casas senhoriais eram ligados ao serviço doméstico, enquanto aqueles destinados ao ganho viviam mais sob o arranjo de morar sobre si, fosse em zungús, quartos alugados, ou cortiços.¹¹⁶

Sabe-se que o "viver sobre si" era uma prática disseminada pela sociedade imperial, e que possivelmente aumentou na década de 1870, período em que, segundo Marilene Rosa da Silva, cresceu também a quantidade de escravizados ao ganho nas ruas da Corte.¹¹⁷ Nessa dinâmica, a distância física do senhor e a possibilidade de passar dias sem vê-lo proporcionavam aos cativos uma relativa autonomia também em relação à disciplina do tempo de trabalho. O ócio, um aspecto crucial na vida dos que labutam, e que havia sido significativamente influenciado pelas mudanças resultantes da industrialização e urbanização do século XIX, deixava de ser estritamente controlado pelo proprietário. Agora, definir a relação com o tempo e equilibrar o tempo de lazer com o tempo de trabalho passava a ser uma prerrogativa dos próprios escravizados, a depender de aspectos particulares como suas vontades pessoais e sua relação com o tempo de trabalho.¹¹⁸

No entanto, Santos ponderou que, no âmbito das relações senhor-escravizado, tal permissão e o respeito pela autonomia cativa no espaço urbano, inclusive as diversas formas de

¹¹⁵ SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala:** arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

¹¹⁶ Senhores com um pequeno número de cativos eram mais propensos a arranjá-los nas casas senhoriais, em pequenos quartos e/ ou sótãos ou mesmo esteiras espalhadas nos corredores. Quanto menos recursos tinha o proprietário, maior era consideração de que o escravo era seu bem mais valioso, não só pelo preço caro, mas sobretudo porque essa propriedade era capaz de gerar lucro, ao ganho ou alugados. Sendo assim, destaca-se o papel crucial do cativo na vida material dos senhores pobres que extrafam deles o seu sustento. Cf.: SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala**, Op. Cit.

¹¹⁷ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na Rua. A Nova Face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988. Apesar da popularidade da prática, a historiografia não pôde precisar a quantidade de escravizados que viviam sob esse arranjo, sendo assim, ainda é um desafio a ser contornado determinar o quanto era empregada em termos quantitativos.

¹¹⁸ ABRANTES, Gustavo Dantas. "Viver sobre si" e outras formas de viver na Corte Imperial. Moradias de escravos, libertos e livres de cor na segunda metade do século XIX. 2012. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

morar sobre si, constituiu também um dos modos mais seguros de controlar o cativo. Apesar do exercício da autonomia e da moradia independente, isso não significava que alguém se tornasse “menos escravo” no contexto urbano do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.¹¹⁹ Ou seja, por um lado a autonomia de “viver sobre si” era um passo que aproximava da liberdade, concretizando visões próprias dos cativos sobre seus modos de vida e lhes permitindo escolhas, por outro, para o proprietário dependente dessa mão-de-obra, esse arranjo também podia ser uma forma de manutenção do cativo como tal.

Ambas as perspectivas apontam para a compreensão de que, entre acirramentos e flexibilidades de tensões próprias do sistema escravista em suas décadas finais, as relações de trabalho eram altamente personalizáveis. Como no caso das quitandeiras, no qual cada um desses aspectos delimitados nos anúncios exemplificados pode ser considerado um arranjo de trabalho diferente, com particularidades, construídos em torno da negociação: jornadas de trabalho por turnos, contratação mediante fiador, noites livres para dormir onde preferissem e outras práticas semelhantes.

1.3. A demanda pelo ofício de quitandar: relações de gênero

Precisa-se de um bom quitandeiro ou quitandeira livre, que seja afiançado; na rua de S. Januario n. 55 E.¹²⁰

Outra questão entre os anúncios de demanda são as buscas por quitandeiros. Esse despreendimento de alguns contratantes em relação ao sexo do trabalhador ou trabalhadora levanta um outro ponto importante para a discussão: as relações de gênero no serviço de quitandar. Na historiografia, o quitandar já foi compreendido como uma ocupação que podia ser exercida por ambos os sexos, mas como um mercado dominado por mulheres. E essa asserção parece estar intimamente conectada com a dimensão transatlântica do ofício.

Segundo Selma Pantoja, enquanto na “terra dos *mbundu*”, populações originárias da África Central Ocidental, possível local de sua origem, o comércio de gêneros alimentícios era tradicionalmente um ofício de mulheres, na travessia atlântica surge também a figura do quitandeiro, sobretudo entre os homens minas. E não exclusivamente vendedores com

¹¹⁹ SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala**, Op. Cit.

¹²⁰ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1882, ed. 00261.

tabuleiro, mas também donos de pequenas quitandas dedicadas a vender verduras, legumes e frutas, os gêneros alimentícios usuais.¹²¹

Em um levantamento seguindo a mesma metodologia com anúncios de demanda por quitandeiros homens, notamos uma procura similar tanto por homens quanto mulheres. O quadro a seguir demonstra que, em termos quantitativos, não houve disparidade entre anúncios de procura por trabalhadores e trabalhadoras especializados no ofício de quitandar no período estudado.¹²²

Quadro 1: Quantificação de anúncios de demanda por serviços de quitandar

Década	Homens	Mulheres	% Feminina
1870	80	93	53,75%
1880	139	119	46,12%
Total	219	212	48,18%

Fontes: *Jornal do Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, edições de 1870 a 1888.

Juliana Farias elucida que, sobretudo nos fins do século XIX, era mais comum encontrar homens em outras atividades ligadas ao pequeno comércio, como pombeiros¹²³ (mercadores avulsos de peixe), carregadores, lavradores, ou ganhadores, designação que servia para os vendedores da modalidade ao ganho de todo tipo de produto. Dessa forma, eles faziam parte do microcosmos urbano engajados em toda uma multiplicidade de ofícios exercidos por escravos e libertos, africanos e crioulos, nas ruas e mercados da cidade, incluindo o quitandar.

Os anúncios analisados não apontam uma disparidade em relação às demandas femininas e masculinas do serviço. Na tentativa de compreender essa relação, faz-se importante esboçar o que definia uma quitandeira, o que atrelava o exercício desse ofício ao feminino, e possíveis porquês dessa correlação ter permanecido ao longo do tempo mesmo com a inserção masculina nesse universo antes feminino em regiões da África.

¹²¹ PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p.46.

¹²² O que não ocorre em relação aos quantitativos das outras categorias de anúncios, aluguel e vendas, onde foi possível notar diferenças que serão debatidas mais adiante.

¹²³ Sobre os pombeiros na cidade carioca: FARIAS, Juliana Barreto. Pombeiros e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX. In: SOARES, Mariza de C. e BEZERRA, Nielson (orgs). **Escravidão africana no Reconcavo da Guanabara** (séculos XVI-XIX). Niterói: Eduff, 2011.

As mulheres eram predominantes nos estabelecimentos comerciais locais e nas extensas redes de mercados que se estendiam das pequenas aldeias às grandes cidades. Ao liderarem essas atividades de negociação, conquistavam independência, autoridade e riqueza. Antes da ocupação colonial inglesa em meados do século XIX, sociedades como as iorubás mantinham uma divisão de gênero rígida no trabalho. Os homens eram responsáveis pela agricultura e artesanato, enquanto as mulheres estavam à frente da produção de alimentos e do comércio. As atividades mercantis, predominantemente desempenhadas por mulheres, eram diversas e refletiam os diferentes papéis sociais e geracionais femininos.¹²⁴

Nas sociedades iorubás antes da ocupação colonial, as recém-casadas e as mais idosas realizavam suas vendas a partir de suas casas, abastecendo a vizinhança e o comércio local, pois não podiam deixar seus lares para ir ao mercado. No entanto, as demais mulheres, especialmente aquelas com filhos crescidos, eram presença dominante nos mercados. Ao controlar os mercados, as mulheres não apenas prosperavam e ganhavam mais prestígio social, mas também desempenhavam um papel significativo nos rituais e simbolismos associados a essas atividades.¹²⁵

Entre os igbos, grupo étnico próximo aos iorubás, o protagonismo feminino nas atividades comerciais também era evidente. Segundo Farias na Nigéria, desde o período pré-colonial, a divisão sexual do trabalho era influenciada pela divindade Idemili, uma figura central em mitos de origens locais. A influência da deusa Idemili na vida das mulheres concedia-lhes perseverança, dedicação ao trabalho e a capacidade de alcançar riqueza e prestígio por mérito próprio. Desse modo, havia uma expectativa em torno das mulheres para que se tornassem autossuficientes e obtivessem sucesso e prestígio por conta própria.¹²⁶

Essas concepções ajudam a compreender o papel que elas acreditavam ser necessário desempenhar de acordo com suas construções e heranças culturais. Nesse sentido, algumas considerações etimológicas também podem ser feitas, a fim de compreender mais sobre os sentidos de gênero atrelados ao ofício no Brasil.

Conforme examinou Juliana Bonomo, desde a sua incorporação ao português falado no país, as palavras “quitanda” e “quitandeira” passaram por ressignificações, cujas variações circunscrevem-se a fatores temporais e regionais. A primeira edição de dicionário na qual constam esses verbetes foi em 1878, na 7^a edição do “Diccionario da Lingua Portugueza”, de Antonio de Moraes Silva: “s. f. voc. Bundo e Angolense, praça de comprar e vender, lugar de

¹²⁴ FARIAS, Juliana Barreto. No governo dos mercados. Op. Cit., P. 476-478.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

comprar e vender, lugar em que se compra e vende”, “§ t. do Brasil; taboleiro com gêneros”. O derivado “quitandeira” aparece no gênero masculino, quitandeiro: “do Brasil, o que vende em quitanda”.¹²⁷

A autora também conectou o fato de que a venda local de comidas, cestos, roupas e outros miúdos por elas era resultante da organização social do trabalho da África Ocidental que dividia os papéis entre os sexos de acordo com as questões culturais e econômicas de cada região, como a religião, a estrutura de posse e a transmissão de riquezas.¹²⁸ Diante dessa relação, Bonomo observa que as palavras “quitanda” e “quitandeira”, desde a sua incorporação ao português falado no Brasil, adquiriram gramaticalmente uma conotação pejorativa.

O “Diccionario de Vocabulos Brazileiros”, de Visconde de Beaurepaire-Rohan, impresso em 1889 no Rio de Janeiro, define “quitanda” como um mercado dedicado à venda de comestíveis, como frutas, hortaliças, aves, pescados e outros produtos similares. No sentido figurado, quitanda “é uma indústria qualquer”, com os seguintes exemplos: “a clínica é minha quitanda”, “Aquele vadio faz do jogo a sua quitanda”.¹²⁹ Ou seja, o sentido socialmente atribuído às trabalhadoras, como mulheres ultrajantes, já era também incorporado ao próprio espaço do ofício, ao mesmo tempo em que, por outro lado, reforça-se que o termo se refere ao lugar de trabalho, com o exemplo “a clínica é minha quitanda”.

Já o vocábulo “Quitandeiro”, referia-se a “pessoa da plebe, cuja indústria consiste em comprar para revender fructas, hortaliças, aves, pescados e outros gêneros alimentícios”. Novamente aludia-se ao trabalho, específico de “pessoa da plebe”, ou seja, um trabalho popular. Nesse dicionário em questão, já surge o termo “quitandeira”, no gênero feminino, definido como: “o substantivo feminino de quitandeiro; regateira. No sentido figurado, trata-se da mulher sem educação, que usa termos e modos grosseiros”. O que já aponta para a desqualificação do ambiente da quitanda, assim como da figura da mulher quitandeira. Os dicionários, portanto, expressam distinções de gênero construídas para o ofício no Brasil, mas verificamos que apesar de serem desqualificadores para as mulheres em certos aspectos, reforçam o significado relacionado ao trabalho.

A palavra “quitanda”, para o período estudado, podia designar tanto o estabelecimento onde se comprava e vendia esses comestíveis quanto o tabuleiro onde se expunham artigos

¹²⁷ BONOMO, Juliana. “Com gosto” e “por gosto”: o ofício das quitandeiras de Minas Gerais sob uma perspectiva histórica. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. P. 25 a 30.

¹²⁸ CAMILO, D. C. G. *As donas da rua: comerciantes de descendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2015. *apud* BONOMO, Juliana. Op Cit.

¹²⁹ DE BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique. *Diccionario de vocabulos brasileiros pelo tenente general visconde de Beaurepaire-Rohan*. Imprensa nacional, 1889. Obtido no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

diversos à venda ambulante, ou, ainda, em alguns lugares, os próprios produtos comestíveis característicos dessas vendas, isto é, as frutas e verduras, por vezes carnes, e a pastelaria caseira.¹³⁰ E por vezes, o gênero a ser vendido era uma especificidade explicitada no anúncio de demanda: doces, preparos como canjica e angu, frutas, “fazendas”, verduras, hortaliças, artigos de armário (camisas, toalhas de rosto, linha de crochet, lã de bordar, óleo oriza, pacotes de sabonetes, meias para criança, carreiros de retroz, papel de lustro para balas¹³¹), agulhas e alfinetes, louças e mais acessórios, eram os itens que mais eram discriminados no universo dos anúncios.

Esses artigos eram associados pela sociedade e clientela ao ofício, sobretudo à figura das mulheres negras. Enquanto para o caso dos homens, os anúncios quando explicitavam a demanda, era por quitandeiros de doces, hortaliças, e, sobretudo, para o serviço em chácaras – relação que será melhor estabelecida no capítulo a seguir, no qual examinaremos arranjos de aluguel.

Aqui, buscamos com o apoio das fontes e da historiografia entrelaçar elementos que podiam definir uma quitandeira mulher. Para isso observamos brevemente algumas questões de gênero relacionadas ofício em sociedades iorubás na intenção de entender-las como exemplos de possíveis heranças africanas usadas como materiais para a construção da vida no Brasil.¹³² Trazidos de suas regiões de origem para o Brasil, lembradas ou reinventadas aqui, e compartilhadas com as gerações seguintes. Assim como, procuramos na dimensão etimológica verificar outros sentidos atribuídos em dicionários da época às quitandas e aos seus trabalhadores, permeados por diferenças de gênero. Em seguida, observaremos uma outra diferença fundamental de gênero: as experiências de maternidade dessas trabalhadoras.

1.3.1. Menores no quitandar e mães quitandeiras

Um outro aspecto nos anúncios de demanda por quitandeiras é a presença de menores. É fato que, as crianças escravizadas correspondiam ao menor percentual da população cativa, em vários contextos. Conforme Manolo Florentino e José Roberto Góes, entre os quatro e os onze anos, passados os anos em que a taxa de mortalidade infantil mais atingia, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho. Desde cedo as crianças escravizadas eram iniciadas no servir: no lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar

¹³⁰ BONOMO, Juliana. Op. Cit.

¹³¹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 00113.

¹³² Cf.: GRAHAM, Sandra L. Uma certa liberdade. Op. Cit., p. 138.

em madeira, pastorear, ou pequenas tarefas da lavoura.¹³³ Pelo que mostram os anúncios, o quitandar também podia estar entre essas atividades. Um menor podia trabalhar em quitandas acompanhado por quitandeiras, ou mesmo as substituindo:

Precisa-se de uma preta ou moleque que seja fiel, para quitandar; para tratar na rua do Jardim Botanico n. 3.¹³⁴

Precisa-se de quitandeiras ou meninos para vender banha, e que deem fiador da sua conducta; na rua do João Caetano n. 107.¹³⁵

Precisa-se de um moleque para vender doces, e uma preta quitandeira; paga-se bom ordenado; na rua Sete de Setembro n 134, sobrado.¹³⁶

Precisa-se de meninos para vender doces e balas, é para casa de família, e sendo moleques, escravos, será melhor, pagando-se bem, assim como pretas ou pretos que saibão vender quitandas, na rua de Santa Luiza n 63, junto da quitandeira.¹³⁷

Na rua do Espírito Santo n. 9 precisa-se alugar pretas, pretos, moleques e negrinhos, pardas e pardinhos, ainda mesmo recolhidas, e quitandeiras de doces, com ou sem prendas, pagando-se bem e adiantado sem perda de dias para os donos.¹³⁸

Ainda segundo Florentino e Góes, o mercado valorizava as habilidades que aos poucos se afirmavam: “Aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial”.¹³⁹ O que valia aos quatro anos de idade, por volta dos sete se tornava cerca de 60% mais caro e, por volta dos 11, chegava a valer até duas vezes mais, tendo aos 14 anos o mesmo desempenho de atividades de escravizados adultos, e seus preços obedeciam a igual movimento. O trabalho doméstico em alguns lugares constituía a ocupação principal de meninas e meninos cativos, no qual eram desde muito cedo engajados, desde pequenos aproveitados para as atividades domésticas de modo a não lhes permitir ociosidade.¹⁴⁰

Aqui podemos pensar que filhos de quitandeiras poderiam também ajudar no trabalho de suas mães, ou que uma criança poderia obter experiências com o trato de vendas

¹³³ GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças de escravos. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 177-78.

¹³⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1887, ed. 00095.

¹³⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1887, ed. 00050.

¹³⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1880, ed. 00062.

¹³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1880, ed. 00120.

¹³⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00074. Com a expressão “recolhidas”, o anunciante refere-se à linguagem da época as que não saíam para a rua, um atributo de qualificação do ponto de vista senhorial. Cf.: SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2004. P. 91 e 243.

¹³⁹ GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Op. Cit., p. 99.

¹⁴⁰ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 135.

acompanhando o ofício por meio de sua rede de relações sociais, consanguíneas ou não: irmãs, tias, primas, avós, madrinhas. É o que sugerem as fotografias abaixo:

FIGURA 4: Fotografia de Christiano Jr., da década de 1860



Fonte: AZEVEDO, Paulo Cesar; LISSOVSKY, Mauricio, (orgs.). Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr. São Paulo: Ex-Libris, 1988, pp. 19.

FIGURA 5: Fotografia de Marc Ferrez, de 1884



Fonte: Marc Ferrez. Acervo Instituto Moreira Salles.

A primeira pertence ao fotógrafo português Christiano Junior, um dos pioneiros da área no Brasil, presente em sua *carte-de-visite* realizada na cidade do Rio de Janeiro na década de 1860¹⁴¹; a segunda pertence ao fotógrafo carioca Marc Ferrez, datada do ano de 1884. Aquela retrata uma preta quitandeira e um menino ao seu lado, auxiliando-a, essa registra uma mulher com seu filho pequeno às costas, e seu tabuleiro à cabeça.

Na primeira, os pés descalços da mulher sugerem que ela era escravizada. Sentada, vestida com um turbante na cabeça e um pano da Costa em seu colo, entrega produtos ao menino. A criança a auxilia, com um pequeno cesto com produtos em seu braço. O turbante ou torço, nesse contexto, podia exercer múltiplas funções: fins estéticos, de identificação de *status*, manifestação de identidade geográfica, ou ainda servir de apoio para transportar objetos.¹⁴² Tal como na segunda fotografia, na qual a quitandeira carrega uma pequena criança, envolvida em seu corpo com um pano da Costa, ao mesmo tempo em que equilibra o tabuleiro com seus produtos. Ambas apresentam as quitandeiras trabalhando.

¹⁴¹ LEVINE, Robert M. Faces of brazilian slavery: the cartes de visite of Christiano Júnior. *The Americas*, v. 47, n. 2, p. 127-159, 1990.

¹⁴² TORRES, Heloïsa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. *Cadernos Pagu* (23), p.413-467, julho-dezembro de 2004.

Conforme analisa Mariana Muaze com base em fotografias de Marc Ferrez, ao se deixarem fotografar os escravizados também deixavam suas marcas no espaço de figuração, construindo sua própria autoimagem por meio de gestos, objetos que carregavam, roupas, posturas e olhares sutis. São esses elementos que fornecem informações sobre temas que não eram os focos dos fotógrafos, mas que podem ser rastreados pelo historiador que as observa, como a vida da família escrava, a divisão das tarefas por gênero, a influência da cultura africana, a convivência com os filhos no ambiente de trabalho e a maternidade no contexto da escravidão. Nesse sentido, em concordância com a perspectiva da autora, imagens como as trazidas para a análise, para além de um retrato do negro para o branco, também fornecem informações valiosas sobre as experiências dos cativos quando se analisa o "olhar retornado" das pessoas registradas.¹⁴³

Em algumas vezes, quitandeiras com filhos também figuravam nos anúncios,¹⁴⁴ como esse caso no número 140 da rua do Rosario. Por duas vezes, a preta quitandeira e lavadeira lá residente, africana, foi anunciada para aluguel junto com seu filho, crioulo, de 9 anos de idade.

Alugao-se: [...] uma preta que cozinha, engomma e cose costura chã; uma dita quitandeira *com um filho de nove annos ou sem elle*: aluga-se por estes dias, em consequencia de seu senhor se retirar para fóra com brevidade, na rua do Rosario n. 140.¹⁴⁵

Aluga-se ou vende-se: uma crioula, que lava, engomma, e cozinha o trivial; um preto, que serve para qualquer serviço; uma crioula, com um filho de 4 mezes, tem bom leite, cozinha, lava e engomma roupa de senhora, por commodo preço; e uma preta, que lava e é quitandeira, *com um filho, crioulo, de 9 annos, ou sem elle*; na rua do Rosario n. 140.¹⁴⁶ [grifos nossos]

Em 1871 o anunciante, senhor que faria uma breve viagem, buscava alugar sua escravaria composta por: duas crioulas com funções de criadas domésticas (lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras), uma delas com um filho de 4 meses de idade, o que sugere também sua possibilidade como ama de leite¹⁴⁷; um africano prestador de serviços gerais sem

¹⁴³ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885) 1. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 33-62, 2017. Para a autora, as fotografias produzidas por Marc Ferrez desempenharam um papel significativo na formação e imposição de uma memória específica sobre a escravidão, que atendia aos interesses da classe senhorial do Império.

¹⁴⁴ 16 anúncios fazem referência a quitandeiras com filhos.

¹⁴⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00354.

¹⁴⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1872, ed. 00226.

¹⁴⁷ Nas décadas de 1870 e 1880, mesmo com a condenação pública sobre o chamado aleitamento mercenário, o mercado de aluguel de amas escravizadas expandia-se no Rio de Janeiro e outros centros urbanos como Recife e Belém. Grávidas e puérperas eram comumente oferecidas ao aluguel para serviços domésticos. Cf.: TELLES, Lorena Féres da Silva. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel,

especialização; e a quitandeira e lavadeira, mãe de um menino de 9 anos de idade. No ano seguinte, o mesmo anunciante reaparece colocando-os a alugar ou para a venda. Em ambos, informa que a quitandeira poderia ser alugada ou vendida com ou sem o filho.

A separação de mães e seus filhos foi uma das características das práticas escravistas relativas ao aluguel, era frequente que as mulheres alugadas entrassem sozinhas nas casas dos locatários, resultando em separações temporárias de crianças mais velhas e lactentes, que permaneciam nas residências dos proprietários.¹⁴⁸ Mesmo com a promulgação da Lei do Ventre Livre, que instituía a proibição da separação de mães escravizadas de suas crianças nascidas a partir da lei, registros como esse indicam que na prática, distanciá-los não era necessariamente um problema, chegando a, em casos extremos, desfazerem-se desses menores.¹⁴⁹ Conforme foi observado por Lorena Telles, ao se estipular a libertação dos ingênuos depois dos 21 anos, os senhores tenderam a se desinteressar do cuidado aos novos bebês, quando suas mães poderiam ser alugadas por famílias locatárias que talvez pagassem até mais sem filhos inclusos.¹⁵⁰

No conjunto de anúncios analisados algumas indicações de quitandeiras com filhos aparecem com idades variadas: 6 anos, 8 anos, 9 anos, 10 anos, 12 anos e até 16 anos. Essa presença abre espaço para pensar um pouco sobre o maternar dessas trabalhadoras. A historiografia tem demonstrado cada vez mais que as mulheres escravizadas sempre enfrentaram obstáculos e restrições no exercício de suas maternidades: impedimentos de experiências, à possibilidade de cuidado dos seus filhos, à gestão e manutenção, à longo prazo, dos vínculos familiares, traduzidos na prática com as separações forçadas, o retorno precoce de puérperas ao trabalho, a questão da amamentação e a alimentação inapropriada, e situações de negligência senhorial com a vida dos seus filhos.¹⁵¹ A dupla exploração de mulheres escravizadas por seu trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo um fornecimento contínuo de trabalhadores escravizados, foi uma faceta do sistema escravista atlântico como um todo.¹⁵²

No período que estamos analisando, os debates em torno da Lei do Ventre Livre fomentaram a produção de muitas alegorias em torno da maternidade escravizada. Refletido

abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). In: MACHADO, Maria Helena et al. **Ventres livres?: gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Unesp, 2021.

¹⁴⁸ TELLES, Lorena Féres da Silva. Op. Cit., p. 41. Para mais sobre a separação de mães e filhos: COWLING, Camillia. Op. Cit., p. 176 a 182.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 44.

¹⁵¹ ARIZA, Marília. Ventrre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre. In: MACHADO, Maria Helena et al. **Ventres livres?: gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Unesp, 2021. P. 21.

¹⁵² Para uma análise em perspectiva global sobre mulheres que perderam seus filhos para a escravidão atlântica, do capitalismo racial: PATON, Diana. História das relações de gênero, história global e escravidão atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social. **Afro-Ásia**, n. 67, p. 592 e p. 585, 2023.

nas disputas legais, o vínculo emocional passou a ser mais reconhecido e mais valorizado retoricamente, o que aludia às novas noções de tratamento humano no tecido social – embora ainda não aplicadas integralmente na lei.¹⁵³ Se, por um lado, elas eram reconhecidas como participantes da categoria universal de maternidade, essa concepção manifestava suas restrições nas práticas do dia a dia, com um discurso dominante que frequentemente as associava a uma maternidade negativa.

No tocante às disputas simbólicas em torno dessa lei, Marília Ariza sublinha como “o problema da escassez de braços [...] era diretamente remetido à viabilidade do aproveitamento da mão de obra de ingênuos”¹⁵⁴, o que resultou no crescimento da exploração e aluguel daquelas crianças. O fim da reprodução da escravidão colocava para os senhores a necessidade de fazer dos filhos de suas escravizadas uma fonte segura de mão de obra, sujeita à disciplina e controle.¹⁵⁵

Era o que podia estar acontecendo na família do anúncio: o oferecimento da opção da ida da quitandeira com ou sem o seu filho, colocava em jogo também a negociação de uma mão de obra auxiliar para essa trabalhadora. Quando não fosse, ficaria esse menor sob os cuidados das outras escravizadas da casa? Como observou Camillia Cowling, a maternidade como uma função desempenhada por uma rede ampla de pessoas (especialmente de mulheres) era um entendimento social comum entre populações escravizadas e seus familiares. Essas noções nasceram de uma matriz cultural africana que ajudou a construir significados da maternidade para essas mães.¹⁵⁶ Essa poderia ser a rede na qual essa mãe se apoiaria se fosse forçada a se separar de seu filho.

Em contrapartida, ao levar seus filhos como acompanhantes em seus cotidianos laborais, essas mães podiam estar buscando dar a eles a oportunidade de aprender um ofício com o qual poderia futuramente ganhar a vida na cidade, assim buscando melhores condições para seu futuro ao educa-los como trabalhadores.¹⁵⁷ Nessa perspectiva, fica mais evidente que muitas eram as questões que atravessavam esse ofício e sua dinâmica estampada nos jornais, e outras delas serão mais exploradas a seguir, como as específicas relações de aluguel.

¹⁵³ COWLING, Camillia. Na condição de mãe e escrava. Legislação, Jurisprudência e o discurso presente nas ações judiciais impetradas pelas mulheres. In: **Concebendo a liberdade. Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro.** Campinas: Editora Unicamp, 2018.

¹⁵⁴ ARIZA, Marília. Op. Cit., p. 30.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 29.

¹⁵⁶ COWLING, Camillia. Op. Cit., p. 343.

¹⁵⁷ Esse assunto era, inclusive, um motivo de muitos debates sociais no período, sobre a capacidade dessas mães escravizadas e libertas de educarem os futuros “novos cidadãos” para a sociedade do pós abolição. Cf.: COWLING, Camillia. Op. Cit., p. 271-294.

Neste capítulo, vimos como a historiografia tratou o trabalho de quitandar, compreendendo suas qualidades. Contextualizamos a cidade do Rio de Janeiro, bem como o processo de reorganização do trabalho característico dos fins da escravatura, sem deixar de discutir questões chave do período, como os impactos da Lei de 1871, relacionando com as noções sobre autonomia. Para entender mais sobre suas relações de trabalho, analisamos os anúncios de jornais com demandas pelo serviço de quitandeiras, fossem elas livres ou escravizadas, buscando aprofundar suas experiências. Fizemos um paralelo com as demandas para homens do ofício, assim abrindo espaço para discutir alguns aspectos das relações de gênero que permeiam esse nicho de trabalho. No próximo, investigaremos mais sobre a situação delas no disputado mercado de trabalho carioca das décadas finais do XIX.

CAPÍTULO II

“Alugam-se perfeitas quitandeiras”: o aluguel das trabalhadoras em perspectiva

Na pesquisa realizada, identificamos que a maioria do total de anúncios envolvendo o ofício de quitandeiras é oferecendo o aluguel de seus serviços. Isso representa um aspecto significativo do quanto esse arranjo era empregado para o *quitandar* nos fins do Oitocentos e de como muitos proprietários e negociantes faziam do aluguel desse serviço uma fonte de renda, lucrando com a labuta, no entanto sem necessariamente precisar arcar com os custos de sobrevivência da quem a produzia. Separar essas questões era uma redução considerável de suas responsabilidades escravistas, e uma faceta importante das formas de utilização da mão de obra e apropriação do tempo e energia de trabalho dessas mulheres nas décadas 1870 e 1880, que buscamos discutir no presente capítulo.

A expressão “aluga-se” era uma forma comum de enunciar a oferta por trabalhadoras. Conforme descreve Flavia Fernandes de Souza, o aluguel pode ser definido como “a cessão, por determinado período de tempo, de um trabalhador escravizado e, consequentemente, do seu dispêndio de energia a outrem que não o seu proprietário em troca de dinheiro”.¹⁵⁸ E esta foi uma prática muito presente em contextos de vigência da escravidão. Os anúncios de jornais eram, nesse sentido, recursos para a contratação de serviços alugados, fossem de trabalhadores escravizados ou livres. No caso das mulheres, elas eram muito requisitadas para o serviço doméstico, com ocupações específicas como amas de leite, lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, doceiras e costureiras e como como quitandeiras.

De acordo com Luiz Carlos Soares, muitos senhores viam na prática de alugar seus cativos para terceiros “uma alternativa segura de obtenção de renda para sustentar suas famílias, aumentar seu patrimônio e manter seu ócio e *status social*”.¹⁵⁹ Desde as primeiras décadas do século XIX existem relatos de pessoas que viviam exclusivamente disso. Os trabalhadores escravizados podiam ser adquiridos com o objetivo de serem primeiros treinados em uma ou mais profissões, e depois lançados ao aluguel, cuja renda seria inteiramente apropriada pelo senhorio.

Nesse cenário da Corte das décadas finais do XIX, estavam no jogo também as chamadas agências de locação, casas de comissões ou companhias, onde se agenciavam

¹⁵⁸ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 214.

¹⁵⁹ SOARES, Luís Carlos. O mercado de escravos no Rio de Janeiro do século XIX. In: **O "povo de Cam" na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. 7Letras, 2007.

trabalhadores, especialmente escravizados. Os agenciadores operavam por intermédio de taxas a serem pagas tanto pelo locador que desejava alugar seus cativos como pelo próprio trabalhador, quando livre, ou ainda pelo locatário que alugava seu prestador de serviço por intermédio de agenciadores. Também funcionavam como corretores de vendas, quando era o caso de vender não apenas o serviço prestado, mas o próprio prestador do serviço, na condição de escravizado. Além disso, por esses estabelecimentos comerciais mobilizarem grande volume de capitais, era comum que exercessem outras funções, como negócios com penhores, hipotecas, imóveis, empréstimos de dinheiro e tramitações de documentos.¹⁶⁰ Nesses tipos de casas eram diariamente vendidas e sobretudo alugadas quitandeiras.

Se antes observamos as *demandas*, neste capítulo, a intenção é observar as *ofertas* de serviços de quitandar nas freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro e entender propriamente a situação desse “mercado de trabalho” para as mulheres de cor. Para isso, investigamos características do aluguel dessas trabalhadoras através de anúncios de jornais, bem como de vendas de quitandeiras escravizadas no período. Abordaremos questões como os valores oferecidos pelos serviços e pelas trabalhadoras, entendendo possibilidades sobre seus graus de autonomia dentro da variedade de arranjos que podiam ser empregadas. Outras questões contextuais também serão abordadas, como o agenciamento de trabalhadores.

Com auxílio do *Almanak Laemmert*, investigamos algumas dessas casas que figuravam entre os anúncios. Mesmo sob a dinâmica do aluguel, o cotidiano de trabalho de quitandeiras também era atravessado por outra transação: as vendas – quando as próprias trabalhadoras escravizadas eram o produto dos anúncios. Verificamos também os significados da venda de cativas e suas implicações dentro desse processo de reconfigurações das relações de trabalho. Com o apoio de relatos de viajantes, examinamos a situação das quitandeiras idosas, dialogando com os debates em torno da lei de 1885, para entender ao mesmo tempo uma visão da dimensão política desse processo. Todas essas discussões abrem espaço para pensar as dinâmicas da escravidão e os sentidos da exploração do trabalho bem como das expectativas de liberdade tendo o ofício de quitandas como eixo principal.

2.1. Quitandeiras ao aluguel

¹⁶⁰ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 225.

Segundo demonstrou Flavia F. de Souza, a locação era uma prática lucrativa para proprietários que não queriam perder o direito de propriedade sobre o escravizado, transferindo temporariamente o uso da sua força de trabalho e para isso recebendo remuneração. Nessa relação, em geral, era o locatário o responsável por alimentar, vestir e prestar cuidados ao seu alugado, para devolvê-lo em boas condições.¹⁶¹ Em sua análise, a autora identificou que escravizados domésticos poderiam igualmente realizar atividades extensivas ao espaço do domicílio, como sair para o pequeno comércio.

Existe, portanto, uma interconexão entre esses nichos de trabalho, fato que é observado nas nossas fontes, sobretudo, quando verificamos a oferta de quitandeiras que desempenham atividades como cozinhar, engomar e coser, geralmente realizadas no espaço domiciliar. Sobre isso, Souza supõe que essa multiplicidade de especialidades da criadagem de domicílios em que se empregavam escravizados alugados era mais comum em domicílios menos abastados, já que nos domicílios de grandes proprietários escravistas era possível haver uma maior divisão de trabalho entre a criadagem escravizada.¹⁶²

Nos anúncios de jornais que continham referência ao ofício de quitandeiras, foi possível identificar que grande parte dessas trabalhadoras oferecidas ao aluguel para quitandar eram, na verdade, multitarefas: “Aluga-se uma preta de meia idade, de conducta afiançada, boa quitandeira, lavadeira e cozinheira do trivial; na rua de Olinda n. 12 B”¹⁶³; “Aluga-se uma preta, boa quitandeira, lavadeira e cozinheira; na rua de Theophilo Ottoni n. 4”¹⁶⁴; “Aluga-se uma preta perfeita lavadeira, passa roupa a ferro e também sabe quitandar; na rua do Barão de S. Felix n. 172”¹⁶⁵ [grifos nossos].

Trabalhar em múltiplas funções proporcionava opções para não se ficar sem trabalhar. Se, por um lado, essa conveniência de ser multitarefa pode ser interpretada como uma resposta às exigências do sistema escravista, que buscava extrair o máximo de trabalho possível de seus cativos e cativas, por outro, a capacidade de desempenhar múltiplas funções também podia ser utilizada como estratégia de sobrevivência dentro dos mundos do trabalho informal. Essa versatilidade de habilidades e ocupações decerto permitia que elas se adaptassem a diferentes necessidades e circunstâncias.

¹⁶¹ SOUZA, F. F. de. Na Dinâmica do Mercado: as formas de colocação de trabalhadores e os contratos de trabalho na prestação de serviços domésticos. Op. Cit.

¹⁶² Ibidem, p. 210.

¹⁶³ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00216.

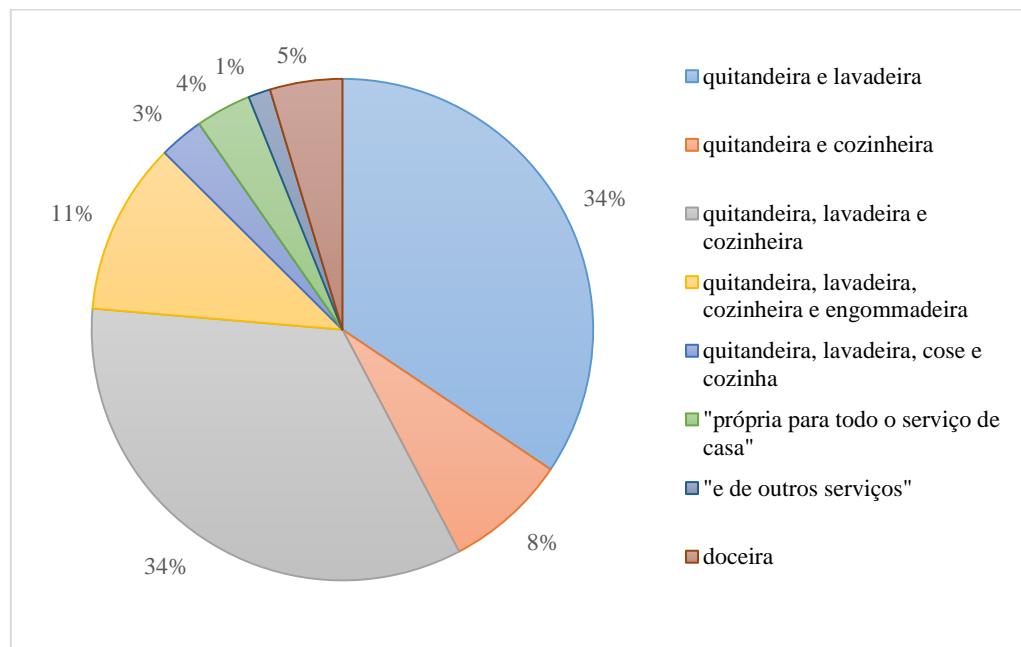
¹⁶⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1878, ed. 00146.

¹⁶⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1881, ed. 00183.

Em diálogo com Maria Helena Machado, o acúmulo de funções pode ser interligado a uma série de pressupostos usados para definir margens de autonomia no sistema de trabalho, tais como: o distanciamento do trabalho vigiado, o estabelecimento de um ritmo de trabalho próprio, a definição pessoal de tempo livre, e a economia independente.¹⁶⁶ Esses elementos nos ajudam a destacar a importância de considerar a interconexão entre o acúmulo de funções e as relativas possibilidades de autonomia nesse contexto laboral.

Nas fontes analisadas, era comum que as quitandeiras anunciam fossem também lavadeiras, além de poder acumular outras habilidades como cozinheira, engomadeira e doceira, ou ainda como “própria para todo o serviço de casa”. Cerca de 37% da amostra apresentaram essa especificação, e no gráfico a seguir, vemos a disposição desses dados.

GRÁFICO 1: Distribuição percentual de anúncios que mostraram quitandeiras multitarefas



Fontes: *Jornal do Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, edições de 1870 a 1888.

Outras funções aparecem com menor ocorrência (menor que 1%), são essas: roceira ou “serve para roça”; carregadora de água; faz compras; e “carinhosa com crianças” ou “própria para lidar com crianças”, sugestões que remetem às funções de ama-de-leite. Dada essa minoria quantitativa, podemos pensar que essas provavelmente eram funções que as quitandeiras não

¹⁶⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de história*, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

costumavam acumular. Mas a variedade de tarefas que podiam ser acumuladas demonstrada no gráfico é um aspecto que reforça a mobilidade do quitandar, refletindo a dualidade de poder trabalhar tanto no espaço público, nas ruas, quanto de prestar serviços dentro do ambiente doméstico simultaneamente.

Essa discussão implica pensar um pouco sobre o alto grau de complexidade que possui a compreensão do “trabalho de servir”. De acordo com Flavia F. de Souza, o serviço doméstico por ser muito variado, pode ser pensado “pelo lugar onde é executado, pelas tarefas realizadas e pelas relações de trabalho estabelecidas entre os trabalhadores domésticos e seus patrões, senhores ou amos”.¹⁶⁷ Isso posto, definições que levem em conta apenas um desses três níveis de entendimento, podem perder de vista outros problemas teóricos, como as noções de público e de privado e suas indefinições. Como por exemplo, o ambiente onde um trabalhador doméstico prestava serviços poderia ser um domicílio que era também um estabelecimento comercial.

Na ampla historiografia que tangencia o tema, foi comum durante muito tempo se fazer distinção das múltiplas tarefas domésticas entre as atividades realizadas no interior do domicílio e as outras extensivas a esse espaço, realizadas no exterior das residências e, sobretudo, nas ruas. É a dicotomia do “portas adentro” e “portas afora”,¹⁶⁸ que distinguiu os trabalhadores domésticos de acordo com o espaço privilegiado de trabalho, adaptando-as à chave explicativa “casa e rua”, como imagens contrastantes.¹⁶⁹

Souza observa que, apesar de Graham ter partido de um enfoque espacial, a autora concentra-se principalmente nas atividades e especializações dos trabalhadores ao definir o universo do trabalho doméstico. Isso sugere que a natureza do trabalho doméstico está mais relacionada às responsabilidades e habilidades dos trabalhadores do que ao ambiente físico em que as tarefas são executadas. Nesse sentido, são as relações de trabalho o critério determinante de definição do serviço doméstico.¹⁷⁰

Essa discussão dialoga com a pesquisa à medida em que estamos pensando em trabalhadoras consideradas como pertencentes ao “portas afora”, mas que são vistas realizando atividades no “portas adentro”, o que abre outras questões para se refletir, como a fluidez dessa delimitação. E como essas mulheres, trabalhadoras com múltiplas atividades, que tinham livre acesso à rua, podiam ter o mesmo livre acesso dentro das residências.

¹⁶⁷ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 63-65.

¹⁶⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência:** criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.

¹⁶⁹ SOUZA, F. F. de. Op. Cit, p. 65.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 68.

2.1.1. *Quitandeiras e lavadeiras*

Aluga-se uma perita quitandeira e lavadeira; na rua Sete de Setembro n. 143.¹⁷¹
 Aluga-se a rua do Lavradio n. 6: Uma preta que lava e cozinha. Uma dita boa quitandeira e lavadeira. Um preto para chácara. Uma negrinha para lidar com crianças.¹⁷²

Conforme demonstrado no gráfico 1, parte desses anúncios mostrou que essas quitandeiras ao aluguel também exerciam a função de lavadeiras. Estamos falando de uma sociedade na qual todo o cuidado com as roupas acontecia por meio do trabalho feminino: lavadeiras, passadeiras, costureiras, mucamas e até as modistas, mulheres mais abastadas ligadas à confecção de roupas em ateliês de moda e lojas.¹⁷³ As mulheres lavadeiras presentes nos jornais e na literatura contemporânea, como na obra “O Cortiço”, eram imigrantes pobres ou trabalhadores nacionais, ou seja, descendentes de pessoas escravizadas, que assim como as quitandeiras precisavam negociar sua sobrevivência diretamente com homens e mulheres para quem trabalhavam e/ou com quem dividiam suas vidas.¹⁷⁴ Essas pessoas integravam o cenário urbano na medida em que podiam ser vistas transitando pela cidade durante todo o dia, e constituíam também um grupo grande de escravizadas no mercado de aluguel.

Eram muito observadas por viajantes no século XIX, atuando não só nos domicílios, mas também em riachos, chafarizes e fontes, como as do Campo de Santana, do Largo do Paço e do Largo da Carioca. O viajante estadunidense Daniel Kidder, por exemplo, ao visitar o Rio de Janeiro na década de 1840, notou como saíam pela cidade pelas manhãs, com trouxas às cabeças, e suas crianças que as acompanhavam, penduradas às costas quando pequenas, e como passavam o dia “batendo roupa sobre as pedras que se sobrelevam à corrente”.¹⁷⁵

Sua presença era também usada para definir o lugar como potencialmente perigoso, além de ser ao longo dos últimos anos do século atrelado à ideia de atraso, sendo sua ausência um símbolo de modernização.¹⁷⁶ Nas décadas finais do século, passaram a existir no mesmo

¹⁷¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1879, ed. 00328.

¹⁷² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1882, ed. 00022.

¹⁷³ MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

¹⁷⁴ SILVEIRA, Daniela. O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em O Cortiço, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, 2023, p. 13.

¹⁷⁵ Daniel Kidder, *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do Norte do Brasil*. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, p. 97.

¹⁷⁶ SILVEIRA, Daniela. Op. Cit., p. 10.

espaço de trabalho delas, lavanderias à máquina que podiam estar alimentando um esvaziamento desse ofício manual, como essa no Engenho Velho:

LAVANDERIA – Aluga-se ou transpassa-se a da rua do Haddock Lobo n 145 A, Engenho Velho, com machinas, fogões e pertenças precisos, tem boa moradia, abundancia de agua, que é própria, etc, trata-se na mesma rua n 145, antigo 107.¹⁷⁷

O aparecimento de anúncios como o de acima é crescente na leitura dos diários, as lavanderias mecanizadas multiplicavam-se pela cidade nesse período. Entretanto, apesar do surgimento de fatores que tornaram mais disputado o antes abundante mercado de trabalho para essa atividade, historicamente, mulheres desse ofício se reuniam não apenas para lavar roupas, mas também para conversar, trocar receitas de remédios, aproveitando para informar-se sobre a vida na cidade e as agruras do cotidiano. É o que relata a historiadora francesa Michelle Perrot ao recuperar o tempo das lavadeiras na França. O lavadouro era, para elas, mais do que um lugar funcional onde se lava a roupa, era um ponto de encontro onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas e remédios, informações de todos os tipos: “uma sociedade aberta de assistência mútua”.¹⁷⁸

Ou seja, dentro desse ofício existia um potencial de circulação que propiciava a criação de solidariedades mediante o contato cotidiano com a rua em meio as atividades laborais. Assim, há um ponto de aproximação importante com o quitandar, que possuía essa mesma característica. Ambas eram também ocupações nas quais as mulheres eram estigmatizadas, mas que comumente apareciam nas fontes negociando para sua sobrevivência, exercendo suas maternidades e sobretudo, trabalhando.

As lavadeiras, assim como as quitandeiras, podem ser pensadas como uma intersecção entre o espaço da rua e o doméstico, já que essas trabalhadoras podiam circular e trabalhar no ambiente doméstico, transitar cotidianamente entre o mundo privado e público. Talvez essa fosse uma razão para muitas quitandeiras também pudessem atuar como lavadeiras: a rua era seu principal espaço de trabalho, sem perder de vista a confiabilidade de que, quando precisassem exercer funções dentro das casas, esse acesso era consentido.

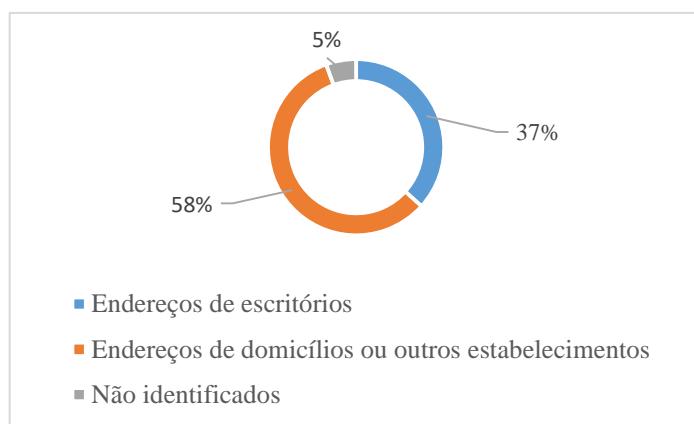
2.1.2. *O agenciamento do quitandar: os escritórios e a dinâmica do trabalho*

¹⁷⁷ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1880, ed. 10.

¹⁷⁸ PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 203.

Como antes mencionado, as quitandeiras eram colocadas ao aluguel pelos chamados particulares (seus proprietários), ou por escritórios comerciais, ou, não se pode deixar de considerar, por elas mesmas, na busca por divulgar sua própria força de trabalho quando libertas ou livres. Na cidade do Rio de Janeiro, essas empresas de agenciamento surgiram por volta dos anos 1840 e perduraram por todo o século XIX. Na amostra de anúncios da categoria aluguel analisados para o período, identificamos que aproximadamente 37% dos endereços pertenciam a escritórios. Esse aspecto que sobressai nas fontes analisadas abre espaço para pensar o impacto das práticas de agenciamento de trabalhadores para esse momento de reformulação das relações de trabalho.

GRÁFICO 2: Endereços de anúncios de aluguéis de quitandeiras



Fontes: Elaborado a partir de anúncios do *Jornal do Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, edições de 1870 a 1888.

Era o caso da notável casa de comissões da rua do Lavradio, número 6. Existiam outras casas de comissão na rua do Lavradio, como a do número 18, de J. S. Medina, e de certo outras mais. Entretanto, essa aparecia com uma frequência considerável anunciando nos jornais o serviço de quitandeiras: desde 1870 até 1887 em diversas edições. Com a propaganda “Onde é o escritório em que há sempre bons escravos para vender e alugar? É na rua do Lavradio n. 6.”¹⁷⁹, seus anúncios se destacavam por contar anualmente com de uma a três quitandeiras a alugar, em meio a pretas e pretos com outras funções, menores e, com menor frequência, mulheres estrangeiras.

Aluga-se à rua do Lavradio n.6, duas pretas, boas quitandeiras, uma dita que lava e engoma; um preto bom chacareiro e um pardo moço para copeiro.¹⁸⁰

¹⁷⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870, ed. 272.

¹⁸⁰ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870, ed. 125.

Alugam-se, a rua do Lavradio n.6: Duas pretas que cozinham, lavam e engommam; Duas ditas, boas quitandeiras, sendo uma de miudezas de armário; Duas crioulas, de 18 annos, para serviços de portas a dentro [...].¹⁸¹ Alugam-se, a rua do Lavradio n. 6: Uma preta mina, perfeita quitandeira de miudezas de amarinho, é fiel; Um moleque de 12 annos, para copeiro e recados; Dous pretos fortes, para todo o serviço.¹⁸²

É provável que existisse alguma rotatividade entre as trabalhadoras ofertadas nela, já que as descrições variavam com o decorrer do tempo. Com menor frequência este escritório também vendia quitandeiras, e outros escravizados com outras ocupações. Quem estava à frente desse negócio era o negociante Antônio Gonçalves Pereira Guimarães, cujo nome está inscrito no *Almanak Laemmert*, como associado à “Casa de consignação de compra, venda e aluguel de escravos” desde 1870, até a edição de 1890, na qual deixou de ser da mesma ou de categoria semelhante, e passou a constar como “Agência para alugar pessoas para o serviço Doméstico”.¹⁸³

Além das mudanças nos termos, antes “escravos” e no pós-abolição “pessoas”, Guimarães também mudou a designação do estabelecimento voltando-se para o serviço doméstico. Uma mudança que levanta uma questão que poderia estar atravessando o momento estudado e seus anos subsequentes: seria um período de declínio do quitandar na cidade? Ou o ofício poderia estar sendo incorporado à noção de serviço domésticos? E como os serviços domésticos acabaram sendo um nicho de trabalho para as mulheres negras no imediato pós-abolição.

No ano de 1888, a Empreza de Serviços Domésticos, localizada à rua Larga de S. Joaquim, n. 137, publicava no *Jornal do Commercio*: “Precisa-se do seguinte pessoal: Cozinheiras. Lavadeiras. Engommadeiras. Criadas para todo o serviço. Mucamas. Copeiras. Vendedores de doces ou de balas. *Quitandeiras*. Amas de leite. Mocinhas para casa de família. Meninos para serviços internos” [grifo nosso].¹⁸⁴ Ou seja, a empresa era mais uma que incluía o serviço de quitandar dentro da ideia de serviços domésticos. Essa é uma transformação de significado que poderia estar ocorrendo, embora necessite investigações futuras para se afirmar.

No entanto, de certo, cada escritório possuía sua característica e suas propagandas destacavam essas peculiaridades. Esse na rua do Senhor dos Passos, do negociante

¹⁸¹ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00198.

¹⁸² *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1870, ed. 00346.

¹⁸³ Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (*Almanak Laemmert*). Anos: 1870, 1875, 1880, 1885, 1888, 1890.

¹⁸⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1888, ed. 174.

consignatário Ignacio Pinheiro Souza Gomes, na tentativa de recrutar escravizados para colocar ao aluguel, colocava um detalhamento interessante: frisa o bom tratamento e a ausência de castigos de toda forma, e oferece ainda a possibilidade das escravizadas voltarem ao escritório e serem restituídas para onde estivessem alugadas anteriormente, caso não estivessem satisfeitas com o trabalho arranjado. Apesar de aparecer no jornal lidando com negócios de aluguel de escravizados, o escritório estava inscrito no *Almanak* na lista de “Consignatários e casas de Comissões de Generos de importação e exportação”.¹⁸⁵

Escravas e escravos de 6 a 60 annos, precisa-se alugar, mesmo mucamas recolhidas, para serem alugadas em casa de família, paga-se bem e adiantado, tem bom tratamento, como seus senhores podem ver ou mandar, não se dá castigo de qualidade alguma, as escravas são recommendedas para, não estando satisfeitas nas casas por qualquer motivo, voltarem para este escriptorio, e sem demora manda-se levar a restituição onde estavam alugadas; a rua do Senhor dos Passos n. 33 B.¹⁸⁶

Segundo o levantamento de Flavia Fernandes de Souza para o serviço doméstico, no geral, os agenciadores operavam por intermédio de taxas a serem pagas, que podia ser pelo locador que desejava alugar seus cativos ou o próprio trabalhador, quando na condição de livre, ou ainda, pelo locatário que alugava um criado doméstico ou algum outro ofício especializado por intermédio de agenciadores. Como especificou a autora, essas firmas se organizavam em quatro modalidades:

[1] casas de compra e venda de escravos, originários do tráfico atlântico ou do comércio interno, que poderiam funcionar, igualmente, como casas de consignação, isto é, recebendo escravos de particulares para serem vendidos ou comprando-os para terceiros através de comissões pelo serviço prestado; [2] casas que negociavam com escravos e outras mercadorias, que além da compra e venda de cativos – incluindo a consignação –, realizavam negócios com dinheiro, mercadorias em geral e objetos de valor; [3] casas de leilões, que operavam apenas com escravos – próprios ou de particulares – ou com outras mercadorias; [4] e as casas de aluguel de escravos, ou seja, que além da compra e escravizados, da venda destes, realizavam o aluguel de trabalhadores.¹⁸⁷

Como nem todos esses estabelecimentos eram específicos para transações envolvidas com escravizados, podia ser mais simples ou mais vantajoso para o dono colocar o negócio

¹⁸⁵ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (*Almanak Laemmert*), 1871, p. 516.

¹⁸⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00040.

¹⁸⁷ SOUZA, F. F. de. Op. Cit., p. 225 e 226.

como uma Casa de Comissões e realizar ali comércios de níveis diferentes (de produtos, serviços, ou mesmo de pessoas escravizadas, já que embora fossem os últimos anos de escravidão, transações de venda de escravizados continuavam a compor as páginas dos jornais). Talvez essa fosse uma estratégia de alguns para continuarem seus negócios já não muito bem vistos por parte da sociedade.

Muitos dessa leva de agenciadores se estabeleceram no fluxo da dinâmica do comércio retalhista de escravos, tendo algumas dessas agências funcionado até as últimas décadas do século XIX, apesar das inevitáveis transformações com o passar do tempo. Mas existiam percalços. Para os trabalhadores que se colocavam para o agenciamento, como alugados, Souza pontua que tinham um significativo comprometimento financeiro, já que eles pagavam os agenciadores com uma parte dos seus salários. Para os clientes, os agentes de locação na cidade do Rio de Janeiro tendiam a ter uma má reputação, porque as agências também podiam ser uma armadilha para os locatários, e não cumprirem os acordos estabelecidos.¹⁸⁸

Por outro lado, agências como essas viabilizavam a inserção de trabalhadoras/es livres, libertos e escravizados, assim como imigrantes e nacionais, no mercado de trabalho. Mas esse aspecto não impedia que, socialmente, fossem envoltas de contradições e desconfianças. Por parte dos trabalhadores, poderiam contrair dívidas que os levariam a mais trabalhos compulsórios para quita-la. Já para os contratantes, existia a dúvida sobre a qualidade dos serviços prestados, além do receio de que os agenciadores poderiam oferecer uma pessoa escravizada com histórico de fugas ou de insubordinação. Essas ocorrências geravam boatos como o de que os próprios agentes podiam induzir o servicial a fugir do domicílio contratado imediatamente após receber a taxa de locação, a fim de ser contratado novamente por outra família necessitada de serviços. Dessa forma, como essa má reputação era alimentada, as agências que queriam se desvincilar disso procuravam informar nos anúncios o que as distanciava daquelas “desonestas”.¹⁸⁹

Como por exemplo, a “Casa de commissões e consignações” à rua da Carioca, número 18. A agência de nome “Agencia Franceza” pertencia a Francisco José Fernandes & Silva, negociante de importação e exportação, em sociedade com Domingos Teixeiras da Silva e João José Alves Costa, sócio comanditário.¹⁹⁰ Em fins dos anos 1880 publicavam no *Jornal do*

¹⁸⁸ Ibidem, p. 238.

¹⁸⁹ PEÇANHA, Natália Batista. “**Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa**”: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca. 1880-1930. 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018. p. 23.

¹⁹⁰ Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert), 1886, p. 742.

Commercio um apelo para reforçar para o público a “honestidade e moralidade” de seu negócio, em contraste com as muitas casas que viviam “de traficâncias”:

Precisa-se que o público convença-se que apezar de haver muitas casas de comissão que vivem de traficâncias, há outras que operão com toda a honestidade e moralidade, por isso tornão-se merecedoras de sua confiança, é o que tem feito a Agencia Franceza depois de sua abertura em 1879, sem ter até agora provocado a menor reclamação: o meio empregado para obter este fim é não exigir adiantadas comissões nem alugueis: as mulheres não devem deixam de receber seus alugueis pelos agentes, em nenhum caso, porque deste modo estão expostas a perde-los. As cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, amas secas, mucamas, copeiras, etc., encontrão sempre na Agencia Franceza empregos em casas de boas famílias, sem ter nenhuma despesa a fazer: procura-se também empregos sérios para cozinheiros, copeiros, foguitas [sic], serventes, caixeiros, roupeiros, porteiros, jardineiros, trabalhadores, conductores, cobradores, etc.: pagando a commissão uma semana depois da collocação; na rua da Carioca n. 18, sobrado.¹⁹¹

A casa assegurava não exigir comissões adiantadas e o pagamento dos aluguéis particularmente para as mulheres na intenção de mantê-las como agenciadas, ao mesmo tempo em que procuravam por locatários sérios para os serviços oferecidos, com o pagamento da comissão com o prazo de uma semana depois da locação. E deixava clara a divisão dos trabalhos por sexo: cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, amas, mucamas e copeiras eram os trabalhos de mulheres, enquanto copeiros, “foguitas” (provável corruptela de “foguistas” – pessoa que operava caldeiras a vapor), serventes, caixeiros, roupeiros, porteiros, jardineiros, condutores, cobradores e cozinheiros, eram trabalhos para homens, sendo o último ofício uma intersecção.

Aqui não pretendemos esgotar a análise de nenhuma das Agências em questão, mas focamos em pensar no significado que enunciados como esse tinham para a sociedade da época. Tais anúncios sugerem a existência de um mercado de trabalho altamente competitivo, no qual, diante da crescente incerteza da sociedade em relação à eficácia de suas práticas e funções, as casas agenciadoras buscavam consolidar sua posição de confiabilidade na sociedade, atuando como intermediárias na organização de acordos e arranjos de trabalho.

Tais agências muito figuraram nos jornais nos anos 1870, mas foram gradualmente desaparecendo nos “classificados” ou alterando a maneira de disponibilizar serviços. Por exemplo, em 1882, a agência de Antônio Gonçalves Pereira Guimarães aparecia publicando o seguinte: “Alugao-se na agencia da rua do Lavradio n. 6, as casas seguintes: Rua da Pedreira

¹⁹¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1886, ed. 143.

da Candelaria, bonito sobrado com agua, gaz e quintal; Rua da Alegria n. 41, com excelentes commodos, bonita chacarinha e agua [...]".¹⁹² Esses negociantes estavam encontrando outros meios mais convenientes de divulgação dos seus serviços.

2.1.3. Aspectos do aluguel do quitandar e da especialização dos ofícios

Sendo por agências como as apresentadas, ou diretamente por proprietários, ou mesmo como alugadas a si¹⁹³, no que diz respeito aos valores cobrados pelos aluguéis essas modalidades pouco se diferenciam. Nos anúncios, o valor mais comum encontrado para o aluguel de quitandeiras no período analisado foi o de 25\$000 réis (vinte e cinco mil-réis) mensais. Por esse valor, por exemplo, era alugada na “Casa de consignação de compra, venda e aluguel de escravos” de Manoel Xavier de Figueiredo, uma boa quitandeira, preta, mina, e “de tudo”, ou seja, vendia toda a sorte de itens. Com a qualificação de ser *mina*, socialmente reconhecida como apta para o comércio, e a de vender qualquer coisa: “Alugam-se, a rua do Hospicio n. 157: Uma preta, que cozinha bem, lava e engomma; uma dita, mina, boa quitandeira de tudo, por 25\$000”.¹⁹⁴

Já no escritório de Ignacio Gomes, na rua do Senhor dos Passos, eram oferecidos serviços de cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, cozinheiros de forno e fogão, carregadores e copeiros (todos serviços desempenhados por escravizados) e nenhum deles ultrapassava a quantia de 20\$000.¹⁹⁵ Já o valor mais alto encontrado para o aluguel de quitandeiras foi o de 40\$000, no ano de 1875. Mas esses valores podiam variar consideravelmente. O gráfico 3 ilustra as variações desses valores de aluguéis divulgados nos jornais por cada ano, de 1870 a 1883, período do qual dispomos dados. A partir de 1884 os anúncios não divulgaram nenhum valor.

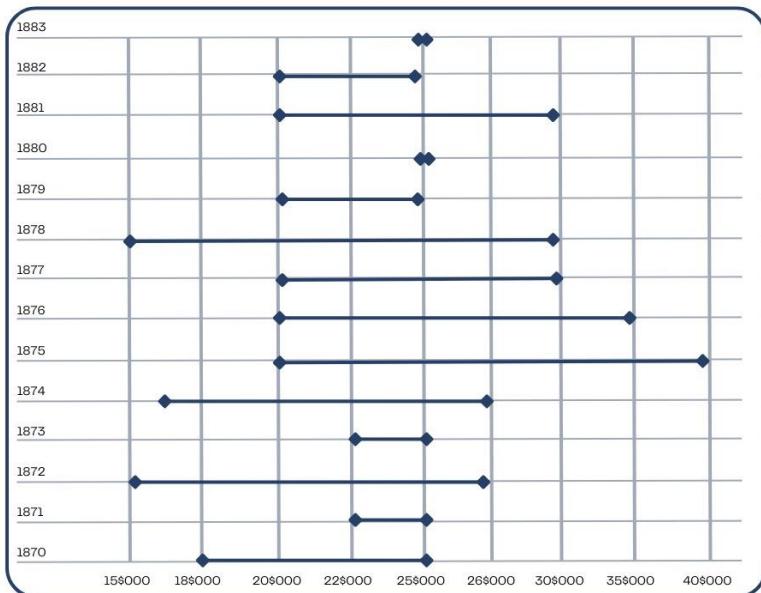
GRÁFICO 3: Valores dos aluguéis de quitandeiras de 1870 a 1883

¹⁹² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1882, ed. 110.

¹⁹³ Na Fazenda de Santa Cruz, na zona rural do Rio de Janeiro, foi prática comum durante o século XIX mulheres escravizadas alugarem a si, uma relação na qual pagavam o seu aluguel à Fazenda para trabalhar nas suas próprias ocupações, usufruindo integralmente do seu tempo de trabalho, como no comércio volante de alimentos. É razoável pensar que essa prática também poderia ser uma possibilidade no meio urbano. Para mais sobre escravizados ao aluguel no contexto rural: SOUZA, Amanda Camila Esteves de. **Alugados a diversos e a si:** os trabalhadores escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Rio de Janeiro, 1815-1870. 2023. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

¹⁹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00186.

¹⁹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00193.



Fontes: Anúncios dos periódicos *Jornais do Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*.

Esses valores, portanto, variaram entre 15 e 40\$000, mas ficaram principalmente entre 22\$000 e 30\$000, chegando a 35\$000 e 40\$000 em alguns casos. Para outros ofícios, envolvidos no serviço doméstico, de acordo com a amostragem levantada por Flavia F. de Souza, os valores dos aluguéis de criadas domésticas variava entre 15\$000 e 36\$000. Essas nuances reforçam que os trabalhadores especializados, ou seja, aqueles que desempenhavam funções que exigiam maiores qualificações ou experiência,¹⁹⁶ podiam valer mais no mercado de aluguel.

Conforme identificou a autora para o caso dos criados, pouco se variava em relação à condição jurídica dos trabalhadores, as alterações nos valores pagos pelos aluguéis eram mais em função do tipo de tarefa realizada e das características particulares dos criados: os trabalhadores especializados, que desempenhavam mais funções ou que exigiam maiores qualificações ou experiência, recebiam melhor que os demais.¹⁹⁷ Para o caso das quitandeiras, podemos pensar que não só podiam valer mais, como também podiam obter melhores condições de trabalho, partindo da ideia de que trabalhadores de ofícios especializados tinham mais possibilidade de negociar.

Há de se considerar também as possíveis diferenças entre os homens e as mulheres. No escritório de Antônio Guimarães na rua do Lavradio, por exemplo, oferecia-se “um preto, bom

¹⁹⁶ SOUZA, Flavia Fernandes de. Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio Janeiro (1850-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019, p. 115.

¹⁹⁷ Idem.

quitandeiro”, por 20\$000.¹⁹⁸ Esse foi o valor mais comum encontrado para o aluguel de quitandeiros. Os valores variaram entre 14\$000 a 30\$000, com apenas duas ocorrências (em todo o recorte temporal) do valor 35\$000. Nessa perspectiva, o valor do aluguel de uma quitandeira no período estudado podia ser também maior que o de um quitandeiro homem.

Certamente todos esses valores aqui discutidos eram ajustáveis e mais variados do que as fontes revelam, mas essas informações servem como uma referência para entender um pouco das possibilidades nas negociações. É claro que em determinadas circunstâncias elas podiam ser oferecidas por menos. Para além de uma questão de demanda de mercado, diferenças na qualificação ou experiência, a idade, a presença de dependentes, ou questões de saúde física (pessoas com algum tipo de deficiência ou deformações no corpo, o que eram anunciados como “defeitos”) afetavam os valores. Fatores que no geral influenciavam na “empregabilidade” não só de quitandeiras, mas todos os ofícios comuns a homens e mulheres negras.

Mas aqui, no que diz respeito ao aluguel de seus serviços, podemos perceber que, se uma maior ou menor especialização era determinante para o valor do trabalhador¹⁹⁹, ser quitandeira era visto como um ofício com grau de especialização profissional e com *status* social significativo, sobretudo para as mulheres. Além disso, o caso dessa ocupação reforça o papel importante dos escritórios mediadores para a manutenção do fluxo de trabalho dos que trabalhavam ao aluguel, observando como o quitandar estava também imerso nessa dinâmica.

2.2. As vendas de quitandeiras escravizadas

As vendas eram um outro tipo de transação que podia atravessar o cotidiano de trabalho de quitandeiras quando escravizadas, mesmo nas décadas finais da escravidão. Embora estejam presentes em pouca quantidade nos anúncios²⁰⁰, ainda existiam oferta e procura pela venda de trabalhadores cativos e os periódicos são fontes que nos fornecem uma brecha para observar esse cenário. Nesses casos a oferta não era de serviços prestados, e sim das próprias trabalhadoras especializadas no ofício. Se existiam os que as queriam vender, outros ainda estavam dispostos a comprá-las, pagando para isso altos preços.

¹⁹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00290.

¹⁹⁹ SOARES, Luiz Carlos. **O povo de “Cam” na capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, 2007. p. 114, 116, 118 e 122

²⁰⁰ Foi uma observação de Lucimar Felisberto que na década de 1870, escravizados com ofício começaram a sumir dos anúncios, deixando de ser ofertados para venda. DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). **Politeia-História e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2009, p. 258.

No tocante à comercialização de escravizadas com essa ocupação, conforme observou Melina Teubner, é plausível presumir que os proprietários preferiam comprar mulheres para usá-las como quitandeiras, pois homens podiam ser mais caros e não necessariamente mais eficientes como vendedores ambulantes, enquanto as mulheres também poderiam desempenhar outras tarefas, e eram potencialmente mais lucrativas.²⁰¹ Como vimos no capítulo anterior, existia uma demanda consistente por seus serviços durante todo o período observado, o que atraía compradores que queriam lucrar com vantajosos arranjos de aluguel.

Autores como Maria Helena Machado e Sidney Chalhoub examinaram os conflitos associados às vendas de escravizados, e observaram que a possibilidade de ser vendido para longe era vista como uma ameaça ou castigo por eles, devido à separação de suas famílias e de redes sociais. Várias foram as estratégias adotadas para evitar essas transações, como fugir ou resistir aos senhores e comerciantes de cativos, negociar e estabelecer limites às opções senhoriais, no esforço de fazer valer suas vontades, mesmo em suas duras condições.²⁰²

A transação era um ponto de interseção de múltiplos significados na relação entre senhor e cativo. Do ponto de vista econômico, representava o potencial de crescimento de uma região ou senhor, ou sua ruína. Afinal, ainda era uma transação comercial de uma mercadoria: o escravizado. As compras e vendas de escravizados já foram um tema recorrente na historiografia justamente por estarem atreladas à ideia de “coisificação” desses indivíduos.²⁰³ Por outro lado, tem sido cada vez mais evidenciada pela historiografia a agência desses trabalhadores e as formas pelas quais eles influenciavam esse processo, assim como podiam sair beneficiados de alguma forma.

Uma compreensão mais profunda do significado desse momento e das expectativas envolvidas se dá indo além do aspecto econômico, olhando também para o âmbito das relações pessoais e coletivas. Enquanto a venda, em diferentes contextos, podia ser vista como um instrumento disciplinar imposto pelos senhores, também era encarada como uma busca por melhores condições de vida na perspectiva dos escravizados. Em alguns casos, essa negociação representava uma solução para uma situação insustentável para ambas as partes.²⁰⁴

²⁰¹ TEUBNER, Melina. Street food, urban space, and gender: Working on the streets of nineteenth-century Rio de Janeiro (1830–1870). *International Review of Social History*, v. 64, n. S27, p. 229-254, 2019.

²⁰² MACHADO, Maria Helena. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987, 134 p. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. 2^a ed. rev. São Paulo: Edusp, 2010, 248 p. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁰³ SCHEFFER, Rafael. Transações desejadas: anúncios de vendas de cativos e os diversos sentidos dessas negociações, Brasil, 1850-1880. *Tempos Históricos*, v. 25, n. 2, 2021

²⁰⁴Ibidem, p. 101.

É o que supomos ser o caso desse exemplo na rua dos Ourives: “Vende-se uma preta mina, perfeita quitandeira; também troca-se por outra que queira servir em casa de família; a rua dos Ourives n. 221”.²⁰⁵ No enunciado, o anunciante propõe vender ou trocar a preta mina por *outra que queira servir em casa de família*, o que sugere que sua recusa não só foi expressada como também reconhecida: uma autonomia de escolher o ofício que queria praticar, de escolher a quem servir ou escolher não servir ninguém.²⁰⁶

Esse momento era um ponto crucial de mudança na vida dos cativos em questão, e, claro, também ligado à questões políticas. Para Scheffer, as motivações das vendas na segunda metade do XIX, não podem ser compreendidas somente em termos de flutuações de mercado, como preços elevados. A presença dessas negociações pressupõe a noção de que havia uma oferta de mão de obra disponível para substituir esses trabalhadores, fossem escravizados de menor valor, libertos ou livres. Ao analisar anúncios de vendas no período, o autor destacou a profundidade dos interesses envolvidos: os termos e condições apresentados em ofertas publicadas revelam a percepção da vontade dos escravizados e a tentativa de estabelecer limites para as situações consideradas inaceitáveis. Nessa perspectiva, alguns escravizados encontravam na mudança de senhor por meio da venda uma maneira de se libertar de relações insuportavelmente violentas ou até mesmo consideradas injustas dentro da própria instituição da escravidão.²⁰⁷ Sendo assim, a venda poderia representar a crise, falência ou migração dos senhores, assim como uma saída para conflitos, sendo utilizada como uma forma de recuperar ou levantar capital.²⁰⁸

Nos anúncios analisados, infelizmente poucas vezes a motivação da venda é apontada, contamos mais com informações básicas sobre o perfil da escravizada, como sua idade aproximada, e sua aptidão profissional, sendo esse o tipo de descrição mais recorrente. Eventualmente aparecem informações complementares que nos indicam relações mais amplas e interações entre proprietários e escravizados.

Uma das condições de negociação que transparecia nas linhas dos anúncios dos jornais era o arranjo do aluguel posto em forma de teste para a posterior venda. Como no exemplo: “Vende-se, por 600\$ uma preta de meia idade, boa quitandeira de agulhas, alfinetes e doces, aluga-se por um mez para experiemntar, por 25\$ na rua da Alfandega 295”.²⁰⁹ Segundo Sidney Chalhoub, a prática do “período de teste” era amplamente difundida, pelo menos nas transações

²⁰⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1870, ed. 00324.

²⁰⁶ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. Op. Cit., p. 98.

²⁰⁷ SCHEFFER, Rafael. Op. Cit., p. 113.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1874, ed. 68.

realizadas na Corte na segunda metade do século XIX. Nesse tipo de transação de compra e venda a escritura definitiva não era concluída, a fim de evitar despesas adicionais na transferência, e sobretudo para ficar com o escravizado durante um período de teste. Para os indivíduos escravizados, essa prática resultava em pressão e interferência significativas em relação ao curso de suas vidas.²¹⁰ Essa era mais uma das vicissitudes das relações de trabalho do período a que estavam sujeitas trabalhadoras e trabalhadores com vínculo com o cativeiro.

No caso das quitandeiras, notamos que os valores das vendas no período estudado eram mais variados do que os valores dos aluguéis, em cada ano e também por caso, já que cada escravizado era considerado uma “peça única”, então seu preço dependia também de suas particularidades. No período estudado, uma escravizada dita “de meia idade”, podia custar de 450\$000, a depender se tivesse outras habilidades, como lavadeira e cozinheira. Enquanto uma preta quitandeira e lavadeira mais jovem podia custar de 800\$000 até 2:100\$000 no mesmo período, sendo esse último valor o mais alto encontrado para uma quitandeira em todos os anos do recorte temporal pesquisado.²¹¹ Abaixo, alguns exemplos de anúncios que divulgavam a especificação dos preços:

Vende-se uma preta, que cozinha, lava e é quitandeira, e outra de meia idade, quitandeira, por 450\$; a rua da Uruguiana n. 138, 2º andar.²¹²

Vende-se uma preta moça que lava, engomma, cozinha, boa doceira e quitandeira, por 500\$, com um pequeno defeito em uma mão; a rua do Lavradio n. 6.²¹³

Vende-se por 800\$000 uma preta boa engomadeira, lava e cosinha e é boa quitandeira de doces: à rua do Lavradio n. 6.²¹⁴

Vende-se uma excelente preta, boa quitandeira, por 800\$; a rua do Hospicio n. 25, sobrado.²¹⁵

Vende-se por 950\$ uma robusta preta optima quitandeira, lava e cozinha; a rua do Lavradio n. 6.²¹⁶

A especificação, como se vê pelos exemplos acima, era influenciada por fatores como idade e condições físicas, mas parecia estar mais atrelada ao acúmulo de habilidades ou ofícios que uma quitandeira podia apresentar. Em quase todos os casos a cativa desempenhava mais

²¹⁰ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade*. Op. Cit., p. 66.

²¹¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00233.

²¹² *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1871, ed. 00078.

²¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1872, ed. 00209.

²¹⁴ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1885, ed. 50.

²¹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1870, ed. 00102.

²¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1873, ed. 00195.

de uma função. Para além das vendas de quitandas, as vendas de quitandeiras eram negócios ainda mais lucrativos, se considerarmos que era possível que seus trabalhos dessem o retorno do preço pago pelo senhor em uma média de dois anos, conforme mensurou Melina Teubner.²¹⁷

Com o avançar da década de 1880, o que se observa é que esses e os outros anúncios de venda vão se esvaindo das páginas diárias. Os poucos publicados perderam suas especificações e exibiam um caráter mais despersonalizado: “Vendem-se, de família que se retira, duas escravas: uma quitandeira, e outra cozinheira e lavadeira; na rua da Alfandega n. 351, sobrado”.²¹⁸

Com a intensificação dos debates e das lutas abolicionistas, as editoras passaram a abrir menos espaços para a publicação de vendas de cativos, prevalecendo os de demanda por serviços e os de aluguéis. Decerto, esse processo variou de jornal para jornal. O *Diário do Rio de Janeiro*, muito popular nesse período, apresentou ao longo de sua existência linhas distintas de cultura e ideias.²¹⁹ Essas características podem ter sido decisivas para o abandono desse tipo de publicação. A *Gazeta de Notícias*, com o tempo, adotou um cunho abolicionista, tendo inclusive o próprio José do Patrocínio participado de sua redação, em 1877. Filho da quitandeira Justina Maria do Espírito Santo, foi folhetinista e colunista, com a assinatura de pseudônimos, e desta folha saíram em folhetim seus primeiros romances. Nela também obteve impulso sua campanha abolicionista na imprensa a partir de 1879, quando a *Gazeta* passou a publicar literaturas abolicionistas.²²⁰

Já o *Jornal do Commercio* tinha metade de seu conteúdo formado por anúncios, fator que foi fundamental para a longevidade e amplíssima circulação do periódico. Com seu caráter informativo e viés conservador, não havia um vínculo aberto dos editores a facções políticas.²²¹ Por isso, foi a última das fontes pesquisadas a parar de divulgar a venda de cativas com o ofício de quitandas em seu segmento de Anúncios. No entanto, se aos poucos parou de ofertar, deixava escapar sua complacência com essas transações de outras formas, como na divulgação de demandas por vendas. Em 1885, podemos ver enunciados como: “Precisa-se comprar tres escravas; na rua da Alfandega n. 351, sobrado”.²²²

O último anúncio vendendo uma quitandeira encontrado foi em 7 de abril do ano de 1885. Publicou-se: “Aluga-se ou vende-se uma preta, moça, com um filho de 10 mezes,

²¹⁷ TEUBNER, Melina. Op. Cit., p. 248.

²¹⁸ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1884, ed. 00295.

²¹⁹ Cf.: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora, 1998.

²²⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. José do Patrocínio: embates sobre raça, abolição e ciência. In: **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: UNICAMP, 2019, p. 121.

²²¹ Ibidem.

²²² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1885, ed. 00014.

quitanda e do serviço doméstico; para tratar, na praça das Marinhas n. 6”.²²³ Talvez a própria forma de anunciar, “aluga-se ou vende-se”, fosse também uma forma de suavizar o caráter escravista da operação. Como inúmeras outras, essa jovem mãe trabalhadora, com seu filho de 10 meses de idade, estava sendo ofertada como mercadoria e sujeita a vivenciar mais um dos conflitos próprios de seu *status* legal. Embora infelizmente não saibamos nada sobre seu destino além dessas linhas, um simples rastro de sua existência nos mundos do trabalho, sabemos decerto que as lutas em prol de sua liberdade e de seus semelhantes não tardariam a avançar.

2.2.1. As chamadas “pretas velhas” e a Lei de 1885

Em uma correlação lógica, uma faixa etária avançada implicava uma venda a baixos preços, diminuindo o valor para 400\$000 ou até 300\$000. Os anúncios abaixo foram publicados no ano de 1877, sendo esses os menores valores encontrados para o recorte temporal, e demonstram certa disparidade se comparados com os valores das quitandeiras jovens, e dos demais ofertados para outros ofícios. Todavia, essa não era uma peculiaridade: a mão de obra de escravizados de meia-idade foi gradualmente perdendo espaço, com anúncios em busca desse tipo de trabalhador tornando-se cada vez mais raros.²²⁴

Vendem-se: por 750\$ uma perfeita lavadeira, cozinheira e engomadeira; *uma preta velha, quitandeira e perfeita lavadeira, por 300\$*; uma preta moça, que cose, lava, engomma e cozinha, por 1:200\$; dous pretos chacareiros e para todo o serviço, por 600\$ e 850\$; dous pretos fortes e moços para todo o serviço braçal ou padaria, por 1:500\$ cada um, informa-se na rua de S. Pedro n. 246.²²⁵ Vendem-se: uma parda, cozinheira de forno e fogão, engomadeira de roupa de roupa de homem e senhora, por 1:400\$; uma perfeita cozinheira de forno e fogão e lavadeira, por 1:000\$; *uma preta velha, quitandeira e lava [sic], por 400\$*, informa-se na rua Estreita n. 44.²²⁶ [grifos nossos]

Em 1877, quando os anunciantes acima buscavam vender as “pretas velhas”, a Lei dos Sexagenários ainda não estava em vigor.²²⁷ No entanto, já fazia parte dos debates dessa época

²²³ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1885, ed. 00097.

²²⁴ DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. Op. Cit., p. 258.

²²⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 242.

²²⁶ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 359.

²²⁷ A lei previa a libertação dos idosos aos 60 anos de idade e, em seguida, a imposição de um período adicional de 5 anos sob a tutela senhorial em um regime de liberdade condicional. Na historiografia, por muito tempo, essa lei foi vista como uma expressão da fórmula ultrapassada de emancipação lenta e gradual, que só tinha sentido dentro da tentativa escravocrata e senhorial de prolongar esse regime social ameaçado. Embora os números pareçam apoiar as interpretações de muitos historiadores de que a Lei dos Sexagenários teve um impacto limitado,

quais as possíveis direções para essa força de trabalho, dentro do preservado gradualismo do processo de abolição. Como atentou Joseli Mendonça, ainda que hoje possa parecer que esses sejam anos muito próximos da abolição, não se pode perder de vista que esse parâmetro era inexistente para aqueles que, naqueles anos, vivenciaram essas discussões e tensões.²²⁸ As expectativas em torno da forma como os libertos viveriam em liberdade era uma questão muito complicada, e isso foi especialmente demonstrado nos debates parlamentares em torno dos projetos de lei que culminariam na lei Saraiva-Cotegipe.

Conforme apurou Mendonça, a falta de capacidade do Estado em garantir proteção era um argumento forte quando se discutia a liberdade dos sexagenários. Afirmava-se que remover os escravizados do controle de seus senhores resultaria na remoção de qualquer forma de proteção para eles. Sem o suporte dos senhores e sem o suporte do Estado, esses libertos ficariam “à própria sorte”. Ao argumento de incapacidade do escravo de viver em liberdade somava-se à necessidade de se garantir que o liberto trabalhasse: não havia garantias que isso ocorresse, sob a lógica de que “um escravo, transformado de repente em homem livre, não era um trabalhador com quem se pudesse contar”.²²⁹ Estariam “embrutecidos, sem preparo, sem desenvolvimento moral”, e a própria “índole” preguiçosa do liberto seria um fator de diminuição do trabalho, uma vez que, como escravo, só trabalhava porque era forçado.

Essa era a tônica da persistente preocupação entre os legisladores de prolongar a escravidão o suficiente para permitir uma solução que estivesse mais alinhada com os interesses dos senhores, que estavam determinados a preservar seu controle. Como argumentou Mendonça, ao tentar-se preservar a possibilidade de manutenção dos libertos sob o domínio dos ex-senhores, estabelecia-se uma das linhas de continuidade entre a escravidão e a liberdade.²³⁰

O grande problema parecia ser que o liberto seria um trabalhador ao qual se dava a possibilidade de escolha, então ele poderia rejeitar o trabalho da lavoura, ponto nerval do problema da mão de obra, além do fato de que seria difícil mantê-lo prestando serviços aos seus antigos senhores enquanto liberto. Dessa forma, argumentou-se que o “negro velho liberto” lançar-se-ia na mendicidade, nos vícios, e na vagabundagem.²³¹ Por todos esses desdobramentos e muitos outros que não esgotamos, mais do que medidas sobre a forma como

uma perspectiva mais recente na historiografia da última década reconhece que os números não contam toda a história. O que se revela mais importante, por exemplo, foi a maneira como escravizados e seus advogados usaram a lei de 1885 (bem como a de 1871) para proteger seus interesses nos tribunais. Cf.: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

²²⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Op. Cit., p. 34.

²²⁹ Ibidem, p. 49.

²³⁰ Ibidem, p. 102.

²³¹ Ibidem, p. 66.

os sexagenários seriam libertados, os debates em torno da lei permitem entender como se pensava o futuro próximo dos libertos, da perspectiva dos dominantes.

Os sexagenários, por sua vez, buscaram fazer valer os direitos à liberdade que a lei lhes outorgara nos anos seguintes, inclusive por meio da Justiça.²³² Enquanto isso, nos jornais, alguns senhores ainda buscavam vender seus escravizados, apesar da idade avançada. Mesmo que com o avançar dos meses e anos, a publicidade das vendas tenha diminuído, a demanda por essa mão de obra para quitandas ainda era explícita nos diários, ainda que mais esporadicamente. Entre as inúmeras demandas voltadas para o serviço doméstico, mais comuns, publicavam-se chamadas como “Precisa-se de uma preta velha para vender doce; na rua do Evaristo da Veiga, n. 40, venda”,²³³ em 1886, e “Precisa-se de uma preta velha para vender doces e crochet, afiançada; na rua do Nuncio n. 38”, em 1887.²³⁴

Claro que, assim como na política, a mão de obra de cativos e libertos de idade avançada era um problema amplamente discutido também na sociedade, sendo inclusive observado por viajantes estrangeiros. A jovem professora alemã Ina Von Binzer, em sua estadia no Rio de 1882, relatou uma perspectiva contemporânea sobre a situação das mais velhas. Em uma carta, criticamente comentou a miséria a que as “pretas velhas” libertas estavam expostas e mencionou a venda de frutas e doces pelas ruas como a alternativa delas para seu sustento precário:

A respeito da condição dos velhos libertos e gastos, já lhe contei que muitas vezes ficam na maior miséria; li certa vez que uma preta velha na noite seguinte à de sua liberdade, pereceu enregelada, por falta de abrigo, num lugarejo montanhoso. [...] As mais velhas vegetam como parasitas: comem hoje em casa dos antigos senhores, amanhã em casa dos pais destes, uma vez na cozinha em companhia de escravas amigas, outra vez arranjam uma combinação barata, alimentando-se de pão com bananas. Quem já viu o leito em que dorme uma preta sabe que em qualquer parte ele pode ser instalado: uma esteira e um pano para cobrir a cabeça são sempre encontrados sem dificuldade. O pouco dinheiro de que precisam ganham geralmente lavando e costurando, mas a maior parte das vezes vendendo frutas e doces pelas ruas. Nem por sombras, porém, podemos considerar seu trabalho como atividade regular e fatigante. Mesmo quando aceitavam emprego, sua principal preocupação é a de trocá-lo seguidamente.²³⁵

²³² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. A lei e a escravidão – os escravos sexagenários. In: Op. Cit.

²³³ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1886, ed. 077.

²³⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1887, ed. 341.

²³⁵ VON BINZER, Ina. **Os meus romanos:** alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Editora Paz e Terra, 2017. P.156.

Ina Von Binzer descreveu as libertas que viu em situação de miséria: como “parasitas”, precisavam voltar à casa de seus ex-senhores para comer, dormiam em más condições, tinham poucos recursos para sobreviver, isso quando sobreviviam. Os trabalhos que desempenhavam, para ela, não eram consideráveis “como atividade regular e fatigante”. Certamente essa não era uma realidade para muitas das libertas na Corte nesse momento, que consideravam esse trabalho como atividade digna. Como discutimos no capítulo anterior, trabalhadoras na condição de escravizadas buscavam autonomia no ganho; e nele obtinham sustento, muitas das vezes vivendo sobre si, um arranjo de moradia que se tornou muito disseminado. Já as libertas, podiam ter no aluguel de seus serviços uma oportunidade para trabalhar, e para essa configuração de trabalho existiam demandas.

Tais visões registradas pela viajante podiam ser reflexo das ideias de uma parte da sociedade que focava em problemas que a emancipação poderia trazer, utilizando de discursos como esse para segurar-se em suas relações escravistas. Conforme atentou Flavia F. de Souza, as referências sobre escravizados em relação ao “mundo do trabalho” nas produções de viajantes ao longo do século XIX dialogavam com os registros dos costumes.²³⁶ Embora viajantes, como Ina Von Binzer, reiterassem preconceitos em seus escritos, eles estavam inseridos na conjuntura de mudanças pelas quais a prestação de serviços domésticos passava no Rio de Janeiro, e isso se estende também para os serviços de fora do âmbito doméstico.

O mesmo relato da jovem alemã deixa transparecer, ao mesmo tempo, a importância das redes de solidariedade ao mencionar entre as alternativas que as mais velhas buscavam para se alimentar, recorriam à cozinha “em companhia de escravas amigas”. E mais, que apesar da miséria aparente que ela identifica, elas continuavam trabalhando em busca de sustento, como lavadeiras, costureiras ou, principalmente, no quitandar pelas ruas. Se trocavam ou não de emprego seguidamente, essa observação da viajante pode ser interpretada, por outro lado, como um reflexo de suas buscas por condições melhores.

Como notou Flavia de Souza, muitos dos processos mencionados, que eram percebidos pelos empregadores como sintomas de uma nova ordem social, também indicavam que os empregadores estavam perdendo a capacidade de manter os privilégios do controle privado, de natureza paternalista e escravocrata. Isso incluía o aumento das demandas por parte dos

²³⁶ SOUZA, Flavia Fernandes de. O cotidiano brasileiro em relatos estrangeiros: os viajantes europeus e a escravidão doméstica no Rio de Janeiro oitocentista. In: CRISTÓVÃO, Fernando (org.). **Viagens no interior do Brasil:** fatores de desenvolvimento. Lisboa: Lemon Spring e Esfera do Caos, 2014, p. 155.

trabalhadores, o crescente peso do dinheiro nas relações de trabalho, e a rotatividade e mobilidade da força de trabalho.²³⁷

O aspecto que podemos enfatizar nesta análise é que, mesmo as mulheres negras mais velhas pareciam permanecer envolvidas em seu universo de trabalho em torno do quitandar. Após serem libertadas ou quando suas idades as tornavam menos valorizadas no mercado de trabalho, elas continuavam encontrando na venda de quitandas uma alternativa para garantir sua subsistência. E certamente isso não apenas era reconhecido por elas, como também aproveitado por senhores e ex-senhores. Conforme aponta Lorena Telles, para São Paulo, destacava-se como estratégia de proprietárias, sobretudo as empobrecidas, mantê-las em proximidade para a utilização de seus serviços depois como libertas.²³⁸

Os anúncios de venda lançam luz sobre as últimas relações do ofício com o cativeiro no cotidiano carioca. Para São Paulo, Telles estabeleceu que as quitandeiras escravizadas seriam gradualmente substituídas por libertas à medida que multas, impostos e os elevados preços dos alimentos tornaram a manutenção das cativas menos vantajosa e afetaram os pequenos proprietários. Além disso, o aspecto moral que começou a cercar a posse de escravos nesse período, especialmente ao ganho, desempenhou um papel importante nessa mudança.²³⁹ Mas aqui conseguimos ver que, pelo menos para o Rio de Janeiro, a comercialização de algumas dessas trabalhadoras enquanto cativas persistiu até o limiar do sistema escravista na cidade do Rio.

De outro ângulo, a persistência das quitandeiras em suas ocupações, mesmo após a libertação, sugere que elas tinham habilidades valiosas e alguma base de clientes estabelecida. Isso aponta para uma qualificação das mulheres que continuaram a trabalhar como quitandeiras, independentemente de seu *status* legal. Inserida em um problema mais amplo, essa questão da venda de quitandeiras escravizadas e seus horizontes como libertas é um outro exemplo de como se modificavam as relações de trabalho para as mulheres de cor no Rio de Janeiro, pois centraliza a interação de fatores econômicos, morais e culturais na evolução ou readaptação das práticas de escravidão e na emancipação das pessoas escravizadas.

²³⁷ FERNANDES, F. F. de. Op. Cit., p. 335.

²³⁸ TELLES, Lorena Feres da Silva. **Libertas entre sobrados:** contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

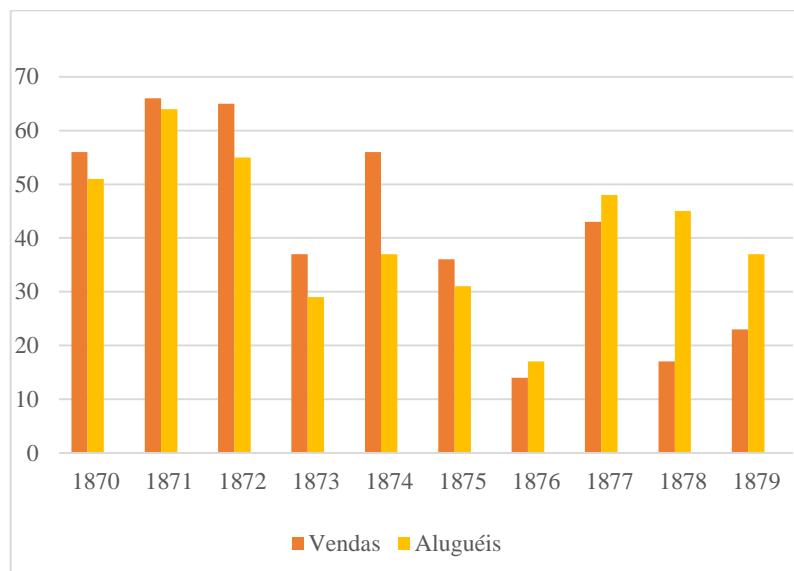
²³⁹ TELLES, Lorena Feres da Silva. Op. Cit., p. 148.

2.3. O quitandar nos rearranjos no mercado de trabalho

Algumas considerações podem ser feitas em relação à frequência anual dos anúncios avaliados, bem como sobre a disposição deles ao longo dos 18 anos que as edições sistematizadas cobrem, para pensarmos nas implicações *do* contexto, e *para o* contexto desse mercado de trabalho. Nesse sentido, é importante observar que, na amostra, o que mais se sobrepõe para ambas as décadas são anúncios relacionados ao aluguel de serviços.

Esse pode ser considerado um indício de que, neste período das décadas de 1870 e 1880, o aluguel poderia estar sendo o arranjo mais comum para o emprego de quitandeiras pela cidade. Isso faz sentido, já que, como discutimos anteriormente, era mais vantajoso para o proprietário, uma vez que ele podia manter a propriedade da pessoa escravizada para continuar a explorar seu trabalho e receber a renda dele resultante, sem necessariamente ter que se responsabilizar pelos custos de moradia e sustento daquela trabalhadora. Assim como também apresentava vantagens para os locatários, considerando que essa demanda pelo aluguel não só existe como proporcionalmente cresce ao longo dos anos. O gráfico abaixo demonstra essa evolução ano a ano da década de 1870, com base no espaço amostral do *Jornal de Commercio*.

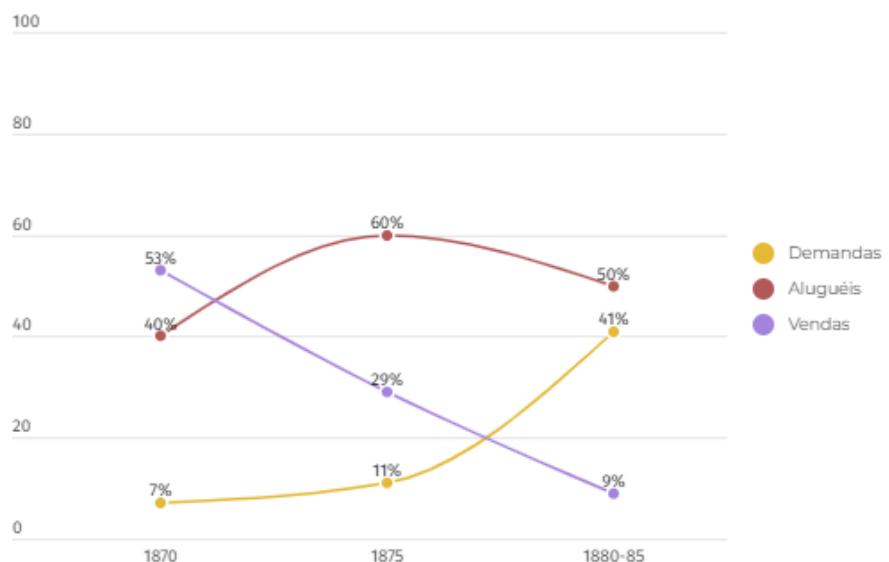
GRÁFICO 4: Quantitativos de anúncios de aluguéis e anúncios de vendas de quitandeiras na década de 1870 no *Jornal do Commercio*



Fontes: Anúncios dos periódicos Jornais do *Commercio* (RJ) de 1870 a 1879.

Esses rearranjos transparecem nas formas que os comunicados de divulgação de quitandeiras ao aluguel permanecem com uma frequência assídua de aparição, enquanto os de venda, antes em quantidade maior que os de aluguel, decaem, com a relação se invertendo em 1876. Já em relação a demanda pelos serviços, os anúncios com a chamada “precisa-se”, analisados no capítulo anterior, aumentam progressivamente, chegando a um crescimento próximo de 34% em termos de proporção na segunda década em relação à primeira. A relação entre esses dados está exposta no gráfico a seguir, com os percentuais de cada categoria²⁴⁰ em relação aos totais da amostra coletada no conjunto de anos.

GRÁFICO 5: Relação percentual entre anúncios de aluguéis, vendas e demandas de/por quitandeiras de 1870 a 1885



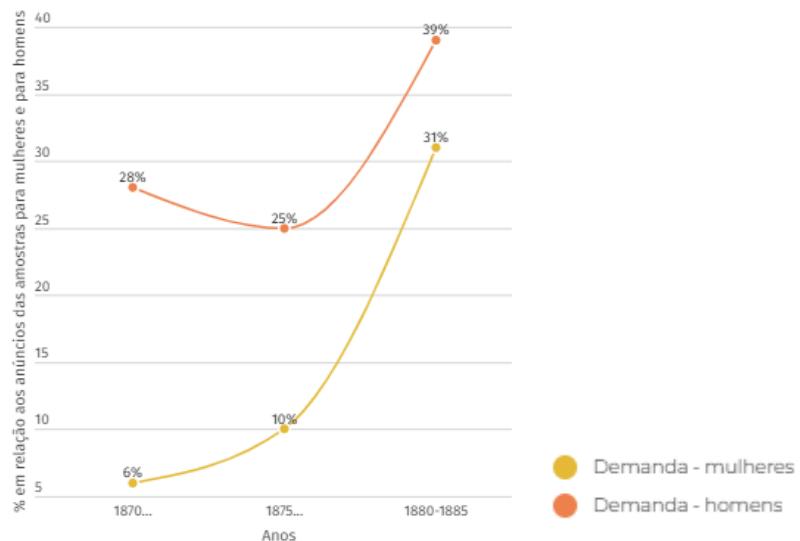
Fontes: Elaborado a partir de anúncios dos periódicos *Jornais do Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*.

A curva do percentual de demanda dos anúncios na amostra sobe aos poucos ao longo da década de 1870, e chega a 41% do total de anúncios relativos a esse trabalho nos anos de 1880 a 1885. Concomitantemente os aluguéis crescem, mantendo uma relativa regularidade. Já a curva das vendas anunciadas se inicia maior do que a dos aluguéis nos anos iniciais da amostra, mas cai progressivamente, e chega aos 9% do total nos anos da década de 1880.

²⁴⁰ Os anúncios da categoria “fuga” não foram contabilizados para o gráfico. Essa categoria será melhor trabalhada no capítulo seguinte.

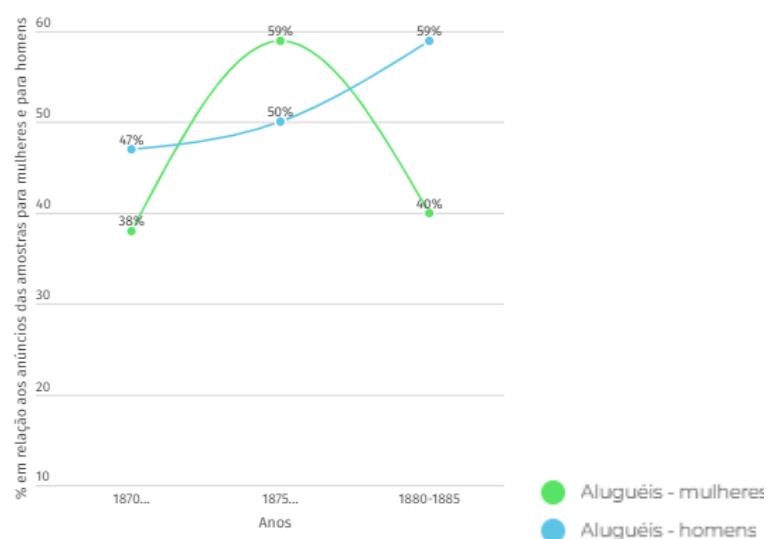
Ao realizar o mesmo levantamento, com o mesmo método, para os quitandeiros homens, é possível identificar que essas relações seguem as mesmas tendências das mulheres, também são predominantes os anúncios de aluguel. A curva de demanda também proporcionalmente cresce ao longo do tempo, aumentando progressivamente. Os gráficos abaixo expõem esses dados, em relação as porcentagens totais dos levantamentos para mulheres e homens separadamente.

GRÁFICO 6: Anúncios de demanda pelo serviço de quitandar



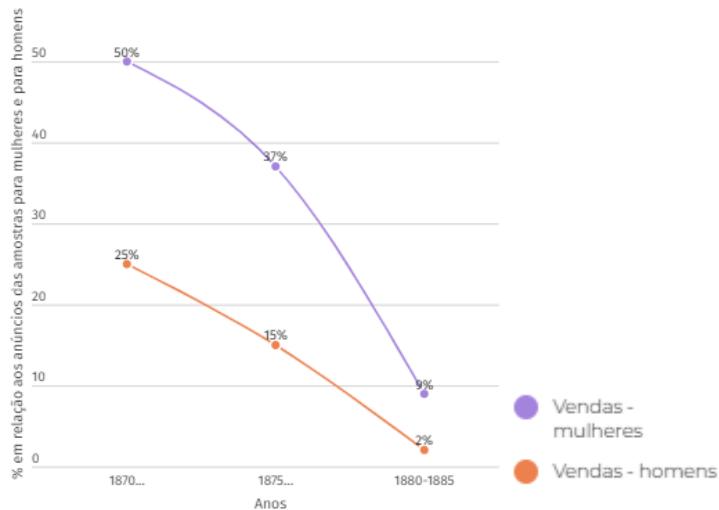
Fontes: Elaborado a partir de anúncios dos periódicos Jornais do *Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, no período de 1870 a 1885.

GRÁFICO 7: Anúncios de aluguéis do serviço de quitandar



Fontes: Elaborado a partir de anúncios dos periódicos Jornais do *Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, no período de 1870 a 1885.

GRÁFICO 8: Anúncios de vendas de quitandeiras e quitandeiros



Fontes: Elaborado a partir de anúncios dos periódicos Jornais do *Commercio* (RJ), *Diário do Rio de Janeiro* e *Gazeta de Notícias*, no período de 1870 a 1885.

No entanto, se avaliados em termos de números, o quantitativo de anúncios relacionados às mulheres é quase sempre maior do que para homens. Esse aspecto se alinha com o que a historiografia sugere sobre a predominância feminina no ofício, para o Rio de Janeiro, corroborando com a amostra retirada das páginas diárias dos jornais. Não obstante, é notável que na década de 1880 os anúncios de aluguel de quitandeiros, tanto de ofertas quanto de demandas, em termos quantitativos, ultrapassam os de mulheres quitandeiras. O aumento das demandas, no geral, também pode estar relacionado a própria diminuição da divulgação das ofertas, que poderia levar os interessados a terem que expor mais suas procuras. Mas essa inversão quantitativa na demanda por quitandeiros homens em detrimento das quitandeiras também pode refletir mudanças nas oportunidades de trabalho disponíveis para homens e mulheres no período.

Uma peculiaridade notada na análise dessas fontes é que o quitandar masculino parecia estar mais atrelado às chácaras: a maioria dos anúncios do período alugavam e vendiam quitandeiros chacareiros. São anúncios como nos exemplos abaixo: o primeiro, demanda um “preto chacareiro e quitandeiro” para a praia do Flamengo; o segundo, oferta um preto

chacareiro e quitandeiro, de 50 anos, para um particular; já o terceiro, coloca um “preto perfeito chacareiro e quitandeiro” ao aluguel, pelo valor de 30\$000:

Precisa-se de um preto chacareiro e quitandeiro: na praia do Flamengo n. 14.²⁴¹
 Vende-se por 350\$, um preto de 50 annos, chacareiro e quitandeiro; na ladeira do Senado n. 20; só para particular e só até ao meio dia.²⁴²
 Aluga-se um preto, perfeito chacareiro e quitandeiro: é fiel e da roça, por 30\$; na rua de S. José n. 25, loja.²⁴³

Desde os anos 1830, as famílias mais ricas da cidade, como as compostas por comerciantes e negociantes nacionais e estrangeiros, diplomatas, conselheiros, banqueiros, altos funcionários do Estado, profissionais liberais bem-sucedidos e militares de alta patente, costumavam refugiar-se nas chácaras ou casas de campo, no movimento de sair da zona central superpovoada e mais insalubre. Freguesias consideradas suburbanas como o Catete, Laranjeiras e principalmente em Botafogo, além de áreas como o entorno do Morro de Santa Teresa, de Matacavalos e Catumbi, foram ocupadas no processo de expansão da cidade, e tinham suas elegantes e elitistas chácaras notadas por viajantes do século XIX, que sublinhavam as melhores condições de vida e salubridade.²⁴⁴

Nas décadas de 1870 e 1880, eram comuns nas páginas diárias a divulgação de aluguéis e vendas de casas de chácara, com chamadas como: “Aluga-se a grande chácara da rua da Fabrica das Chitas n. 34, com bons commodos para grande família, para tratar, na rua das Violas n. 88”.²⁴⁵ Isso sugere que a estadia em chácaras continuava a ser tendência entre as famílias cariocas mais abastadas, e que existia alguma rotatividade de famílias nesses locais, fosse para morar ou passar temporadas.

O fato dessas chácaras estarem sobretudo localizadas em áreas dadas como suburbanas para a época, permite pensarmos que nesse período o predomínio das mulheres podia estar concentrado nas ruas e mercados das áreas centrais urbanas, enquanto que, para o suprimento da mão de obra nas chácaras das regiões um pouco mais afastadas, eram mais preferíveis os homens quitandeiros. Uma diferenciação de gênero manifestada em termos de espacialidade.

Com essas reflexões, almejamos uma compreensão um pouco mais detalhada das relações de gênero entrelaçadas na performance do ofício de quitandar no Rio de Janeiro antes

²⁴¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870, ed. 67.

²⁴² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1882, ed. 222.

²⁴³ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1887, ed. 010.

²⁴⁴ SOARES, Luís Carlos. Op. Cit., p. 27 e 33.

²⁴⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1877, ed. 0007.

da abolição. Assim como lançar luz sobre a forma como ocorreram os rearranjos de trabalho que tornaram o aluguel de serviços a alternativa mais rentável e mais explorada frente à venda de cativas e outras formas de abastecimento de mão de obra. Aspectos importantes para pensarmos na reorganização do trabalho na cidade e nas transformações desse ofício, no qual as discussões sobre a exploração do trabalho e as expectativas de liberdade se conectam e se misturam.

Como mostrou Chalhoub, com a proximidade do desmonte da escravidão em 1888 intensificou-se o debate sobre a gestão das diferenças sociais na cidade. As preocupações sociais, bem como dos poderes públicos, centravam-se no problema de “[...] como garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativeiro”.²⁴⁶ Em outros termos, “como garantir que os negros [...] libertos, se sujeitassem a trabalhar para a continuidade da acumulação de riquezas de seus senhores/patrões? ”.²⁴⁷

Como pretendemos demonstrar com as discussões ao longo do capítulo, em sociedades como a carioca do século XIX, liberdade e escravidão não são automaticamente traduzíveis como ‘trabalho livre’ e ‘trabalho escravo’.²⁴⁸ E nessa perspectiva, as quitandeiras são um exemplo interessante de tradução desses significados na prática. Transferir os sentidos que eles carregam de um espectro do campo jurídico para outro, ou sobrepor as duas ordens de sentido, conforme estabeleceu Henrique Espada Lima, conduziria a interpretações de leitura de sociedades escravistas em termos inconsistentemente evolucionistas.²⁴⁹

Na tentativa de desviar dessa armadilha, para o caso de mulheres com o ofício de quitandeiras, podemos pensar na importância do aluguel como uma ferramenta para mediar o problema da reorganização. Ao proporcionar autonomia e rentabilidade para os sujeitos envolvidos, esse arranjo se apresentou como uma alternativa para manutenção da mão de obra. Ao mesmo tempo em que proporcionava alguma autonomia para o escravizado alugado, podia ser altamente rentável para o proprietário, como vimos no caso das quitandeiras.

Conforme argumentou Souza, não se pode considerar os acordos de trabalho, como o aluguel ou locação de serviços de libertos e livres, meramente como “a expressão de uma escravidão continuada ou como uma servidão disfarçada”. Considerando o contexto que da segunda metade do século XIX e do início do século XX, de modo geral, os contratos de trabalho e as formas de recrutamento de trabalhadores eram características de um mercado

²⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras, 1996. P. 23.

²⁴⁷ Ibidem, p. 24.

²⁴⁸ LIMA, Henrique Espada. Op. Cit., p. 299.

²⁴⁹ Idem.

complexo e em desenvolvimento, no qual coexistiam e interagiam diversas formas de emprego da mão-de-obra.²⁵⁰

A pergunta que queremos colocar nesse caso é sobre o que diferenciava os sentidos de exploração do trabalho ou as expectativas de liberdade, nesse contexto em que se transformavam? Entender relações tão específicas quanto essa, de proximidade, distanciamentos, continuidades, rupturas na lógica escravista, apontam para uma compreensão mais profunda e ampliada das relações entre liberdade e trabalho em sociedades como a carioca de fins do século XIX.²⁵¹

O que se pôde depreender dessa decodificação da linguagem dos anúncios e do diálogo com a ampla historiografia existente, foi que a diversidade de arranjos que buscamos abordar é reflexo da tentativa de adaptar o mercado de trabalho às novas necessidades sociais, e sugerimos que essas mulheres tiveram um papel importante na reinvenção desses arranjos. Do ponto de vista das relações de trabalho, o exercício de múltiplas funções por quitandeiras, sugere que quanto mais atividades eram desempenhadas por essas trabalhadoras, mais personalizadas eram suas relações de trabalho, e maior também podia ser seu grau de autonomia. Certamente os termos das negociações, como valores dos aluguéis ou de suas vendas, eram ajustáveis, e mais variados do que nossas fontes revelam. As informações aqui analisadas servem como uma janela para entender um viés desse conjunto de pessoas que estamos buscando aprofundar, bem como abrir caminhos para investigações futuras apoiadas em novas fontes.

Em sentido mais amplo, tentamos demonstrar neste capítulo, através das quitandeiras, um pouco sobre como eram nuançados os processos de reorganização do mundo do trabalho, buscando sentidos específicos para a continuidade delas no mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro nessas décadas finais do século XIX. Destacamos a percepção do quitandar enquanto ofício especializado e qualificado para trabalhadoras de cor, com flutuações de ofertas de trabalho influenciadas pelo imbricado contexto, e diferenciações de gênero também observáveis espacialmente.

No próximo e último capítulo, adentraremos outras dimensões indissociáveis do dia a dia dessas trabalhadoras: suas sociabilidades. Buscando conectar trabalho, sociabilidade e política cotidiana, partiremos para a análise de anúncios de fugas, e notícias publicadas nos jornais. Com isso nos aproximamos de suas histórias, observamos comportamentos no cotidiano de trabalho, e entendemos mais vivências e lutas individuais e coletivas de quitandeiras pela cidade do Rio.

²⁵⁰ SOUZA, Flavia Fernandes de. Op. Cit., p. 185.

²⁵¹ Idem.

CAPÍTULO III

Trabalho, cotidiano e lutas em torno do *quitandar* carioca

FUGIO da rua do Sabão da Cidade Nova n. 67 a escrava Joanna: vende agua, sabe quitandar, é muito esperta e dissimulada, reforçada, rosto redondo, faltando-lhe os dentes todos de um lado da parte inferior do queixo: costuma acoutar-se em casas de quitandeira, cortiços, etc.²⁵²

Em março de 1870, fugia do número 67 da rua do Sabão, na então zona da Cidade Nova, a quitandeira Joanna. Além da habitual descrição das características físicas, assim como traços subjetivos de personalidade, sempre sob a ótica dos proprietários, o anunciante destacou na publicação o seu costume de “acoutar-se” em casas de quitandeira, cortiços e habitações afins. Fugas como essa noticiada no anúncio nos dão pistas de ações únicas vivenciadas diretamente por escravizados²⁵³, pois faziam parte do cotidiano durante toda a vigência da escravidão e, portanto, das páginas dos diários. Diferente dos anúncios de venda e aluguel, que atentavam para ofícios e qualidades dos trabalhadores cativos anunciados, os anúncios de fugas costumavam enfatizar as características consideradas falhas, fosse na aparência ou no comportamento dos indivíduos, e com frequência alguns costumes, curiosidades e andanças.

Foi o caso de Joanna, não apenas mais um número entre escravizados fugidos, mas uma pessoa com história, uma quitandeira destacada pelo costume de “acoutar-se” em um local específico: as “casas de quitandeira”. O Diccionário da Lingua Brazileira, de 1832, define o termo acoutar como “Fazer couto de algum lugar; Dar couto; tomar cousa defesa”, “acoutar-se: Refugiar-se; recolher se em couto”, e o vocábulo couto como “terras de algum Senhor, onde não entravão as Justiças do Rei, e tinha outros privilégios. Fig: Azilo, refúgio”.²⁵⁴ Os sentidos dos termos apontam para a compreensão do ato de refugiar-se em determinado local, seguro, longe da alçada senhorial e passível de vantagens ou favores.

Nas últimas décadas da escravidão, compreendemos que nos processos de lutas contra o cativeiro os negros construíram para eles uma cidade própria, de práticas sociais politizantes: a cidade negra. Mulheres e homens escravizados se empenharam para transformar essa cidade

²⁵² *Jornal do Commercio*, 1870, edição 63.

²⁵³ GOMES, Flávio dos Santos. Produzindo a liberdade: fugitivos e identidades no Rio de Janeiro. In: **Experiências atlânticas:** ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 43.

²⁵⁴ PINTO, L. M. S. Diccionario da lingua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

em um esconderijo, uma cidade que esconde e que, ao mesmo tempo, liberta²⁵⁵. Nela, a busca por liberdade passou a fazer parte também do âmbito rotineiro do cotidiano. Essa é a perspectiva de Sidney Chalhoub, que, ao destacar como os escravos se mostraram incansáveis na luta para transformar o sentido da manumissão em suas práticas, gerando impacto nas relações pessoais de trabalho, reforçou que essas ações foram golpes significativos à instituição da escravidão²⁵⁶.

Nesse sentido, pequenos movimentos nos quais os escravizados e escravizadas buscavam autonomia, eram potencialmente transformadores, tanto de suas próprias vidas quanto da sociedade na qual participavam. Sendo assim, coletivamente ajudaram a inviabilizar a continuidade da escravidão na Corte, tornando patente sua vulnerabilidade, sobretudo a partir dos anos 1870, com as mudanças demográficas, o contexto de pressões internas e externas, e a concentração de ações de escravizados na cidade.²⁵⁷ Esse movimento se intensificou na década de 1880, momento em que as relações escravistas no Sudeste passavam a ser francamente desafiadas por violentas revoltas de escravos, por ativos movimentos abolicionistas e, sobretudo, por constantes fugas individuais e coletivas de escravizados²⁵⁸, com o abandono em massa de fazendas.²⁵⁹

Como mostra a historiografia que comprehende o fenômeno da fuga, nem sempre eram ações no intuito de viver em liberdade, e isso será discutido mais adiante. Mas aqui, queremos destacar a evidência da ação desse grupo de mulheres, unidas por laços de solidariedade reforçados pelos seus ofícios, dentro dessa trama que entrelaça trabalho, sobrevivência e liberdade no contexto da abolição. Nesse viés, quitandeiras como Joanna, são por nós percebidas como parte indissociável e atuante dessa cidade negra, que não só batalhava em prol da própria liberdade, como também acolhia e ajudava os seus.

Neste capítulo, analisamos histórias de colaboração e solidariedade na luta cotidiana contra o cativeiro, por meio de fontes elaboradas justamente por aqueles que atuavam contra seus intentos de liberdade: os anúncios de fugas, bem como notícias publicadas em jornais da Corte. Intencionamos observar episódios do dia a dia, atentando para a política cotidiana antes referida e para as relações sociais, pensando em como podiam ser desenvolvidas a partir da dimensão do trabalho. Isso viabiliza refletir sobre aspectos como a construção das

²⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Editora Companhia das Letras, 2011. P. 275.

²⁵⁶ Ibidem, p. 275.

²⁵⁷ Ibidem, p. 231 e 232.

²⁵⁸ MACHADO, M. Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). P. 158.

²⁵⁹ Para mais sobre os desdobramentos políticos dos episódios ocorridos em 1887: SANTOS, Cláudia. As fugas dos escravizados, a queda de Cotelipe e a monarquia da Confederação Abolicionista. In: *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. Petrópolis: Vozes, 2023.

sociabilidades e o comportamento no cotidiano de trabalho de quitandeiras, fornecendo ganhos interpretativos. O objetivo é vislumbrar mais vivências e experiências daquelas mulheres pela cidade em diferentes dimensões, investigando a formação de comunidades entre as trabalhadoras, e em um segundo momento suas disputas por espaços de trabalho e pela continuidade desse ofício.

3.1. As lutas por liberdade no âmbito rotineiro: as fugas nos anos finais da escravidão

A fuga de escravizados permeou toda a existência da escravidão enquanto instituição sociojurídica até 1888. Para seus contemporâneos, e para a historiografia que a investiga, a fuga era um processo inerente à escravidão.²⁶⁰ Por décadas cativos fujões carregando ferros, gargalheiras e máscaras, compuseram a “paisagem natural” das ruas do Rio, como argumentou Flávio Gomes²⁶¹. A残酷 era um aspecto visível e material, à medida em que os escravizados que fugiam eram marcados com instrumentos de punição como esses.

Com as transformações das relações escravistas e suas formas de violência, bem como o crescimento do número de libertos no ambiente urbano, sobretudo a partir da década de 1870, a distinção entre um liberto e um escravizado não era mais possível à olho nu. Acerca desse período, os fugitivos se direcionavam para as cidades em busca de oportunidades.²⁶² Nesse contexto, a fuga para a cidade tornou-se uma opção mais atrativa: a “cidade negra”, conceituada por Sidney Chalhoub, poderia simbolizar uma saída da marginalidade, a possibilidade de integração por meio do trabalho e uma vida com mais autonomia.

Antes, na primeira metade do século XIX, eram lugares como as matas e montanhas ao redor da cidade ou para áreas próximas de povoações rurais os destinos mais atrativos para escravizados em fuga. Estudos mais recentes afirmam que eram também comuns casos de fugidos que continuavam na cidade ou em seus arredores, sendo inclusive vistos rondando e trabalhando em casas ou lojas próximas dos locais da fuga²⁶³. Dessa forma, podemos inferir que, se antes o fugir significava majoritariamente um movimento de se esconder, com o

²⁶⁰ Esse era um fato reconhecido não só pela questão da resistência à dominação, mas também pelo reconhecimento desse fato pelos donos de escravos e da sociedade. Cf.: GOMES, Flávio dos Santos. *Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista*. **Revista Tempo**, v. 1, n. 1, 1996, p. 1 e 2.

²⁶¹ Ibidem.

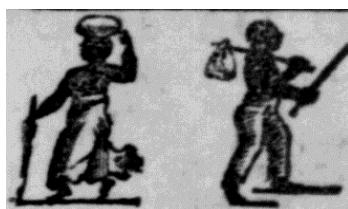
²⁶² GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12, 1986; O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁶³ MOURA, Alice. R. M. **Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios do jornal do commercio (Rio de Janeiro, 1827-1850)**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). P. 54.

decorrer do século, essa ideia se abriu para possibilidades como a incorporação através do trabalho.

No tocante à essa historiografia específica, sobretudo a partir da década de 2000, os anúncios de jornais sobre fugitivos foram utilizados como fontes frutíferas para explorar os universos sociais de escravizados fugitivos. Vem desses numerosos anúncios as gravuras que se tornaram clássicas representações de pessoas escravizadas que fugiam: homem ou mulher, em vestes simples, pés descalços, carregando um bastão ou uma trouxa sobre seu ombro, ou sobre a cabeça.²⁶⁴

FIGURA 6 – Representação da gravura feminina e masculina dos Anúncios de escravizados fugitivos



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1872, edição 240.

FIGURA 7 – Representação distinta da gravura feminina



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1877, edição 267.

Além das recompensas habituais oferecidas aos capturadores dos fugitivos e das ameaças de punição para quem os ajudasse, os anúncios detalhavam os traços físicos distintivos dos fugidos, como características físicas, seus nomes, ocupações, vestimentas, entre outros detalhes. Muitos desses anúncios mencionavam as possíveis táticas que os fugitivos poderiam

²⁶⁴ Conforme sugeriu Marcus Rediker, apesar dessa representação sugerir que a evasão era um ato individual, ao contrário, era um processo fundamentalmente social, exigindo colaboração e aliança até mesmo para alguém que tentava partir por si só [p. 4]. Em seu estudo sobre a fuga pelo mar no contexto estadunidense, explica que marinheiros, trabalhadores portuários, artesãos, carregadores, quitandeiras e fugitivos do mar cooperaram para formar uma força do que chama de “abolicionismo dos de baixo”. REDIKER, Marcus. Escapando da escravidão pelo mar na véspera da Guerra Civil Americana: uma história do trabalho. **Revista Mundo do Trabalho**, v. 14, p. 1-18, 2022. Tradução de Antonio Luigi Negro.

empregar para se manterem escondidos, assim como os lugares onde provavelmente poderiam ser encontrados – e são esses os pontos que mais pretendemos explorar.

Estudos sobre o fenômeno analisaram padrões de fugas e perfis sócio demográficos dos fugitivos, aspectos que por sua vez revelaram como eles conseguiam estruturar suas vidas, formar comunidades e preservar suas culturas mesmo dentro do contexto da escravidão²⁶⁵. Mesmo com a existência de padrões, “a fuga era uma ação única e vivenciada diferentemente por cada escravo”²⁶⁶, levando em conta diversos aspectos como o ambiente em que vivia, urbano ou rural, naturalidade, sexo, sua socialização, incluindo a dinâmica das relações entre senhor e escravizado.

A ocupação dos escravizados ao examinar índices de fugas também é uma variável importante nessas análises. Segundo Flávio Gomes, aqueles com ofícios especializados, como carpinteiros, ferreiros, alfaiates, costureiras, e outras ocupações similares, costumam apresentar índices mais elevados de fugas.²⁶⁷ Por isso é interessante pensar fugas e suas implicações tendo em vista as especificidades relativas às quitandeiras, considerando que compreendemos esse como um ofício especializado.

Ainda de acordo com Gomes e Soares, as quitandeiras minas, que eram maioria nesse período, guardavam estratégias muito próprias. A partir de anúncios de fuga para o período anterior a 1835, os autores analisaram questões sobre etnicidade e mercado de trabalho para africanas minas. Tais estratégias envolviam a capacidade de transitar por toda a cidade sem despertar suspeitas, ou frequentando casas, o suborno de autoridades, e a transformação de outros escravos em clientes através do fornecimento de alimentos. Algumas delas até mesmo conseguiam comprar outras africanas escravizadas para seus negócios, estabelecendo com elas uma relação escravista singular.²⁶⁸ Nos anúncios de fuga desse período, mesmo com o foco nas minas, relataram casos nos quais puderam verificar uma comunidade multiétnica entre escravizadas afro-ocidentais da cidade do Rio, com vínculos de autoproteção e auxílio mútuo, corroborando o que tem sido afirmado pela historiografia.²⁶⁹ Nos interessa aqui, portanto, avançar na compreensão de sentidos similares para um período posterior, entendendo especificidades do contexto abordado.

²⁶⁵ GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit., p. 6.

²⁶⁶ Ibidem, p. 7.

²⁶⁷ Ibidem, p. 13.

²⁶⁸ FARIAS, Juliana Barreto. De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. **Locus: revista de história**, v. 18, n. 2, 2012.

²⁶⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 191-224, 2007.

As motivações e estratégias dos cativos para essas fugas eram variadas: defesa e manutenção das relações familiares e afetivas, aumento de autonomia para a economia própria e reorganização de laços familiares, entre outras. Nesse sentido, as fugas representavam também processos de redefinição de identidades sociais e culturais²⁷⁰. Portanto, muitos eram os sentidos atribuídos ao fugir, e em sua maioria estavam associados à melhoria das condições de vida e de trabalho. Ou seja, nem sempre significavam necessariamente uma contestação da sua condição jurídica, mas talvez a construção de um cativeiro mais “justo” segundo sua avaliação dentro do campo de possibilidades contextuais. Isso remetia à uma concepção própria de liberdade como o direito de escolher a quem vender sua força de trabalho, por exemplo, e assim como dispor de seu tempo da forma mais apropriada e, por vezes, até de escolher a própria moradia.

Conforme Maria Helena Machado, as mulheres parecem ter sido uma minoria entre os *grupos* de fugidos, retirantes ou quilombolas, principalmente as mães. Ao contrário, ao tentarem fugas individuais, as mulheres escravizadas enfrentavam limitações significativas, já que seus movimentos estavam comumente ligados às relações no âmbito privado do serviço doméstico. Assim, para a autora, mulheres livres, libertas ou cativas tinham os caminhos da autonomia marcados por restrições de gênero, que favoreciam o ambiente doméstico como espaço de sobrevivência para as mulheres pobres, fossem elas livres ou não²⁷¹. Sobretudo no contexto da década de 1880, quando com o aumento do controle sanitário e a classificação médica-racializada, a vivência nas ruas se materializava como o inverso dos ideais civilizados. Nas palavras da autora:

A contraface do controle sanitário do serviço doméstico na corte, provido por escravas e livres, com suas crescentes exigências de inspeção dos corpos, vigilância dos deslocamentos geográficos e de emprego e classificação médica-racializada, se materializava em uma vivência do mundo das ruas, com seus abrigos, cortiços, suas casas de zungu e de fortuna e outros esconderijos. Fazer quitandas, alugar quartos, partilhar segredos e funções religiosas, ganhar dinheiro, viver amores e fugas, criar os filhos ou entregá-los para que outrem o fizesse eram atividades que as mulheres escravas – e também as livres e libertas – realizavam na contraluz dos ideais de uma cidade sanitizada, higiênica, civilizada e branqueada, sonhada pelas autoridades e sistematizada nos nascentes discursos médicos.²³

²⁷⁰ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). **Locus: Revista de História**, v. 7, n. 2, 2001. p. 13-17.

²⁷¹ MACHADO, M. Helena P. T. Op. Cit., p. 168.

Nesse sentido, experiências comuns ao cotidiano de mulheres de cor, incluindo serviços como o quitandar, ganhavam mais estigmas, agora também a partir de discursos médicos. Por outro lado, era esse “mundo das ruas – do Largo da Carioca, do Rocio, do Campo de Santana – e de tantos outros locais de ajuntamento de escravos e outros desclassificados da corte da década de 1880”²⁷², que abriam possibilidades para trabalhadoras como lavadeiras, criadas, amas-de-leite e quitandeiras.

Já em relação à tipologia das fugas, algumas características foram comumente identificadas. De modo geral, a primeira vez que uma pessoa escravizada fugia era frequentemente vista como parte do processo de adaptação, e por isso poderia ser tratada com menor severidade. A captura podia acontecer após alguns dias ou até mesmo levar anos, dependendo das circunstâncias, como a proteção que o fugitivo recebia, sua capacidade de se integrar ao mundo dos livres, seu nível de reconhecimento, o valor da recompensa oferecida, os objetivos por trás da fuga, entre outros fatores.²⁷³

Isso levava a dois tipos de fugas distintas: as reivindicatórias, de curto prazo, em que os escravizados retornavam aos seus donos, buscando ampliar sua autonomia, mas sem implicar em uma ruptura completa²⁷⁴; e as fugas de rompimento, que duravam mais, indicando a real intenção do cativo em se libertar do domínio do senhor. As fugas reivindicatórias eram geralmente previstas pelos proprietários e podiam durar apenas um ou dois dias, geralmente em finais de semanas. Por isso os donos aguardavam um período médio de uma semana ou mais antes de publicar os anúncios de jornais. Passado esse período inicial, e o cativo não retornasse, então os anúncios eram divulgados e iniciava-se o processo de busca.

Os custos para capturar um fugitivo eram consideráveis: incluíam os gastos com anúncios, dias de trabalho perdidos na busca, pagamento pela captura, as despesas de manter o escravizado preso e as dificuldades para a localização dos senhores, muitas das vezes engendradas pelos próprios cativos. O processo de captura podia partir da comunicação aos juízes de paz ou comissários de polícia locais, da contratação de pedestres e capitães-do-mato; ou especialmente da publicação de anúncios num periódico de grande circulação. Certamente grande parte dos proprietários movia todos os esforços necessários, já que, como pontuou Manolo Florentino, tratava-se de uma cidade na qual “[...] os aluguéis e jornais obtidos com os

²⁷² Ibidem.

²⁷³ MOURA, Alice. R. M. Op. Cit.

²⁷⁴ Em relação ao morar sobre si, a historiadora Ynaê Lopes identificou que a linha que separava as fugas breves e temporárias dessa prática de morar era extremamente tênue. Cf.: SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala:** arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). 2010. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. P. 99.

escravos não raro se aproximavam do que se lograva alcançar alugando casas, com a importante diferença de que o retorno do investido em almas era mais rápido do que o capital aplicado em prédios urbanos”²⁷⁵.

Havia fugas que tinham como destino provisório festas e/ou ajuntamentos. Nesses casos típicos da vivência urbana da Corte do Rio de Janeiro, reafirmava-se a coesão de laços entre grupos étnicos diversos, como etnias africanas, pessoas livres, libertos e escravizados, grupos de trabalho e ocupações, entre outros; assim como o estabelecimento ou reestabelecimento de relações familiares extensivas e simbólicas.²⁷⁶ Ao longo de todo o Oitocentos, quilombos suburbanos, rodas de capoeiragem e batuques representavam espaços de criação e recriação de laços de solidariedades e experiências culturais daqueles homens e mulheres. Esses espaços representavam uma faceta importante da coletividade negra, já que, conforme enunciou Flávio Gomes, “fugitivos tinham que contar com a proteção [...] e com as solidariedades nas suas aventuras”.²⁷⁷

Em concordância com a perspectiva de Gomes, os processos de fugas não só representam um aspecto revelador dos mecanismos de resistência escrava, como também evidenciam a formação de comunidades, identidades e cultura negras, tanto em ambientes urbanos quanto rurais²⁷⁸. Esse sentido político é uma visão fundamental quando queremos destacar a formação de sociabilidades em processos de fugas, entendendo coletividades multiétnicas formadas por quitandeiras escravizadas, livres e libertas. Partimos da premissa de que informações encontradas em anúncios podem revelar estratégias de fugitivas e fugitivos, e traços de seu cotidiano, do qual as relações de trabalho ocupavam uma boa parte.

3.1.2. As lutas por liberdade no contexto político

É importante que entendamos os processos históricos caros às nossas personagens principais sob a luz da historiografia que estamos dialogando, sem perder de vista que as histórias que investigamos estão inseridas num contexto específico. O período analisado perpassa mudanças significativas no escravismo brasileiro, influenciadas pelos processos desencadeados pela legislação de 1871 e pela crescente ação do movimento abolicionista, com

²⁷⁵ FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. **Revista USP**, n. 58, 2003, p. 105. Ver também: FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). **Análise social**, p. 236-267, 201.

²⁷⁶ GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit., p. 12.

²⁷⁷ Ibidem, p. 20.

²⁷⁸ Ibidem, p. 8.

seu expoente durante a década de 1880, quando a reinvindicação emancipacionista ultrapassa ambientes fechados como debates parlamentares e conferências em clubes e teatros, e passa a conquistar o espaço das ruas.²⁷⁹ É fundamental, portanto, não deixar de atentar para as formas pelas quais esses acontecimentos repercutiram no equilíbrio das relações entre senhores, escravizados e o poder público.

Enquanto senhores acusavam o poder público de inferir nas políticas de domínio, em consequência dos debates parlamentares sobre o elemento servil e a aprovação da legislação de 1871, o governo imperial procurava manter a tranquilidade e a segurança do Império por meio das autoridades policiais, responsáveis por conter a questão da insubordinação escrava. Mesmo que dependesse da participação senhorial, o poder público procurava manter sua autoridade para controlar a população escravizada.²⁸⁰

Nesse cenário político, a cidade do Rio de Janeiro era um palco privilegiado para a campanha abolicionista, devido ao seu cosmopolitismo. A rápida disseminação de notícias, impulsionada pelo aumento da publicação de jornais, desempenhou um papel central na propagação das ideias abolicionistas e republicanas, impactando não apenas as elites intelectuais. Nesse âmbito, é importante destacar a ação de intelectuais negros, homens livres, letreados e atuantes na imprensa, que nas contradições internas dentro do próprio movimento, enfrentaram entraves postos pela discriminação racial.²⁸¹

Os jornais foram veículos importantes para moldar a opinião pública e influenciar a sociedade a adotar valores de progresso e civilização em oposição à escravidão. Nesse sentido, os assuntos políticos e o abolicionismo ganharam as ruas junto com os periódicos. Isso porque a campanha abolicionista era divulgada principalmente através deles, vendidos por ambulantes, incluindo rapazes imigrantes e negros. Os quiosques de venda não só distribuíam jornais, mas também ofereciam livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, café e refrescos. Eram locais onde as últimas notícias e informações circulavam. A leitura em voz alta dos textos facilitava a disseminação das ideias, visto que em uma sociedade marcada pelo analfabetismo, os jornais eram mais ouvidos e vistos do que efetivamente lidos²⁸². Essa forma de "leitura de ouvido" permitia que as ideias abolicionistas alcançassem até mesmo os analfabetos.

²⁷⁹ SANTOS, Cláudia. *Disputas políticas pela abolição no Brasil: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas*. Petrópolis: Vozes, 2023. P. 20.

²⁸⁰ GOMES, Flávio. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. P. 256.

²⁸¹ PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: UNICAMP, 2019.

²⁸² MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. EdUFF, 2014. Os editoriais frequentemente faziam críticas à herança do passado escravista, argumentando que o Brasil deveria seguir o exemplo das nações civilizadas para superar o atraso provocado pelo

Ao lado da atuação da imprensa abolicionista, os militantes se organizavam para minar cada vez mais as estruturas escravistas. Simultaneamente à mobilização desses intelectuais e das entidades antiescravistas, debates acalorados sobre a questão servil eram realizados na Câmara dos Deputados, com transcrições publicadas nos jornais, ampliando a repercussão dessas discussões na opinião pública.²⁸³ Além disso, festas benficiares e eventos religiosos eram organizados com o intuito de angariar apoio popular e recursos para a libertação dos cativos.

Nesse sentido, a luta contra a escravidão ocupava diversos espaços: dos espaços de lazer às igrejas e jornais, do Parlamento até as ruas. Longe de querer centralizar as ações de jornalistas e parlamentares na luta, entendemos que, conforme argumentou Ana Flávia Magalhães Pinto, as atividades abolicionistas só tiveram sucesso porque mobilizaram amplos setores da sociedade, incluindo homens e mulheres escravizados, além de libertos e livres.²⁸⁴ Com isso, reforça-se a ideia de pensar sobre abolicionismos no plural, “existentes, articulados e em disputa”.²⁸⁵

A cidade é, portanto, o lugar das associações, das tipografias e das redações, dos teatros, das conferências públicas, dos préstimos cívicos e dos *meetings*, mas isso não deve significar que os movimentos estavam restritos a essa chamada cultura lettrada. Conforme o observado por Cláudia Santos, a participação dos escravizados e os significados atribuídos à resistência estavam no centro de um acirrado debate sobre as reformas a serem realizadas. Como percebeu a autora, dentre os desafios atuais está o de entender a autonomia da resistência escrava e suas conexões com o movimento abolicionista.²⁸⁶ Com isso em vista, a ideia é entender as ações das personagens aqui analisadas sem deslocá-las desse contexto de intensa politização. Afinal, a política também se manifestava na vida diária da população escravizada e livre, dentro de seus próprios parâmetros.

sistema escravista. Ao mesmo tempo em que procuravam demonstrar aos senhores a inviabilidade de preservação do escravismo, deixavam claro que a abolição não poderia ser feita de uma forma traumática. Ana Flávia Magalhães Pinto, ao discutir a participação popular de negros livres e libertos nas páginas da imprensa abolicionista, discorda de Machado no tocante aos conflitos de raça e classe no interior do movimento, criticando interpretações anteriormente dadas aos manifestos abolicionistas de José do Patrocínio. Cf.: Raça, abolicionismos e cidadania nos anos 1880. In: **Escritos de liberdade**. Op. Cit.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ PINTO, A. F. M. Raça, abolicionismos e cidadania nos anos 1880. Op. Cit., p. 240. Para os cativos, Flávio Gomes observou de uma perspectiva em que eles não necessariamente precisaram da lógica dos abolicionistas para adquirir dimensão política. Reinterpretavam os momentos de crise e percebiam como essas transformações representavam mudanças pontuais nas relações de domínio e subordinação. Sendo assim, essas possibilidades foram cotidianamente ampliadas e reinventadas. Cf.: GOMES, Flávio. **Histórias de quilombolas**. Op. Cit. P. 285.

²⁸⁵ Ibidem, p. 236.

²⁸⁶ SANTOS, Claudia. Op. Cit., p. 280 e 281

3.2. Dos enredos do *quitandar*: as casas de quitandeiras

Em 1872, a preta quitandeira Maria, mina, de aproximadamente 40 anos, fugia da casa do então seu senhor, Manoel Luiz Caminha, no número 29 da rua do Andarahy. Tinha talhos no rosto, estatura regular, rosto redondo, descrita como “vistosa, falla bem mas vagaroso, bem conservada”. Antes de morar com seu senhor Manoel, Maria havia morado com outra quitandeira de nome Thereza Maria da Conceição, na subida do Sacco do Alferes, na freguesia de Sant’Anna. A dita “quitandeira de casa aberta”, Thereza, costumava andar “com quitanda pelos lados de S. Christóvão e arrabaldes da cidade ou mais para fora”, e ainda residia na Corte.

Tempos depois do episódio de sua fuga, Maria foi procurada em um anúncio de jornal, junto com Thomaz, preto, de 40 anos mais ou menos, com o ofício de pedreiro, escravizado pertencente a João Matos de Barros. Morava à rua do Passeio n. 1 A. Thomaz, andava calçado, intitulava-se livre, e segundo o anúncio, desconfiava-se que ele estivesse “trabalhando pelos arrabaldes da cidade”. Segundo o anúncio, um tal de Sr. Joaquim relatou aos seus senhores que ambos estavam juntos presos no tronco do sítio de seu irmão, Sr. José Luiz da Silva Castro, residente em um local chamado “Cachoeira sítio do Retiro”, nas proximidades da vila de Sant’Anna de Macacú (do outro lado da baía de Guanabara, mais próximo ao interior fluminense).

Não foi possível saber qual a natureza do laço entre Maria e Thomaz, mas podemos sugerir que tratava-se de um laço de solidariedade, que os levou a encararem juntos a trajetória pós fuga. Infelizmente, conforme esse fragmento de história, possivelmente ambos foram capturados em seu novo destino, e sujeitos às violências da escravidão, presos em um tronco. Já tendo vivido sobre si, Maria não queria mais servir a Manoel; certamente vivenciara muitas experiências anteriores que moldaram sua percepção do que era justo para si e a fizeram ciente de suas opções.

Na procura por Maria, foi considerado relevante indicar sua proximidade com sua parceira de ofício Thereza Maria, tendo ambas morado juntas em sua “casa aberta” na subida do Sacco do Alferes. Isso indica que era uma pista importante para sua possível recaptura por Manoel, que a procurara mais de uma vez, e seguia em busca de novas pistas de sua localização. Para os interesses dessa investigação, buscamos indagar quais seriam os significados possíveis para uma “casa aberta de quitandeira”, como a de Thereza Maria? Como isso foi retratado nos jornais? Estavam para além de espaços de moradia? O que significavam para as redes de

relações das quitandeiras que lá residiam e trabalhavam? Eram também espaços de trabalho? O que podemos entender sobre esses espaços específicos, e o quais são essas especificidades?

Ora, nessa mesma região onde residiram Maria e Thereza, existiu na década de 1870 um zungú, chamado Casura. Uma reclamação anônima na *Gazeta de Notícias* pedia providências às autoridades locais:

Attenção

Pede-se providencias ao digno subdelegado da freguezia de Sant'Anna, que existe na praia do Sacco do Alferes um zungú denominado Casura, aonde todas as noites há grandes reuniões, afim de tomarem fortuna.²⁸⁷

Não seria utópico pensar nas relações que essas proximidades poderiam implicar. A praia do Sacco do Alferes (mapa 1), extinta do Rio de Janeiro no início do século XX,²⁸⁸ era próxima à região da Gamboa, parecia ser um dos muitos costumeiros locais de atuação do quitandar pela zona central da cidade.

Mapa 1 – Praia do Sacco do Alferes e região



²⁸⁷ *Gazeta de Notícias*, 1877, edição 222.

²⁸⁸ Essa obra fez parte do projeto de modernização do Porto, a partir do Decreto nº 4.969, de 18 de setembro de 1903. O novo cais retificou o litoral da Saúde, Gamboa e Saco do Alferes. As obras incluíam o aparelhamento do cais com guindastes e linhas férreas, o calçamento de avenidas, as obras do Canal do Mangue, e a abertura de avenidas nos bairros comerciais. Fonte: Plano de desenvolvimento e zoneamento portuário - Porto do Rio de Janeiro, Companhia Docas do Rio de Janeiro, 2016.

Fonte: Retirado de LEUZINGER, G. Planta da cidade do Rio de Janeiro novamente ereta pelo Vcde. de Villiers de L'Ileadam, gravada por H. H. Leonhard. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital, 1850.

Alguns anúncios de fuga ao longo do período estudado citam a região como endereço da fuga de escravizados, ou, no caso de quitandeiras e quitandeiros, como local no qual costumavam quitandar. Foram casos como o de Leopoldina, em 1871, Domingas, em 1874, e o menor Carlos, de 10 anos de idade, em 1870.

Os zungús ou “casas de angú” foram objeto de análise do historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, que os definiu como pontos de encontro para cativos, africanos e crioulos, onde se misturavam músicas, comida, prostituição, e sociabilidade, buscando fugir da interferência senhorial ou policial. Em síntese, eram “pontos de abastecimento cultural da população negra” no meio urbano, e são também apontados como pontos de encontro entre escravos do interior rural das senzalas com cativos das áreas urbanas.²⁸⁹ Um espaço clandestino, de encontro e de descanso, mais de hospedagem do que de moradia.²⁹⁰ Na segunda metade do XIX, também foram chamados de casas de batuque e/ou dar fortuna, como o jargão policial passou a se referir às prisões em centros religiosos de caráter afro-brasileiro.²⁹¹

Por todos esses aspectos, os zungús foram amplamente visados pelas autoridades como foco de rebeliões, levantes, ou para o acobertamento de fugas de cativos no perímetro urbano, com as “redes de sedução”.²⁹² Esses locais foram vistos, ao longo das décadas, como locais de práticas tidas como imorais, que reuniam indivíduos sem ocupação. O “Diccionario de Vocabulos Brazileiros”, de 1889, selou essa definição: “casa dividida em pequenos compartimentos, que se alugam, mediante diminuta paga, não só para a dormida da gente da mais baixa ralé, como para a practica de immoralidades, e serve de couto a vagabundos, capoeiras, desordeiros e ébrios de ambos os sexos”.²⁹³

Em sua análise, Líbano Soares explorou um caso, na década de 1830, de uma invasão de uma casa de quitandas na rua da Guarda Velha, cujo dono era um africano liberto chamado

²⁸⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungu:** rumor de muitas vozes. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. P. 30

²⁹⁰ Ibidem, P. 52.

²⁹¹ Ibidem, P. 56.

²⁹² Em suma: prática de articulação para atrair o cativo com algum artifício para enviá-lo para outro lugar, geralmente fora da cidade, para uma alguma fazenda ou para quilombos suburbanos. Diferente do roubo, a sedução muitas vezes era realizada com a participação ativa do próprio “roubado”, sendo essa mais uma variante da fuga. Cf.: SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. “Com o Pé sobre um Vulcão”: Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 2, 2001.

²⁹³ DE BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique. **Diccionario de vocábulos brasileiros pelo tenente general Visconde de Beaurepaire-Rohan.** Imprensa nacional, 1889.

Adão José da Lapa, que foi denunciada por um vizinho dizendo se tratar de um zungú. Soares aponta esse episódio como mais um da “guerra contra as casas de angú” da época, cujo Código de Posturas vigente no município proibia o funcionamento.²⁹⁴ Esse é um caso que nos sugere que haveria uma conexão entre esses espaços, de forma que apesar de ser de fato aquela uma casa de quitanda, ali também poderia ser um zungú.

Carlos Eugênio Líbano Soares argumenta que os zungús foram importantes na construção de uma comunidade escrava no meio urbano, e marcaram “de forma discreta e subterrânea a cultura popular na cidade do Rio”,²⁹⁵ sendo as quitandeiras um tipo social importante na relação dessas casas. Diante disso, buscamos aprofundar: poderiam ser as casas de quitandeiras uma outra denominação para os zungús? Em que medida podemos estabelecer essa relação de proximidade? Nossa intenção aqui é entender mais especificidades, no intuito de avançar nos sentidos de compreensão dos papéis de quitandeiras nesses espaços.

A história das quitandeiras Maria e Thereza Maria se cruza com outras histórias, como a da jovem Olympia. No mesmo ano de 1872, Olympia, crioula, de 15 anos, que andava levando quitandas no Campo de Sant’Anna e tinha o costume de passear “pelo Aterrado, Catumby, Saúde e Prainha”, era anunciada por fugir do número 15 da rua de D. Manoel. Por andar com os pés virados para dentro, caminhava com dificuldade (ou “coxeava”, no linguajar da época), e apresentava marcas da doença varíola (o termo “bexigosa” era usado para se referir às marcas dessa doença). Havia levado consigo dois vestidos, um de riscado escuro e outro branco, junto de paletó de riscado escuro, com o qual encobria sua “corcunda” no estômago. No anúncio, as suspeitas expostas: “anda no Campo de Sant’Anna levando, e dizem que alli dorme em casa de quitandeiras”. Essas histórias corroboram a noção de que suas residências poderiam funcionar como habitações coletivas, espaços compartilhados com fins políticos e até comerciais.

Encontramos mais um fio da história na trama dos jornais, ocorrida em outro ponto da cidade, não muito distante dali, e quase um ano antes: em 1871, a quitandeira Rosa, de cor preta, nação mina, e “40 e tantos” anos de idade, estava grávida quando fugiu pela primeira vez da Rua do Sabão²⁹⁶ na Cidade Nova. Essa era a mesma rua em que vivera Joanna, do primeiro caso apresentado no capítulo. Será que se conheciam? Rosa costumava andar carregando tripas do Matadouro, provavelmente esse era o produto que ela ‘quitandaria’. Considerando a

²⁹⁴ SOARES, Op. Cit., p. 26.

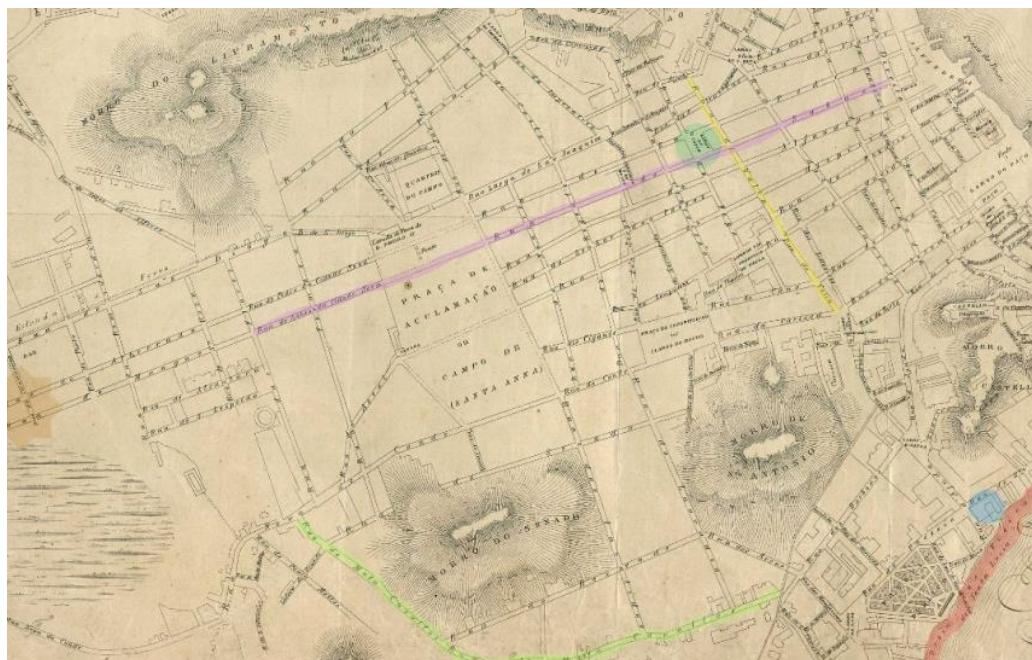
²⁹⁵ Eram também elos fundamentais na rede que ligava negros da cidade e do campo, dos porões dos sobrados urbanos até as senzalas das fazendas de café. Cf.: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. Cit.

²⁹⁶ Farias apontara que as ruas da Alfândega, da Lampadosa e do Sabão, na freguesia do Sacramento, eram locais onde homens e mulheres minas teciam suas relações, unidos por laços de vizinhança, religiosidade, profissionais e familiares. FARIA, Juliana Barreto. Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade, 2015. P. 170.

distância da região da Cidade Nova ao Matadouro, Rosa circulava bastante pela cidade. Antes localizado na Praia de Santa Luzia, até o ano 1853, fora transferido para o Aterrado de São Cristóvão, na Praça da Bandeira.

Elá costumava andar também pelas casas de quitanda da rua da Valla, não muito distante dali. Será que Rosa foi para a mesma casa que acoutava Joanna? Rosa já tinha sido vista na rua de Matacavallos, provavelmente a rua por onde cruzava a cidade, e na praia de Santa Luzia, próxima ao antigo matadouro, local que havia sido transformado em um albergue de mendigos onde dezenas de pessoas pernoitavam.²⁹⁷ Era mais um local onde a polícia administrativa se preocupava em moralizar. Todas essas andanças indicam que a quitandeira Rosa circulava muito, o que significa que tinha bastante conhecimento da região e provavelmente, como consequência, uma ampla rede de conexões por diferentes pontos da cidade.

Mapa 2 – Pontos da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Retirado de LEEDER, Roberto. Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: A.M.Mc Kinney. Planta 36x48. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital, 1858.

- Legendas:**
- Rua do Sabão
 - Rua da Valla
 - Largo do Capim
 - Praia de Santa Luzia
 - Matadouro de Santa Luzia
 - Rua de Matacavallos
 - Proximidades do Matadouro de São Cristóvão

²⁹⁷ Após funcionar por mais de 76 anos, em 1853, durante os eventos epidêmicos dos anos 1850 e com a emergência de um saber epidemiológico, o matadouro acabou sendo desativado e depois transformado em Albergue. ERICHSEN, L. A Carne e o Mar: O Matadouro da Praia de Santa Luzia. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña** (HALAC) revista de la Solcha, v. 10, n. 2, p. 203-226, 2020.

Por mais de 2 meses Rosa ficou sendo procurada nos jornais, sendo oferecida por sua captura a recompensa de 20\$000, e até 30\$000 réis. Mas seu histórico não foi suficiente para conter novas investidas. Em 1872, fugiu novamente, dessa vez da rua Sete de Setembro, número 227, endereço do negociante de escravos Manoel Ferreira da Costa.²⁹⁸ Em seu novo arranjo de trabalho, poderia estar trabalhando por aluguel ou prestes a ser revendida, mas ali também não quis ficar. Poucas informações foram fornecidas sobre seu estado ou sobre suas andanças. Infelizmente, não conseguimos saber o que aconteceu com o filho que Rosa estava gerando no momento de sua primeira fuga. Resta-nos conjecturar que essa pode ter sido também uma tentativa de salvaguardá-lo, partindo da ideia de que fugas agenciadas por escravizadas que eram mães eram com frequência motivadas pela precarização de sua maternagem. Essa era uma das estratégias para proteger e cuidar dos filhos mediante a ameaça de tutela do governo imperial, prevista na lei de 1871, conforme a hipótese trabalhada por Lucimar Felisberto.²⁹⁹

Anos depois dos episódios de Rosa, do número 30 da rua da Prainha, fugia Angela. Tendo fugido em 1877, a baiana, de 40 anos aproximados, de cor “parda escura” e fula, andava sempre calçada e com lenço na cabeça. Foi destacado seu costume de andar pelas ruas Estreita de S. Joaquim e Uruguayana, nas casas de quitandeiras que por lá existiam. Nesse mesmo ano, Joanna fugia novamente, dessa vez do número 41 da rua de Monte Alegre, em Santa Thereza. É provável se trate da mesma Joanna da qual tratamos no início do capítulo, já que as descrições batem. 7 anos depois, Joanna, que antes não tinha os dentes de um lado da parte inferior do queixo, caíram-lhe todos os dentes do mesmo lado, e apresentava um buraco no céu da boca, proveniente de boubá.³⁰⁰ No entanto, mantinha suas práticas: na descrição está novamente presente “costuma comprar quitandas em chácaras e refugiar-se em casas de quitandeiras”.

Na década de 1880, casos como o da “muito conhecida” quitandeira de canjica Maria, com seus cabelos carapinhados e crescidos, de cor “parda escura”, ficaram registrados nos jornais. Natural da Bahia, tendo já se insubordinado antes, evadiu-se da casa e dos domínios de seu senhor, o negociante Antonio Pinto de Brito Junior, morador na rua de S. Pedro. No seu anúncio em 1883, a pista: “é de presumir que esteja acoutada em casa de alguma Bahiana”.

²⁹⁸ Endereço encontrado no Almanak Laemmert de 1872.

²⁹⁹ SANTOS, Lucimar Felisberto. Disputas pelos significados da liberdade do ventre escravizado: episódios de fugas de africanas e suas descendentes. In: Machado, M. H. P. T.; BRITO, Luciana Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos. *Ventres livres?: gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Unesp, 2021.

³⁰⁰ A boubá é uma doença bacteriana, identificada por lesões cutâneas, e que pode causar desfiguração e incapacidade. No século XIX, acreditava-se que essa doença era de origem africana, trazida pelos escravizados. Cf.: MUNIZ, E.S. A. **Basta Aplicar uma Injeção?** Saúde, doença e desenvolvimento: o Programa de Erradicação da Boubá no Brasil (1956-1961). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

No mesmo ano encontramos Rosa, “muito conhecida por ser antiga quitandeira”, que fugiu saindo para vender quitanda. De nação Cabinda, descrita como “feia”, “beiçuda”, e “fula”, andava sempre com um pano na cabeça “para tapar a testa por ser a cor diferente da cara”, e tinha um dedo grande do pé aberto. Rosa andava sempre com outro quitandeiro de doces, sendo este livre, pela praia Formosa e nas ruas da Cidade Nova. Este quitandeiro que infelizmente não foi nomeado poderia ser parceiro, um familiar de Rosa, ou alguém que trabalhava junto com ela; disso não temos informação. Pode ser que tenham planejado juntos a fuga de Rosa, já que o mencionado “preto velho” já era reconhecidamente livre.

No mês seguinte do mesmo ano de 1883, vemos uma nova menção à quitandeira Rosa, que continuava fugida ou fugira novamente, e agora com mais uma pessoa: Henriqueta, também quitandeira e também descrita como muito conhecida no local onde suspeitava-se que estivessem abrigadas. Supomos que era a mesma Rosa, já que o endereço de onde fugiram é o mesmo da fuga anterior: rua de S. Francisco Xavier, n. 13. Dessa vez, com sua possível dupla muito conhecida.

Já em 1885, a “bem fallante” Rosa, de cor preta, de idade presumíveis pelo anunciante entre 27 e 30 anos, fugia da freguesia da Candelária, de onde estava alugada. Junto à menção ao costume de embriagar-se, vinha a informação: “acouta-se em casa de uma quitandeira à rua do Cotovello”, na freguesia vizinha de São José. Próxima ao Largo do Paço, do mar e da ponte das barcas, essa rua estreita, com becos nas proximidades e ela própria se afunilava em um beco mais à frente, possivelmente se configurava um lugar estratégico para a existência dessa casa.

Não temos muitas informações que nos permitam conectar as duas Rosas, mas é curioso que a Rosa que apareceu em 1885 tenha uma grande cicatriz em um pé, enquanto dois anos antes, a quitandeira Rosa que teve sua fuga anunciada tinha “um dedo grande do pé aberto”. Dessa forma, ou temos mais uma coincidência com nomes comuns, ou estamos diante de mais uma empreitada de Rosa, com mais cicatrizes, e dessa vez enquanto trabalhava alugada.³⁰¹

³⁰¹ A fuga durante os arranjos de aluguel era uma estratégia que figurou nas fontes analisadas, sobretudo se pensarmos que esse era o arranjo mais comum para o quitandar nesse período, conforme vimos nos capítulos anteriores. Em alguns dos casos intitulavam-se livres. Outros anúncios do nosso levantamento mostraram exemplos dessa prática para quitandeiras ou suas redes de relações, foram os casos de: Maria, aos 50 anos, em 1870; Marcolina, em 1870; Luiz, de 26 anos, filho da quitandeira de rua Mina Rosa, em 1875; Maria Pongó, de 40 anos, em 1875; Sabina, de 22 anos, em 1882; e Cláudio, com 25 anos em 1877, “muito conhecido das quitandeiras da Praça do Mercado”. Para o serviço doméstico, há o exemplo do caso de Hermínia, colocada ao aluguel por um comerciante na Corte, fugiu, e depois, iniciou um processo de manutenção da liberdade através de seu curador, em 1886. Em 1888, retornou para demandar o pagamento dos serviços que prestara. Para ver mais sobre Hermínia e uma discussão sobre o horizonte das lutas por reivindicação de direitos na arena judicial, nesse contexto de mudanças e transformações sociais: POPINIGIS, Fabiane. “A emancipação da quase exclusiva classe trabalhadora do país—a classe escrava”? Disputas por indenização e salários na década da abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1-25, 2023.

Apesar de ser descrita ora como de cor preta, ora como “fula”, essa diferença não é um fator que possa excluir a hipótese, já que as definições do termo “fula” não eram inteiramente consensuais, portanto, para descrever a cor de um indivíduo podiam ser empregados mais de um termo, a depender do relator.

Não somente mulheres foram encontradas acostumadas a se encontrar em casas de quitandeiras. Alguns casos de homens fugitivos no período traziam essa mesma notificação. Em 1870, Cypriano, de 24 anos, fugia da Rua Formosa n. 68. Crioulo, dito “de bonita figura”, passeava à noite calçado, “para não ser preso”. O calçado, como uma forma de distinção entre escravizados e livres, muito relevante sobretudo na primeira metade do século, certamente ainda era um elemento que trazia mais segurança para andar pelas ruas, além de ajudar a despistar possíveis raptos. Para Cypriano, também se destacava que: “costuma acostumar-se em casa de pretas quitandeiras”.

Em 1871, 100\$000 réis eram oferecidos pela captura do cozinheiro José, de nação Congo, tendo fugido da rua da Alfandega. Entre as suspeitas, destacava o anunciante: “é de supor que se ache alugado por sua conta, ou acostumado por casa de alguma quitandeira”. José poderia estar alugando seus próprios serviços como cozinheiro, morando em casa de quitandeira, e vivendo como livre fosse, a partir do processo de sua fuga.

Separados por alguns meses, Chico Sapateiro, crioulo, fugia do número 66 da rua da Princeza dos Cajueiros, casa de seu senhor. Com o ofício de sapateiro, fazia “sapatinhos à bahiana para pretas minas”. Sua descrição inclui: baixo, cabeça rapada, bigode e pêra, “bem fallante”, e “muito pachola”, termo que o Dicionário da Língua Brasileira, de 1832, define como “madraceirão”, “muito ocioso”. Além disso, Chico gostava de “dansar o fado”, dança tradicional portuguesa que animava festas dos senhores coloniais, e que como manifestação cultural, foi também recriada por escravizados.³⁰² Segundo a fonte, Chico Sapateiro não tinha dormida certa, ou seja, vivia sobre si, e andava por casas de quitandeiras suas conhecidas. Um costume sempre demarcado pela suspeição.

Todos esses casos têm uma menção em comum: as casas de quitandeiras. Esses registros reforçam a ideia de que seus domicílios podiam ser ao mesmo tempo estabelecimentos comerciais, ou seja, moradias coletivas ou mesmo espaços de trabalho compartilhados. Assim como as “casas de quitanda”, podiam servir para além do trabalho de vender quitandas.

Vislumbramos reforçar a discussão desses locais, comandados por mulheres, como mais uma das diversas formas de se ocultar desenvolvidas pela população negra na cidade. Essas

³⁰² PAIS, José M. O fado dançado do Brasil: trânsitos culturais. **Pensar a Prática**, n. 15-1, p. 6-21, 2012.

casas, como espaços que podiam ser de trabalho e, ao mesmo tempo, de acolhimento, assumiam profundos sentidos políticos, como o couto de fugas de outras quitandeiras escravizadas, ou membros de suas redes sociais. Não queremos aqui partir de uma “presunção de harmonia e solidariedade”, mas sim buscar entender maneiras pelas quais mulheres de cor podiam estabelecer redes de ajuda mútua e coabitação na intenção de ajudar a aliviar a pobreza e a dependência contínuas, e lutar por espaços urbanos e territórios.³⁰³

Nesse ponto, aproximam-se das chamadas “casas de angú” ou “zungús”. Pode ser que domicílios de quitandeiras livres como Thereza Maria, “casas abertas”, tenham adquirido um sentido parecido no cotidiano das freguesias centrais cariocas nas décadas finais do século XIX: estalagem pessoal ou coletiva, pertencente a uma quitandeira ou mais, que a abria como esconderijo para escravizadas e escravizados em processo de fuga. E que, por isso, também passa a ser olhado por escravocratas e autoridades locais, como os fiscais, com um potencial local de desordem e de acolhimento de criminosos.

3.2.1. *As casas de quitandeiras no dia a dia dos jornais*

Quitandeiras e suas casas apareceram em notícias de episódios do cotidiano da Corte, quase sempre associadas à confusões. No entanto, como aponta Martha Abreu, é importante compreender que as desordens cotidianas expressavam o emaranhado de possibilidades onde se confundiam estratégias de controle, perspectivas de tolerância e espaços de negociação dos quais participavam os diversos sujeitos em disputa no espaço urbano do Rio de Janeiro.³⁰⁴ Dessa forma, mesmo as eventualidades nas quais elas se envolviam podem contribuir para uma investigação um pouco mais completa.

Era 1871, e um incêndio na freguesia do Sacramento teve início no domicílio de quitandeiras no chamado Largo do Capim (ver mapa 3), um local onde elas figuravam diariamente. Desde a década de 1830, um grande número de vendedoras ficava sob barracas de toldo volante, sem alinhamento e demarcação, e por isso causavam confusões que contavam com a intervenção contínua da polícia.³⁰⁵ Pelo visto, permaneceram quitandeiras por lá também nas décadas seguintes.

³⁰³ COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade.** Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 54.

³⁰⁴ ABREU, Martha. **O Império do Divino:** festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Editora Nova Fronteira, 1999. P. 197.

³⁰⁵ FARIA, Juliana Barreto. Op. Cit., p. 45.

Incêndio. – Hontem, as 4 horas da tarde, manifestou-se incêndio nos fundos do deposito de sabão de Oliveira & Silva, estabelecido nas lojas dos prédios do largo do Capim n. 77. O fogo destruiu os fundos do sobrado, onde residia o Dr. Agostinho de Figueiredo, e parte do sótão; a frente do sobrado pouco soffreu. Houve também algum estrago nos fundos da casa do mesmo largo n. 79 e nos da rua do Sabão n. 16. Consta que o incêndio teve origem do domicilio de umas quitandeiras, situado junto do referido deposito. Comparecerão diversas autoridades e o Sr. Diretor do corpo de bombeiros com o respectivo pessoal e material. As 7 horas da noite estava extinto o incêndio. [...]

Nas entrelinhas, notícias como essa ajudam a alimentar a ideia de quitandeiras que se agrupavam para morar juntas não constituíam caso isolado, mas sim que se tratava de uma prática costumeira existente em diferentes pontos da cidade naquele momento. No ano seguinte, o *Jornal do Commercio* noticiava a prisão de um Praça do corpo de bombeiros, um caso no qual envolveu mais quitandeiras:

[...] Estando desvairado do quartel, havião douis dias, o chefe de bomba graduado Luiz Pereira de Vasconcellos, o Illm. Sr. Tenente-coronel director geral incumbio a mim abaixo assignado e ao chefe de turma Antonio da Silva Novaes a prisão dele. *Sabendo nós que elle costumava acoutar-se na casa de umas quitandeiras, à rua da Uruguayana, ahi lhe fomos dar caça.* Não estava em casa: porém, não tardando a chegar, nós, que o vimos passar pela rua do Aljube, seguimo-lo com o fim de agarra-lo antes de entrar nessa casa. Vendose assim perseguido por nós, correu, e bateu com força na porta, com o fim de entrar antes da nossa chegada; infeliz, porém, não conseguiu, e agarrado por nós, não se quis entregar, certo do castigo que ia soffrer. [...]

Nesse episódio, os perseguidores do referido Praça foram procura-lo na casa de quitandeiras da rua da Uruguayana, porque ali ele costumava acoutar-se. Podemos ver que as casas de quitandeiras poderiam não só acoutar escravizados fugidos, mas outros indivíduos que precisassem de couto. Além disso, outro fato é que a rua da Uruguayana também era uma rua na qual existiram zungús, registros nos jornais apontaram o número 140 em 1877, e no 101 no fim da década de 1880. Por isso, já devia ser alvo frequente da ação de quaisquer autoridades. Ironicamente, o Praça fugitivo, que não foi nomeado, correu para lá afim de escapar do castigo do Corpo no qual pertencia. Eram precisas mais informações para descobrir por quanto tempo esses zungús funcionaram, mas novamente pode ser que essa relação de proximidade sugira novas pistas para entender essas encruzilhadas.

Em 1882, mais uma queixa era publicada no *Jornal do Commercio* sobre uma casa de uma quitandeira da travessa de São Sebastião, no morro do Castello:

Freguezia de S. José 1 Distrito

Pedimos ao subdelegado que faça mudar uma quitandeira da travessa de S. Sebastião no morro do Castello, que serve de couto a quanto vagabundo infesta aquelles logares, onde, proferindo mil obscenidades, privam as famílias de chegarem a janela. Consideramos aquella casa um antro de perdição, porque as crianças da vizinhança ahi juntam-se e aprendem quanta immoralidade é possível.

Na visão dos circunvizinhos, a casa daquela quitandeira não nomeada era um “antro de perdição”, já que servia de couto a “vagabundos”, e suas famílias eram privadas de chegarem à janela. Além de ser um local de imoralidade para as crianças da vizinhança. É claro que argumentos morais seriam acionados para legitimar a necessidade de remoção da moradia daquela mulher, cuja presença tanto incomodava. Veremos mais adiante como isso era recorrente na história do *quitandar*. O ponto é que essa casa na freguesia de São José era mais uma pertencente à dinâmica da cidade negra. Quitandeiras como Thereza, Maria, Olympia, Angela e Rosa, ou mesmo as sem nomes citadas por suas casas, portanto, podem ser compreendidas como parte atuante dessa “cidade esconderijo”, que podia acolher e ajudar os seus, além de talvez também poder lucrar com o aluguel desse acolhimento.

Uma leitura à contrapelo permite compreender que participar de zungús era um ato político na integração da população negra residente na Corte, já que era um espaço de construção de noções do coletivo, onde se fortaleciam laços comunitários. E esse não era o único tipo de espaço com esses fins forjados por comunidades negras. Angélica Almeida apresenta em sua dissertação sobre a figura das tias pretas na Zona Portuária, o quintal, assim como zungús e cortiços, também como espaço de habitação coletiva, além de um local de festividade e resistência no início do século XX.³⁰⁶

Em casas como a de Tia Ciata, grande matriarca do samba, cabia ao quintal a tarefa de abrigar esses eventos tidos como subalternos para a sociedade burguesa, e não à toa estes ficavam localizados nos fundos das casas, eles precisavam ser camuflados para proteção da repressão das autoridades. Diferentemente dos quintais das famílias burguesas, geralmente na frente das casas, o quintal funcionava como extensão da casa: a porta da casa ficava

³⁰⁶ ALMEIDA, Angélica. A tradição das tias pretas na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2013.

aberta ao espaço externo e o portão de entrada, quando havia, ficava aberto para a rua. Simbolicamente, a ideia de ter mais de uma porta também pode ser interpretada como um distanciamento da senzala, onde como porta só havia um cubículo.³⁰⁷

Essas são perspectivas importantes que possibilitam esboçar casas de quitandeiras além de locais de esconderijo, mas também como um espaço de construção de senso de comunidade: de circularidade de informações, de estreitamento de laços, e de mobilização de quitandeiras em torno de questões políticas que faziam sentido em seus entendimentos no contexto da Corte no limiar da abolição.

A historiografia já elucidou em alguns aspectos e diferentes períodos a capacidade de mobilização política de mulheres com o ofício de quitandeiras. Os historiadores Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares observaram que desde os tempos coloniais, quitandeiras escravizadas e livres no Rio de Janeiro lutavam com autoridades pelo direito de ocupar espaços públicos urbanos para vender alimentos, demonstrando habilidades organizacionais coletivas e consciência de seu papel importante no abastecimento de alimentos aos residentes urbanos.³⁰⁸

Já no limiar da abolição, em 1885, protagonizaram uma greve, na qual junto de lavradores e pombeiros, quitandeiras protestaram pela exigência de diárias consideradas abusivas para a ocupação das novas barracas da Praça do Mercado. Esse episódio de forte repercussão na imprensa, é outro que revela um posicionamento acordado entre esses trabalhadores, que mostraram consciência de sua importância ao se organizarem para impedir o funcionamento da praça, gerando transtorno para os moradores da cidade, além de prejuízo aos comerciantes. Conforme Juliana Barreto Farias, as quitandeiras eram parte ativa, notável e significativamente organizada do grupo de comerciantes desse importante Mercado, e se empenhavam não só para continuar fazendo seu trabalho, como também por melhores condições de realizá-lo, e garantir seus lucros.³⁰⁹

Histórias como as trazidas nos exemplos reforçam como grupos de quitandeiras souberam se organizar ao longo do tempo em torno de objetivos comuns, e com sentidos coletivos. Episódios espaçados, mas significativos para a existência de uma história que

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. “Dizem as Quitandeiras...”: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, v. 15, n. 2, p. 3-16, 2002.

³⁰⁹ FARIAS, J. B. Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. **Biblioteca Nacional Digital**, 2013. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/mercado-em-greve-protestos-e-organizacao-dos-trabalhadores-do-pequeno-comercio-no-rio-de-janeiro-outubro-1885/>>

contemple as pessoas comuns e suas ações, como essas mulheres e o que elas faziam dentro de suas casas.

Como refletiram Machado e Gomes, conexões entre a abolição e as formas protesto dos cativos são um eixo de análise que deve ser valorizado pela historiografia. Nisso se inserem estudos sobre quilombos, fugas e revoltas, e suas relações com movimentos abolicionistas. Em concordância com sua compreensão, procuramos pensar menos em termos de frequência e intensidade de revoltas – fugas inclusas –, e mais na potencialização simbólica da mobilização. Dessa forma, conseguimos vê-las não como “atores na forma de heróis e rebeldes, mas fundamentalmente personagens e protagonistas em contextos amplos, complexos e com significados cruzados [...].”³¹⁰

3.3. As lutas por trabalho: entre conflitos locais, debates morais e a formação de identidades

As histórias das casas de quitandeiras se misturam com os relatos de suas disputas por espaço, na análise dos jornais. Os dois problemas falam de questões de sobrevivência, de maneiras distintas, e ambos foram concomitantes no contexto em que estamos explorando: essas mulheres podiam enfrentar perseguições dentro de suas casas, e na rua, trabalhando. Os conflitos envolvendo quitandeiras e a ocupação dos espaços nas zonas centrais da cidade assumiram contornos diferentes com a aceleração do processo de modernização a partir da segunda metade do século XIX. A esse respeito, o antropólogo Fernando Freitas sintetizou que “de um modo geral, as quitandeiras foram consideradas como verdadeira questão urbanística a ser solucionada pela administração pública, seja pela remoção, seja pela regulação”.³¹¹

Isso era refletido (e produzido, ao mesmo tempo) no âmbito do cotidiano popular. De longa data, membros das elites locais usavam a imprensa para registrar diversas reclamações contra a população negra, pobre e trabalhadora. Dentre os diversos temas das queixas feitas contra as quitandeiras, as mais comuns eram sobre a obstrução do espaço e a questão sanitária, sobretudo relativa ao lixo que sobrava do comércio.³¹² Desde a primeira metade do século, a

³¹⁰ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; GOMES, Flávio. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: CASTILHO, Celso; MACHADO, M. H. P. T. **Tornando-se livres: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp, 2015. P. 27.

³¹¹ DE FREITAS, Fernando Vieira. As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: Modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. **Tempos Históricos**, v. 20, n. 1, p. 189-217, 2016. p. 196.

³¹² Ibidem.

associação feita entre as quitandeiras e os problemas de higiene pública era recorrente. Mas se, antes, o impasse era em torno dos congestionamentos dos espaços, nas últimas décadas do XIX, tornava-se cada vez mais uma questão moral.

Esse aspecto figura na leitura dos jornais diários. As nuances das relações de vizinhança mostram os conflitos de interesse entre moradores e quitandeiras como disputas acerca do que passava a ser considerado moralmente condenável. Não eram poucos os pequenos conflitos cotidianos envolvendo-as nesse período, no qual o viver sobre si de escravizadas e escravizados, junto ao cada vez maior número da população negra livre, possibilitava outras configurações para a sociedade carioca, que se via agora diante da convivência com parte dessa população sem mais estar subjugada por uma estrutura de subordinação.

Para mulheres que trabalhavam como quitandeiras, isso significou que a disputa pela manutenção de seus espaços de trabalho se intensificou. A atuação das juntas de higiene também podia ser um outro fator de impedimento, já que comissões e fiscais passaram a fazer “visitas sanitárias” para verificar a situação de asseio dos locais, que podiam resultar em multas. Além disso, surgiam propostas alternativas para a venda de quitanda.

Como o caso da “Empreza Ambulante Domestica”, inaugurada em 1885, na qual a proposta era vender diariamente nas portas das casas os gêneros como leite, frutas, carne, peixe, verduras, etc.³¹³ No intuito de “acabar com o máo systema de vender quitanda em cestas e taboleiros, inventou o Sr Morris Kohn umas carrocinhas muito elegantes, muito commodas e muito hygienicas”³¹⁴. Essa invenção foi comercializada com a ideia de que “nada há mais importante para o hygienista do que a alimentação publica”, e com isso ganhou adesão. Em 1887, já tinham mais de vinte carrocinhas pela cidade.

Como reconheceu o *Diário Ilustrado*, a empresa era “uma competedora [sic] terrível aos quitandeiros de taboleiro. A empresa consta de carroças que carregam sobre rodas aquillo que até hoje tem-se carregado à cabeça. Que regalam para os pescoços!...”. Ou seja, notava-se que por meio das rodas, seria possível transportar uma carga muito superior ao que cabeças e pescoços poderiam suportar, como vendia-se da maneira mais tradicional. E completavam, ironicamente, com o comentário: “Agora é singular! É domestica a empreza, mas funciona no meio da rua! Ora ahi está um nome bem posto...”³¹⁵ O surgimento dessa e outras propostas faziam parte de um processo de modernização que impactou o ofício tradicional de muitos quitandeiros e quitandeiras nas ruas.

³¹³ *Jornal do Commercio*, 1885, edição 248.

³¹⁴ *Jornal do Commercio*, 1887, edição 044.

³¹⁵ *Diário Ilustrado RJ*, 1887, edição 69.

E um outro fator que acirrava a situação era a abjeção dos moradores próximos, com frequência expostas nos diários cariocas. Reclamações assinadas por pseudônimos, muitas vezes de caráter coletivo, com frequência estampavam as páginas dos diários, reivindicando a ação das autoridades em espaços onde estiveram presentes por muitas décadas. Como a seguinte, que anonimamente insinuava a retirada de uma quitandeira na rua dos Benedictinos:

Freguezia de Santa Rita

Sr. Fiscal, será permitido uma quitandeira permanecer em cima da calçada, na rua dos Benedictinos próximo a rua da Prainha, incomodando o transito?

Os guardas que o informem.³¹⁶

Ora, a rua da Prainha e adjacências, na zona portuária, onde transitavam marinheiros e outros trabalhadores, eram locais próprios para estabelecimentos. Sobretudo se pensarmos no setor alimentar. Além disso, já foi também local de moradia de mulheres quitandeiras.³¹⁷ Nesse sentido, é muito provável que fosse de longa data um lugar onde quitandeiras costumavam trabalhar, circulando ou em pontos fixos. Na queixa ao fiscal da freguesia, o reclamante podia estar fazendo referência a uma postura sobre incômodo público, presente no Código de Posturas municipais: “§ 8.º Ninguém poderá transitar, nem mesmo estar parado, com carga por cima dos passeios das ruas: a pessoa que infringir será posta em custodia até o pagamento da multa de 4\$000 rs., e, não tendo com que pagar, sofrerá 2 dias de cadêa”.³¹⁸ Ao insinuar o descumprimento da lei, acionava estrategicamente um elemento da moralidade, assim facilitaria a realização do seu desejo de afastar a trabalhadora do local.

Os episódios de disputas por locais de trabalho aconteciam em diferentes pontos da cidade. Em 1870, em Sacramento, moradores pediam nos jornais à Câmara municipal para retirar as barracas das quitandeiras do antigo Largo do Capim (mapa 3), que foi renomeado como Praça do General Osório. Existia nessa localidade um pequeno mercado de verduras, frutas e aves. Seria transferido para o largo de São Domingos, onde os moradores também reclamaram dessa transferência.³¹⁹ Para eles, o lugar mais próprio para estabelecê-las era no largo da Prainha, porque esse oferecia “commodidades *in totum*”.

³¹⁶ *Jornal do Commercio*, 1884, edição 171.

³¹⁷ Em 1872, o *Jornal do commercio* noticiou a intimação de uma quitandeira moradora do número 98 da rua da Prainha: “Foi também intimada a ordem do subdelegado do 1º distrito de Santa Rita, a preta quitandeira moradora a rua da Prainha n 98, por estar anteontem, as 9 horas da noite, provocando os transeuntes e espancar um indivíduo.” *Jornal do Commercio*, 1872, edição 160.

³¹⁸ Código de Posturas da Illustríssima Camara Municipal. Rio de Janeiro, 1852.

³¹⁹ *Jornal do Commercio*, 1870, edição 4.

Mapa 3 – Largo do Capim



Fonte: Retirado de GARNIER, R. I. Planta da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital, 1852.

Na verdade, a ideia era que a nova Praça fosse ajardinada. Uma outra publicação no *Jornal do Commercio*, assinada por “amigo do bem público”, buscou acionar vereadores, defendendo a permanência do “útil e indispensável mercado”.³²⁰ Os moradores da praça, em resposta, chegaram a publicar uma nota destinada ao Imperador, pedindo a proteção de seus interesses³²¹, já que queriam o jardim em frente às suas residências.

Mas as barracas não foram removidas, o que acirrou a disputa entre o empresário dos chalets e barracas e a população em relação à Praça ao longo dos anos seguintes. Em 1875, voltaram a queixar-se a Câmara municipal. Alegavam a inconveniência da permanência destas barracas, que causavam prejuízos aos habitantes. Argumentavam em favor do embelezamento e da higiene, dizendo que “[...] As largas praças são consideradas em todos os paizes um dos melhores meios de aformosear as cidades, com ellas se consegue a salubridade e a hygiene [...]”. Seguiam afirmando que:

[...] muito mais bella seria esta praça plantada de arvores, livre e desassombrada de fastidiosas barracas, offerecendo um passeio commodo e agradável a muitas famílias, que em tempos tão calmosos ahi respirirarião um ar mais puro e oxygenado, do que occupada em grande parte por uma multidão de quitandeiras, cujo commercio não é de maneira alguma agradável aos passeiantes.

³²⁰ Ibidem.

³²¹ *Jornal do Commercio*, 1875, edições 31, 33 e 36.

E ainda, afirmava que os negociantes, sujeitos a pesados aluguéis, seriam forçados à mudança, devido ao “muito dispêndio e muitos inconvenientes”. Completavam com: “Compete-nos, pois, perguntar a Illma. Câmara municipal para que conservar tao inútil quanto nociva permanência”.³²² Os moradores da praça do General Osório moveram toda uma argumentação para conseguir a retirada do mercadinho local e com ele a “multidão de quitandeiras”, com seus comércios que desagradavam.

Na edição seguinte, os moradores retomaram suas queixas quanto à preferência da Câmara por manter as barracas. Já nas edições subsequentes e no restante do ano, deixaram de abordar esse conflito, o que nos leva a pensar que as reclamações anteriores possivelmente não foram suficientes para uma remoção imediata. O período exato em que as barracas permaneceram no local permanece algo a se descobrir. Contudo, é evidente que diversas outras queixas e solicitações de remoção surgiram em diferentes momentos e locais da cidade.

Em 1887, assinado como “Os pais de família”, moradores da Candelária publicavam uma denúncia contra a agitação de uma quitandeira. Buscando acionar a policial local, comparava-se a quitandeira da rampa das Marinhais, outro local há muito ocupado pelo trabalho de quitandeiras, a um insistente tumor maligno e a outras figuras consideradas imorais, como os chamados navalhistas e gatunos. Argumentava que pelos “seus hediondos acenos e asquerosas palavras”, que incomodavam a vizinhança, os transeuntes e os empregados da Gary, empresa responsável pela limpeza local, fosse a quitandeira removida de seu local de trabalho³²³, aludindo uma má atuação do fiscal da freguesia e do subdelegado. Era também uma forma de relacionar sua presença ao contraste da ideia de limpeza. Não poupando a ofensiva em seu vocabulário, o autor da crítica, era mais um que reforçava a associação da quitandeira, conforme suas palavras escolhidas, a “um monstro”:

Freguesia da Candelaria

O cancro por mais extirpado que seja, sempre deixa uma perninha. Existe nas imediações da rampa das marinhais uma quitandeira, que por mais hábil que fosse uma penna nao a poderia descrever. Este monstro, cuja figura só tem de mulher, traz os espíritos de toda a circunvizinhança em continua agitação, por seus hediondos acenos e asquerosas palavras, os agentes municipaes,

³²² Tanto os moradores quanto o empresário apresentaram abaixo-assinados, mas o autor da publicação questionou a autenticidade dessas assinaturas, sugerindo que havia uma tentativa de enganar os vereadores, já que na praça não se contava “este numero de signatários a não incluir-se os alugadores das barracas e os empregados do empresario”. Sugeriam, pois, que seria útil publicar os nomes envolvidos para evitar que se acredite em possíveis artifícios para influenciar a decisão dos vereadores. Fonte: *Jornal do Commercio*, 1875, edições 31, 33 e 36.

³²³ Esse era um assunto que constantemente vinha à tona também no debate público. Mesmo antes da construção da praça do mercado, em meados da década de 1830, discutia-se em instituições políticas como a Câmara, quais lugares eram mais convenientes para se venderem quitandas, sobretudo nas freguesias centrais. Cf.: FARIA, Juliana Barreto. Op. Cit., p. 44 a 46.

empregados da Gary e transeuntes, de continuo são ameaçados e injuriados por essa fera, as família que por ahi passão parão estupefactas ao som das horríveis palavras, filhas de uma requintada paixão personificada em uma fúria infernal, para quem chamamos a attenção do digno fiscal e do incansável subdelegado, de cujas honestidades e dever façao desaparecer desse lugar esse monstro, como o fizeram com os navalhistas e gatunos da rampa das marinhas. Esperamos mais uma vez podermos comprimentar ao digno fiscal e ao Sr subdelegado.

Os pais de família.³²⁴

Na edição seguinte, “os circunvizinhos” prosseguiram:

Freguesia da Candelária

Continua a celeuma em que a atroadora voz da serpente (quitandeira) quotidianamente sepulta a moralidade com asquerosas palavras, zombando da lei, de todos e de tudo. O digno subdelegado, honrado e honesto, como acreditamos, não deixará dormir o somno da indolência o preceito da lei, que faz sofrer e vicio naqueles que por costume vivem e que encafurdados nelles barateão a moralidade publica. Está no direito e poder da autoridade moralizada fazer afugentar o asqueroso vulto do lugar em que o habita, por meio de investigações, fazendo evacuar o lugar ou assignar termo de bem-viver a essa immoral quitandeira, situada no principio do largo do trapiche Maxwel (barraca).

Os circunvizinhos.³²⁵

Nesse contexto, a aplicação dos termos de bem viver aparece como um dos instrumentos de criminalização e vigilância de espaços de convivência entre trabalhadores e trabalhadoras informais.³²⁶ A referida quitandeira não poderia permanecer ali e deveria sair do local ou assinar a medida preventiva que coagia o trabalho, conforme a argumentação do reclamante, por ser uma “serpente” e “asqueroso vulto” que zombava “da lei, de todos e de tudo”, sepultando a moralidade. Nesse sentido, o conflito de ordem cotidiana e privada, assumia uma dimensão moral, ligando a quitandeira ao lado oposto desse valor. Ora, a abjeção em relação às mulheres quitandeiras não era um problema específico daquele momento, mas que figurou ao longo de toda a trajetória do século XIX. Com as agitações da proximidade da abolição, se fortalecia a

³²⁴ *Jornal do Commercio*, 1887, edição 103.

³²⁵ *Jornal do Commercio*, 1887, edição 104.

³²⁶ Cunha, Maria Fernanda Ribeiro; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. Coluna de jornal, grade de cadeia: a invenção oitocentista das classes perigosas nos termos de bem viver (1870-1890). Rio de Janeiro, 2022. 143p. Dissertação de mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

percepção típica da mulher de cor que trabalhava nas ruas: um incômodo permanente e uma ameaça aos ideais morais classistas.

Nesse contexto da abolição, debates e reformulações sobre os significados de masculinidade e feminilidade resultaram na exclusão das mulheres não brancas das definições de “feminilidade” construídas pelas elites. A historiadora Camillia Cowling elucidou como um conjunto de percepções sobre as mulheres escravizadas e livres ajudou a forjar imaginários coletivos sobre a escravidão no Brasil, assim como no mundo atlântico como um todo, durante as décadas de 1870 e 1880.³²⁷ As novas correntes intelectuais “científicas”, que influenciavam o pensamento na América Latina, repaginaram um antigo medo em relação à corrupção biológica e moral que estaria nas populações não brancas como um todo, e nos africanos em particular.³²⁸

Dessa forma, nas concepções das elites acerca dos papéis das mulheres de cor nos novos moldes da sociedade em formação e discussão, a mulher negra era colocada como foco de corrupção física e moral da família senhorial – enquanto por outro lado, em disputas legais, elas estavam em luta para buscar um *status* social que as colocassem como “honradas mulheres trabalhadoras”.³²⁹ Tais projeções para a sociedade do pós abolição partiam de noções discutidas antes, durante e após as mudanças legais. Sobretudo em torno das questões: “seriam as ex-escravas capazes de construir novas famílias “moralizadas”, educando e socializando seus filhos para a vida em liberdade? Ou elas deveriam ser temidas como fonte de “contágio” social e biológico para seus próprios filhos e das demais pessoas? [...]”³³⁰

As noções que orientavam esses questionamentos eram variadas, mas sempre limitadas e contraditórias – no entanto, significativas para mulheres que acionavam na Justiça seus interesses.³³¹ Juntas, apontam para a incapacidade das camadas brancas e mais abastadas de imaginar papéis femininos para além das associações dos modelos de feminilidade da elite.³³² É perceptível como essas ideias eram reproduzidas e reforçadas nas queixas cotidianas presentes nos jornais, em relação às quitandeiras. E isso não era um problema exclusivo para essas décadas finais, mas um processo que já se mostrava em curso ao longo de, pelo menos, toda a segunda metade do século. Africanas e suas descendentes engajadas nesse ofício foram

³²⁷ COWLING, Camillia. Op. Cit. P. 173 e 174.

³²⁸ Ibidem, p. 175.

³²⁹ COWLING, Camillia. Na condição de mãe e escrava. Legislação, Jurisprudência e o discurso presente nas ações judiciais impetradas pelas mulheres. In: Op. Cit.

³³⁰ Ibidem, p. 262 e 263.

³³¹ Ibidem, p. 125.

³³² Ibidem, p. 294.

amplamente estigmatizadas com um estereótipo de mulheres rudes, grosseiras e agressivas.³³³ Por isso, no limiar da abolição, os “pais de família” não queriam sua presença próxima, já que com as ideologias do momento, passaram a simbolizar também um risco de contágio social para o seu meio.

Por outro lado, temos que esse mesmo momento da história, foi um período extremamente importante para a formação de identidades entre os trabalhadores urbanos, que atribuíam sentidos próprias às experiências de resistência e luta. Juliana Teixeira de Souza, ao observar as relações entre as municipalidades e trabalhadores urbanos no século XIX, possibilita entender que ambientes nos quais pesavam as restrições e repressões das municipalidades, podiam favorecer a criação de identidades coletivas, sobretudo a partir de associações de trabalhadores qualificados. Em diversos contextos, com base na promoção de práticas de auxílio mútuo, esses trabalhadores defendiam o trabalho realizado com dignidade como fator de distinção social. Esses aspectos são importantes quando queremos destacar a capacidade de organização de trabalhadores, em diálogo com a historiografia.³³⁴

O controle e a vigilância social, tanto por parte do poder público, quanto no âmbito das relações sociais, não pôde exterminar esses movimentos. Esse processo pode ser exemplificado com as ações das quitandeiras contadas no decorrer do capítulo. Envolvidas nas disputas por continuar exercendo seus trabalhos, ao mesmo tempo participando de redes de fuga, e abrindo suas casas para acoitamento.

Às vésperas da abolição, destaca-se a vinculação das práticas econômicas voltadas para a sobrevivência ou subsistência nas ruas, a comportamentos que as autoridades classificavam como vagabundos, desordeiros ou criminosos.³³⁵ Aqui, vemos particularmente a execução desse processo focando nas quitandeiras, como figuras centrais nesse comércio, em disputa sobre a continuidade de seus trabalhos. E como vemos, parte da população local assimilou esse

³³³ Nesse mérito, Juliana Teixeira de Souza expõe alguns pedidos de retirada de quitandeiras na década de 1850 e 1860. P. 28 e 29.

³³⁴ SOUZA, Op. Cit., p. 19. Em sua discussão sobre o papel do poder público na organização dos mundos do trabalho, Souza aponta que os avanços e recuos nas estratégias de controle e vigilância impostas pelas autoridades municipais indicam a dificuldade de um consenso dos governantes sobre o papel que desempenhariam na organização do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, no processo de elaboração e implantação das legislações municipais, permeado por intensas disputas, tomavam parte não apenas os governantes, patrões e proprietários, como também os trabalhadores livres e cativos das cidades, que buscavam incansavelmente melhores condições de trabalho.

³³⁵ Patrícia Acerbi discutiu mais sobre esse processo em relação ao comércio de rua como um todo. Ver: ACERBI, Patricia. **Slave legacies, ambivalent modernity:** Street commerce and the transition to free labor in Rio de Janeiro, 1850-1925. Dissertation submitted to the Faculty to the Graduate School of the University of Maryland, College Park (Doctor of Philosophy), 2010.

discurso e se tornou também agente desse controle, intensificado com a proximidade da abolição.

3.4. As lutas por continuidades: ensaios do quitandar na cultura popular

Apesar desses embates, não podemos deixar de destacar como elas ganharam reconhecimento na cultura popular, com a construções de mitos em torno de suas personas. Algumas dessas construções viraram produto popular, e essa mesma imprensa que publicava anúncios, notícias e desventuras cotidianas desempenhou um papel fundamental para essa construção e reprodução. Isso pode ser verificado, por um lado, pela aparição frequente em crônicas de jornais. A título de exemplo, a coluna intitulada “Cartas de um Caipira”, um folhetim mensal do *Jornal do Commercio*, que estampou as primeiras páginas do período de 1872 a 1881. Os textos eram conversas com amigos em forma de carta, e assim o autor fazia menções a casos do cotidiano carioca de forma satírica, e tecia comentários, que por vezes envolviam os contextos sócio-políticos:

Corte, 30 de julho, as tantas da manhã.

As aboboras d’água andão meias escassas neste mercado: preços firmes. Não há bispo de praça que aguente no seu bojo o redactor do Apostolo. O Graça partiu para Santos e chegou da Bahia o Martinho: ambos em lastro. Morreu neste momento a pretinha que costumava vender angú de quitandeira na ladeira do Escorrega. Ainda não é o tempo dos marmelos: choveu fino hontem; faz frio hoje. [...] Os ovos baixarão de preço. Já não se vende pelas ruas o saudoso *mendubi torradinho*. [...] ³³⁶

Entre o preço das abóboras e dos ovos, a redação de outros jornais, idas e vindas de barcos, a morte da “pretinha que costumava vender angú de quitandeira na ladeira do Escorrega”, figurava o balanço do mês. O saudoso “mendubi torradinho” vendido por aquela mulher fazia sua ausência ser notada. Assim eram a maioria das menções das quitandeiras em crônicas dos diários: sempre fazendo parte da paisagem cotidiana, a partir do trabalho que faziam. Só no *Jornal do Commercio*, contabilizamos 26 menções em crônicas como essa ao longo do período estudado.

³³⁶ *Jornal do Commercio*, 1874, edição 209.

Outras quitandeiras também deixaram suas marcas, de outras formas. Durante muitos anos, a conhecida quitandeira de laranjas, Sabina, mantivera seu comércio em frente a porta da Faculdade de Medicina, na então freguesia de S. José. Em 1889, quando as autoridades locais proibiram seu pequeno comércio, alguns dos estudantes tomaram uma iniciativa de protesto mediante tal medida. A passeata, apesar dos aspectos cômicos e ridicularizados, repercutiu por anos a fio no imaginário popular, mesmo depois da morte de Sabina.³³⁷

Sua história adentrou à primeira República, quando virou uma canção popular, por Artur Azevedo. Com o título “As laranjas de Sabina”, foi uma das primeiras gravações realizadas no país, e posteriormente interpretada nos palcos por cantoras brancas europeias. A despeito do embranquecimento em sua representação, Sabina representou um dos protótipos da figura da “baiana” no teatro de revista, que viria a fazer sucesso no entretenimento de massas das décadas seguintes.³³⁸ A construção do mito em torno da figura de Sabina reflete a ideia de que as mulheres de cor com esse ofício estavam para além de figuras repugnadas pela população local de fins do século XIX. Ao contrário, deixaram diferentes marcas na narrativa histórica nesse mesmo período.

Um outro ponto que reforça essa perspectiva e que aparece nas leituras dos periódicos diários é o consumo do angu. Produto tradicionalmente feito pelas mãos de quitandeiras, foi além da produção de sobrevida para os seus iguais. O angu ultrapassou as camadas populares e foi apropriado pelas classes mais abastadas, passando a ser servido em restaurantes e hotéis. Os anúncios reforçavam o asseio de seu preparo, buscando criar uma distinção com base nos padrões de limpeza, que era o estigma mais comentado sobre o angu de quitandeira. Assim, ressignificavam o prato para um novo público.

Em fins da década de 1870, um novo hotel no centro da cidade anunciava sua inauguração, servindo “angu à brazileira”, “chamado de quitandeira”, preparado por chefs vindos de Buenos Aires. No segundo exemplo, um restaurante de “casa de família” na rua do Riachuelo, servia angu de quitandeira, junto de outros produtos também relacionados ao comércio de quitandas:

Chama-se a atenção do respeitável publico para este novo hotel, que hoje inaugura a cozinha será mixta e está sob a direção de cheffs dos quaes acaba de chegar de Buenos-Ayres, expressamente contratado para o estabelecimento. Haverá rabioli e talharim, angu à brazileira (chamado de

³³⁷ SEIGEL, Micol; GOMES, Tiago de Melo. Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 171-193, 2002.

³³⁸ Ibidem.

quitandeira) e outros pratos especiaes irreprehensivelmente preparados, pouparão despezas para montar um estabelecimento decente e digno deste benévolu publico, com cuja coadjuvação com frequezes com a máxima prontidão e o maior asseio. Os preços serão moderados e todos os gêneros de Porto, Bordeaux, Champagne, etc etc. O publico vá experimentar, e por si julgue.³³⁹

Angu saboroso e com o maior asseio, todos os domingos; o melhor negocio hoje: vampá, cangica de milho verde, empadas e doces [...]. Hoje, o saboroso angu de quitandeira, feito com asseio, em casa de família na rua do Riachuelo 43 A.³⁴⁰

Dessa forma, o angu, como elemento símbolo da sociabilidade escrava na cidade do Rio,³⁴¹ ao ter se popularizado, reforça também marcas das quitandeiras na cultura popular. Nesse sentido, conforme apontou Melina Teubner, a tradição das comidas de rua não apenas ajudou a preservar os hábitos alimentares da diáspora, mas também deu origem a uma cultura de consumo para a classe trabalhadora. Em sua análise reforçou como essas mulheres foram essenciais para a alimentação da população trabalhadora da cidade portuária, fornecendo refeições acessíveis para uma população em constante movimento. Tendo em vista a falta de infraestrutura governamental eficaz e a natureza móvel da população, pequenos negócios informais como a venda de comida de rua foram essenciais nessa equação.³⁴²

E esse comércio de rua, apesar das intensas disputas no acirrado mercado de trabalho do Rio de Janeiro, resistiu à ação do tempo. Conforme Acerbi, as necessidades materiais dos ricos e pobres fizeram com que o comércio ambulante continuasse no decorrer do século XX, apesar do crescente processo de marginalização do comércio informal.³⁴³ Para muitos descendentes de escravizados esse foi um legado escravista que se tornou um espaço alternativo, econômico e político, que fez parte da experiência da liberdade e da modernidade no Brasil.³⁴⁴ Essa ideia é fundamental para conectar experiências da escravidão com

³³⁹ *Jornal do Commercio*, 1879, edição 54.

³⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 1882, edição 133.

³⁴¹ SOARES, C. E. L. Op. Cit., P. 35.

³⁴² TEUBNER, Melina. Street food, urban space, and gender: Working on the streets of nineteenth-century Rio de Janeiro (1830–1870). *International Review of Social History*, v. 64, n. S27, p. 229-254, 2019.

³⁴³ Patrícia Acerbi apontou a marginalização gradual do comércio de rua dentro do contexto da construção da cidadania. A prática do comércio de rua durante essa era de transição revela um processo histórico que produziu e transformou noções de trabalho legítimo e ordem pública, bem como a segmentação racial da força de trabalho. Nesse sentido, a venda ambulante se tornou uma estratégia de subsistência entre os pobres urbanos no pós-abolição, que desenvolveram suas próprias compreensões de liberdade, trabalho livre e cidadania. Cf.: ACERBI, Patricia. **Slave legacies, ambivalent modernity:** Street commerce and the transition to free labor in Rio de Janeiro, 1850-1925. Dissertation submitted to the Faculty to the Graduate School of the University of Maryland, College Park, 2010.

³⁴⁴ ACERBI, Patricia. Legados escravistas, modernidade alternativa: o comércio ambulante no Rio de Janeiro, 1850-1930. *Anais do XVIII Encontro Regional de História–O Historiador e seu Tempo*, p. 24-28, 2006.

experiências de liberdade no pós-emancipação, no âmbito desse comércio. E se quisermos expandir para pensar em como se deu a continuidade dos ofícios dessas quitandeiras, como parte integrante dele.

Certamente, é evidente que elas alcançaram algum reconhecimento na cultura popular do cotidiano carioca oitocentista e além. Como observamos, o angu transcendeu o papel tradicional no trabalho das mulheres das quitandas, tornando-se mais do que um alimento da cultura afro-brasileira, um legado simbólico da história desse ofício. Conforme percebeu Soares: “[...] o angú alimento - misturado, mesclado - se torna uma metáfora da cultura popular de origem negra-africana: heterogênea, confusa, dispares, com vários significados - como várias receitas - e que se amolda com qualquer elemento, por mais diferente que seja”.³⁴⁵ Além disso, histórias e mitos em torno do ofício das quitandeiras ajudam na compreensão desse processo como algo concreto. Por esse lado, é possível reforçar a perspectiva de que a cultura poderia ser transformada pelos seus agentes mais humildes.³⁴⁶

As experiências de luta nas décadas finais da escravidão foram um fator determinante para a emergência de comunidades negras, como observaram Machado e Gomes.³⁴⁷ Mediante a diversidade das lutas contra a escravidão, se faz importante a inserção dos anseios de escravizados e libertos em busca de autonomia e liberdade, como partes integrantes de um amplo movimento social que circundou a abolição no Brasil. Nesse sentido, é possível compreender conexões entre movimentos abolicionistas e a atuação e escravizados, libertandos e libertos como partes de um amplo movimento social e político de superação da escravidão.³⁴⁸

Procuramos, dessa maneira, discutir o papel de quitandeiras nesse enredo ao longo do capítulo, trançando maneiras pelas quais indivíduos e pequenos grupos interagiam. Isso sem deixar de compreender como tais episódios fizeram parte de um tecido social mais amplo. Ao abordamos os movimentos de suas fugas e os significados potenciais de suas casas, nosso objetivo foi evidenciar as mulheres trabalhadoras de quitandas como elementos ativos nesse processo.

³⁴⁵ SOARES, C. E. L. Op. Cit., p. 37.

³⁴⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição:** os capoeiras na corte imperial, 1850-1890. Access Editora, 1999.

³⁴⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; GOMES, Flávio. Op. Cit.

³⁴⁸ Ibidem, p. 20.

Não pretendemos negar a existência de conflitos, tão bem quanto de solidariedades. Como bem estabeleceu Flávio Gomes, os ritmos das aproximações e distanciamentos entre africanos e crioulos eram complexos, assim como aqueles só entre africanos. Afinal, identidades, linguagens, culturas e memórias sociais, guardadas as devidas especificidades sócio-econômicas e demográficas, foram com frequência reinventadas.³⁴⁹ No entanto, procuramos ressaltar a importância das interconexões que encontramos, tanto para o êxito de objetivos individuais, que assumiam significados coletivos, quanto para o acirrado cenário sócio-político.

Com histórias como as de Maria, Thereza Maria, Rosa mina, Angela, Rosa cabinda, Henriqueta, Cipriano, Chico Sapateiro, e aquelas e aqueles que nossas fontes não nomearam, intentamos esboçar a atuação de quitandeiras na “cidade negra”, apontando para a construção de coletividades, e para a importância do ofício para suas sociabilidades. Buscamos tecer interpretações potenciais para suas casas e discutir a aproximação com zungús. Além disso, a partir de outras discussões presentes nos jornais e na historiografia buscamos evidenciar suas lutas para a continuidade de seus ofícios, e algumas das disputas sobre a construção de significados no pós abolição, demonstrando com isso potencialidades em se adaptarem a realidades adversas.³⁵⁰

³⁴⁹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”. Op. Cit, p. 15.

³⁵⁰ Grupos negros figuram na historiografia com destaque às suas adaptações criativas mesmo nos ambientes mais hostis, como no caso dos capoeiras. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição:** os capoeiras na corte imperial, 1850-1890. Access Editora, 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No kimbundu, língua local de Luanda, em Angola, *kitânda* significa estrado de bordão entrelaçado que servia de banco, expositor e até de medida para regular a venda de produtos, como o tabaco de corda.³⁵¹ Esse significado revela uma conexão entre linguagem e prática cotidiana. Essa definição não apenas ressalta a importância do espaço físico da quitanda, como espaço de trabalho, mas que o mesmo estrado de bordão entrelaçado que servia de banco, podia servir de medida para regular a venda de produtos. Trabalhar com quitandas requeria adaptação e negociação. Apesar de coexistir com a opressão e a exploração, a negociação era uma possibilidade. As quitandeiras e seu importante ofício no contexto imperial, foram se adaptando pelos intrincados caminhos da modernização do espaço urbano dos fins do século XIX, conquistando ou reconquistando espaços na cidade do Rio mesmo diante de desafios e disputas.

Nesta dissertação, contamos histórias de algumas delas, que viveram no período de 1870 a 1888 nas freguesias que hoje são o centro da cidade do Rio de Janeiro e seu entorno. Para desvendar aspectos do cotidiano dessas pessoas, exploramos sobretudo jornais diários de ampla circulação na cidade. Esses documentos foram uma janela que nos permitiu entender algumas de suas relações sociais e de trabalho. Juntamente com o suporte da historiografia e de outras fontes, buscamos inserir as mulheres escravizadas e livres com este ofício nos debates da reorganização do trabalho no contexto do final da instituição da escravidão.

Colocamo-las no centro de debates, nos quais por vezes foram abordadas como coadjuvantes. Como parte do cotidiano de grandes centros urbanos, compondo a paisagem urbana, mas esse cotidiano parecia ser mais de outros do que delas próprias. Procuramos destacar que ao se discutir cotidiano, deve-se inserir na equação suas agências em torno

³⁵¹ Na região de Luanda, em Angola, as figuras das quitandeiras, com seus trajes vistosos e bem diferenciados e seus *quindas* (cestos), povoaram as ruas de Luanda desde o século XVII até o presente século. Ver: SANTOS, Orlando. Mamãs quitandeiras, kínguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, 2011. P. 46. Eram famosas categorias como as *kínguilas*, cambistas de rua, assim denominadas pelo termo que significa “as que esperam”, por se estabeleceram nas esquinas da cidade, entradas dos prédios ou nas imediações dos mercados municipais; e as *zungueiras*, vendedeiras ambulantes, palavra que também provém do kimbundu e significa “ircular, andar à volta, girar”. Assim como nos tabuleiros e barraquinhas do Brasil, entre seus produtos estavam frutas, verduras, farinha, feijão, peixe e carne, pratos típicos doces e salgados, adornos (brincos, anéis, pulseiras e miçangas) e os chamados “produtos da terra”, itens dotados de poderes curativos e sobrenaturais, usados para tratamento e em rituais religiosos. As quitandas e quitandeiras de Luanda são instituições de grande significado para a cultura da sociedade nativa luandense até a contemporaneidade. Segundo Ana de Sousa Santos, para além de um comércio influente na economia local ao longo dos séculos, refletem diversos aspectos da cultura material e espiritual da região, considerando a expressão da sua comunicabilidade, imaginação, sensibilidade, inteligência etc. SANTOS, Ana de Sousa. Quitandeiras e quitandas de Luanda. **Revista do Instituto de Investigação Científica de Angola**, n. 2, v. 4, 1967.

questões mais amplas como as disputas no complexo mercado de trabalho carioca. E como elas também podem ser objetos explicativos para elaborar sentidos para a experiência das leis abolicionistas como 1871 e 1885 nas práticas laborais. Além disso, como propriamente aconteciam tais práticas. Por isso, acreditamos que tal abordagem feita na pesquisa serviu para conectar discussões que foram feitas de formas mais gerais e separadas.

De forma geral, apontamos que: (1) a diversidade de arranjos era reflexo da tentativa de adaptar o mercado de trabalho às novas necessidades sociais, e sugerimos que essas mulheres tiveram um papel importante na reinvenção desses arranjos. (2) Tendo os jornais como base, existiu uma demanda crescente pelos serviços de quitandar, e neste período das décadas de 1870 e 1880, o aluguel poderia estar sendo o arranjo mais comum para o emprego de quitandeiras pela cidade. A análise de diferentes anúncios de homens e mulheres permitiu pensarmos nas relações de gênero, e vimos que uma das diferenciações era manifestada em termos de espacialidade: o predomínio das mulheres podia estar mais concentrado nas ruas e mercados das áreas centrais urbanas, enquanto que, para o suprimento da mão de obra nas chácaras, em pontos um pouco mais afastados, eram mais preferíveis os homens quitandeiros no período estudado.

Por fim, (3) que histórias como as que nomeamos, como as de Maria, Thereza Maria e as “Rosas”, assim como as nossas fontes não nos permitiram nomear, servem para espiar a atuação de quitandeiras na “cidade negra”, apontando para a construção de coletividades, e para a importância do ofício para suas sociabilidades. Buscamos tecer interpretações potenciais para suas casas e discutir a aproximação com zungús. As “casas de quitandeiras” certamente merecem mais investigações em fontes de outras naturezas, que permitam capturar mais vivências e mais problemas históricos.

Em relação aos mundos do trabalho, conseguimos levantar que apesar da demanda continuar sendo expressa, os anúncios e as referências sobre mulheres quitandeiras nos jornais reduzem drasticamente. Embora os números aqui apresentados não representam a totalidade das coisas, nos dão base para pensar alguns problemas. Levantamos questões que ficaram para investigações futuras, como: mudou-se a forma de trabalhar com o comércio de quitandas? Mudou-se a forma como o ofício era visto? O fim do século XIX seria um declínio do quitandar na cidade?

Alguns fatores podem ser elencados, como as mudanças nas formas de abastecimento da cidade. Ou o próprio pequeno comércio, que se torna um setor ocupado por trabalhadores altamente diversos, como os imigrantes que se multiplicam na cidade, pode ter excluído mulheres como as quitandeiras. E elas próprias podem ter sido preteridas por meninos e jovens,

de diferentes cores, que faziam o mesmo trabalho, e recebiam menos. São possibilidades dos mundos do trabalho pós-abolição.

O processo de informalização do comércio ambulante no século XX foi um tópico apontado pela historiadora Patrícia Acerbi.³⁵² Após a abolição da escravidão em 1888, o comércio de rua tornou-se alvo de urbanização republicana e saúde pública. No início do século XX, cresciam os esforços científicos e empreendedores para modernizar o comércio de rua por meio de novas tecnologias de venda. Segundo a autora, a venda de rua ainda era vista como uma atividade importante e não marginal. No entanto, ao tornar-se uma expressão ambivalente da modernidade, foi cada vez mais marginalizada com base em noções de ordem pública e trabalho legítimo. Mas sua existência persistia devido à demanda dos consumidores e à falta de oportunidades em outras áreas de trabalho. Em que medida houve espaço para as mulheres de cor nesse processo, é uma questão mais específica a ser analisada.

O que podemos considerar como fato é que, com o pós-abolição, muitas mulheres com esse ofício continuaram existindo e figurando mesmo que de forma mais fragmentada. Conforme viu Juliana Barreto Farias, descrições e imagens de “tias”, “pretas minas”, “velhas africanas” ou “pretas velhas” foram lembradas em jornais e revistas do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Elas já tinham se constituído em “tradição” do mercado e do próprio pequeno comércio da capital carioca. Por outro lado, foram narrativas que deixaram evidentes estereótipos, que se repetiam e eram reelaborados.³⁵³ Na direção oposta dessa “memória”, com essa pesquisa, destacamos a importância de reconhecê-las antes como trabalhadoras.

³⁵² ACERBI, Patricia. **Slave legacies, ambivalent modernity: Street commerce and the transition to free labor in Rio de Janeiro, 1850-1925.** Dissertation submitted to the Faculty to the Graduate School of the University of Maryland, College Park (Doctor of Philosophy), 2010.

³⁵³ FARIAS, Juliana Barreto. No governo dos mercados: experiências e representações de “pretas minas” no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana (Orgs.). **A diáspora Mina:** africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

FONTES

Jornal do Commercio (RJ) – 1870-1819, 1880-1889

Diário do Rio de Janeiro – 1870-1819, 1880-1889

Gazeta de Notícias (RJ) – 1870-1819, 1880-1889

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert). Anos: 1870, 1871, 1872, 1875, 1880, 1885, 1888, 1890.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872.** v. 5 (Município Neutro). Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger, 1874.

Código de Posturas da Illustrissima Camara Municipal. Rio de Janeiro, 1852.

DE BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique. **Diccionario de vocábulos brasileiros pelo tenente general Visconde de Beaurepaire-Rohan.** Imprensa nacional, 1889.

PINTO, L. M. S. Diccionario da lingua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino:** festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Editora Nova Fronteira, 1999.

ACERBI, Patricia. Legados escravistas, modernidade alternativa: o comércio ambulante no Rio de Janeiro, 1850-1930. **Anais do XVIII Encontro Regional de História–O Historiador e seu Tempo**, p. 24-28, 2006.

ACERBI, Patricia. **Slave legacies, ambivalent modernity:** Street commerce and the transition to free labor in Rio de Janeiro, 1850-1925. Dissertation submitted to the Faculty to the Graduate School of the University of Maryland, College Park (Doctor of Philosophy), 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos- Cebrap**, São Paulo, n 21, p. 30-56, 1988.

ALMEIDA, Angélica. A tradição das tias pretas na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2013.

BONOMO, Juliana. “**Com gosto**” e “**por gosto**”: o ofício das quitandeiras de Minas Gerais sob uma perspectiva histórica. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BOUCINHAS, A. D. **Consumo e comportamento no Rio de Janeiro na segunda metade do século**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Niterói, 2005.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de LCAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, p. 196-219, 2020.

CARVALHO, Marcus F. M. de. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lúcia Maria B.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria B. da C. (org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras, 1996.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**. Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

DAMASCENO, Karine T. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Mundos do Trabalho**, vol. 8, n. 16, Julho/Dezembro de 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE FREITAS, Fernando Vieira. As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: Modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. **Tempos Históricos**, v. 20, n. 1, p. 189-217, 2016.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. “Doses” de liberdade: mercado de trabalho, ocupações e escolarização no Rio de Janeiro (1870-1888). **Politeia-História e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2009.

ERICHSEN, L. A Carne e o Mar: O Matadouro da Praia de Santa Luzia. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña** (HALAC) revista de la Solcha, v. 10, n. 2, p. 203-226, 2020.

FARIA, Sheila de Castro. Damas mercadoras: As pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII). In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói, 2007.

FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). UFF, Niterói, 2004.

FARIAS, J. B. Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. **Biblioteca Nacional Digital**, 2013.

FARIAS, Juliana Barreto. De escrava a Dona: A trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. **Locus: revista de história**, v. 18, n. 2, 2012.

FARIAS, Juliana Barreto. No governo dos mercados: experiências e representações de “pretas minas” no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto (org.). **A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil**. Nau editora, 2020.

FARIA, Sheila. Mulheres forras – riqueza e estigma social. **Tempo**, vol. 5, n. 9, jul. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

FARIAS, Juliana Barreto. Pомbeiros e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX. In: SOARES, Mariza de C. e BEZERRA, Nielson (orgs.). **Escravidão africana no Reconcavo da Guanabara** (séculos XVI-XIX). Niterói: Eduff, 2011.

FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados minas**: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Archivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2015.

FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Mariza Carvalho. De gbe a iorubá: os pretos minas no Rio de Janeiro, séculos XVIII-XX. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 4, n. 8, p. 46-62, 2017.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, EDUMB, 1993.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. **Revista USP**, n. 58, 2003.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). **Análise social**, p. 236-267.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12, 1986.

GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças de escravos. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. **Revista Tempo**, v. 1, n. 1, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. Produzindo a liberdade: fugitivos e identidades no Rio de Janeiro. In: **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2003.

GOMES, Flávio. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. P. 256.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). Editora Companhia das Letras, 2013, p. 49.

GRAHAM, Sandra L. Uma certa liberdade. In: **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, p. 214-227, 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Being yoruba in nineteenth-century Rio de Janeiro. **Slavery & Abolition**, v. 32, n. 1, p. 1-26, 2011.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.

JÚNIOR, Carlos da Silva. A diáspora Mina-Gbe no mundo Atlântico. In: Rodrigues, Aldair; Lima, Ivana Stolze; Farias, Juliana Barreto (org.). **A diáspora mina**: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Nau Editora, 2020.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro** (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KIDDER, Daniel. Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do Norte do Brasil. São Paulo, Edusp, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto de História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, n.16, p. 25-38, 1998.

LARA, Silvia Hunold. EP Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista do Programa de Estudos em História do Departamento de História PUC-SP**, n. 12, 1995.

LEITE, J. G. **As quitandeiras, o Commercio e a liberdade**: relações de trabalho e redes de solidariedades de quitandeiras na capital Imperial (1880-1888). Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021.

LEVINE, Robert M. Faces of brazilian slavery: the cartes de visite of Christiano Júnior. **The Americas**, v. 47, n. 2, p. 127-159, 1990.

LIMA, H. E. Sob o domínio da precariedade: significados da liberdade de trabalho no século XIX. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, jul./dez. 2005, p. 289-325.

LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s. **International Review of Social History**, v. 62, n. S25.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 16, p. 571-595, 2015.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. EdUFF, 2014.

MACHADO, M. Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880).

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de história**, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MACHADO, Maria Helena et al. **Ventres livres?**: gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Unesp, 2021.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. 2^a ed. rev. São Paulo: Edusp, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; GOMES, Flávio. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: CASTILHO, Celso; MACHADO, M. H. P. T. **Tornando-se livres**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Edusp, 2015.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o preto mina é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. **Afro-Ásia**, n. 24, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; POPINIGIS, Fabiane. (Outros) trabalhadores livres no atlântico oitocentista. **Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 6, p. 1-6, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORETINO, Manolo (org). **Tráfico, cativeiro e liberdade** – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

MOURA, Alice. R. M. **Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios do jornal do commercio (Rio de Janeiro, 1827-1850)**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885) 1. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 33-62, 2017.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PANTOJA, Selma. Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, Sécs. XVIII-XIX. Universidade de Brasília, 2008. UNB. Disponível em: <<http://www.casadasafricanas.org.br/img/upload/415151.rtf>>.

PATON, Diana. História das relações de gênero, história global e escravidão atlântica: sobre capitalismo racial e reprodução social. **Afro-Ásia**, n. 67, p. 592 e p. 585, 2023.

PEÇANHA, Natália Batista. “**Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa**”: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca. 1880-1930. 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: UNICAMP, 2019.

POPINIGIS, Fabiane. “A emancipação da quase exclusiva classe trabalhadora do país—a classe escrava”? Disputas por indenização e salários na década da abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1-25, 2023.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras”: Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro – 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, n. 46, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, Século XIX. **Revista de história comparada**, v. 7, n. 1, p. 115-135, 2013.

POPINIGIS, Fabiane; AMARAL, Deivison. Avanços e desafios da História Social do Trabalho. In: **Trabalhadoras e Trabalhadores** – capítulos de História Social. São Paulo: Paco Editorial, 2022.

POPINIGIS, Fabiane. E. P. Thompson, e a experiência da classe trabalhadora. In: AMORIM, H.; SILVA, J. B. da (Org.). **Classes e lutas de classe**: novos questionamentos. São Paulo: Annablume, 2015.

POPINIGIS, Fabiane. "Todas as liberdades são irmãs": os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o império e a república. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 29, p. 647-666, 2016.

POPINIGIS, Fabiane. Relações de gênero e etnicidade no trabalho do mercado. **Afro-Ásia**, n. 58, 2018.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, p. 307-328, 2019.

REDIKER, Marcus. Escapando da escravidão pelo mar na véspera da Guerra Civil Americana: uma história do trabalho. **Revista Mundo do Trabalho**, v. 14, p. 1-18, 2022. Tradução de Antonio Luigi Negro.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, n. 18, p. 6-29, 1993.

REIS, João José. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Lucimar Felisberto. Disputas pelos significados da liberdade do ventre escravizado: episódios de fugas de africanas e suas descendentes. In: Machado, M. H. P. T.; BRITO, Luciana Cruz; VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio dos Santos. **Ventres livres?**: gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Unesp, 2021.

SANTOS, Lucimar Felisberto. **A negação da herança social**: africanos e crioulos no mundo da Liberdade, do capital e do trabalho, Rio de Janeiro (1870-1910). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2014.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala**: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãs do Atlântico. Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Cláudia. **Disputas políticas pela abolição no Brasil**: nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas. Petrópolis: Vozes, 2023.

SANTOS, Orlando. Mamãs quitandeiras, kínguilas e zungueiras: trajectórias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, 2011.

SCHEFFER, Rafael. Transações desejadas: anúncios de vendas de cativos e os diversos sentidos dessas negociações, Brasil, 1850-1880. **Tempos Históricos**, v. 25, n. 2, 2021

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. Companhia das Letras, 2020. p. 72.

SEIGEL, Micol; GOMES, Tiago de Melo. Sabina das laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1930. **Revista Brasileira de História**, v. 22, p. 171-193, 2002.

SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Negro na Rua**. A Nova Face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVEIRA, Daniela. O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em O Cortiço, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, 2023.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição**: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890. Access Editora, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Zungu**: rumor de muitas vozes. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. "Dizem as Quitandeiras...": Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, v. 15, n. 2, p. 3-16, 2002.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 191-224, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. "Com o Pé sobre um Vulcão": Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Em busca de um "risonho futuro": seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). **Locus: Revista de História**, v. 7, n. 2, 2001.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador-BA, n. 17, 1996.

SOARES, Luís Carlos. **O "povo de Cam" na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. 7Letras, 2007.

SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora, 1998.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados:** o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados:** o serviço doméstico e seus trabalhadores na cidade do Rio Janeiro (1850-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados sociais da prestação de serviços domésticos (cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900). **Revista de história comparada**, v. 4, n. 1, p. 93-125, 2010.

SOUZA, Flavia Fernandes de. O cotidiano brasileiro em relatos estrangeiros: os viajantes europeus e a escravidão doméstica no Rio de Janeiro oitocentista. In: CRISTÓVÃO, Fernando (org.). **Viagens no interior do Brasil:** fatores de desenvolvimento. Lisboa: Lemon Spring e Esfera do Caos, 2014.

SOUZA, Juliana Teixeira. Dos usos da lei por trabalhadores e pequenos comerciantes na corte imperial (1870-1880). In: AZEVEDO, Elciene *et al.* **Trabalhadores na cidade:** cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Universidade, 2009.

TELLES, Lorena Feres da Silva. **Libertas entre sobrados:** contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TEUBNER, Melina. Street food, urban space, and gender: Working on the streets of nineteenth-century Rio de Janeiro (1830–1870). **International Review of Social History**, v. 64, n. S27, p. 229-254, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Tradução Renato Bussato Neto, Claudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Heloïsa Alberto. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. **Cadernos Pagu** (23), p.413-467, julho-dezembro de 2004.

VON BINZER, Ina. **Os meus romanos:** alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Editora Paz e Terra, 2017.